Currículo em **Ação**

VOLUME 1

LIVRO DO ESTUDANTE

2ª edição

História

Geografia

Língua Inglesa

2ª série

Secretaria da Educação

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO

VOLUME 1

LIVRO DO ESTUDANTE

2ª edição

2ª série

História
Geografia
Língua Inglesa

Nome: _____

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador
Tarcísio Gomes de Freitas

Secretário da Educação
Renato Feder

Secretário Executivo
Vinicius Mendonça Neiva

Chefe de Gabinete
Juliana Velho

Subsecretário da Subsecretaria Pedagógica
Daniel Barros

Subsecretário da Subsecretaria de Gestão Corporativa
Sergio Sobral de Oliveira Neto

Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação
Fabricio Moura Moreira

Apresentação

É com grande satisfação que a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo apresenta sua nova coleção de materiais didáticos, que alia o melhor do mundo digital com a facilidade dos livros impressos.

Desenvolvida com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade, essa coleção foi cuidadosamente elaborada para atender às demandas do ensino contemporâneo. Além de conteúdos atualizados, alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e ao Currículo Paulista, este livro oferece uma abordagem prática e interativa, incentivando o protagonismo dos estudantes e apoiando os professores com ferramentas que tornam o processo de ensino-aprendizagem cada vez mais eficaz.

Conheça seu livro

Este livro foi criado para apoiar seus estudos, tanto em sala de aula quanto de forma autônoma. Totalmente integrado ao material digital, ele oferece um resumo dos principais conceitos abordados, atividades para praticar o que foi aprendido e exercícios para aprofundar seus conhecimentos.

Resumo

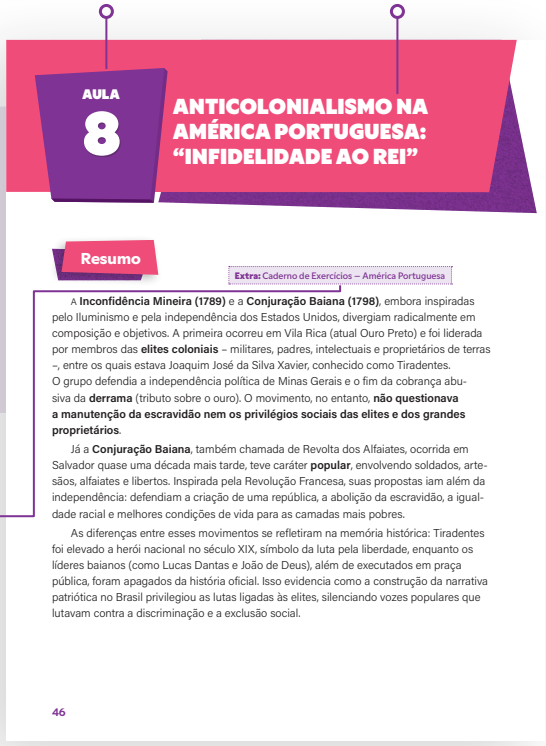
Summary

Sistematiza os principais conceitos abordados na aula, garantindo que você fixe o que aprendeu e construa uma visão clara e estruturada do conteúdo.

Abertura das aulas

Número da aula

Título da aula


AULA 8

ANTICOLONIALISMO NA AMÉRICA PORTUGUESA: "INFIDELIDADE AO REI"

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – América Portuguesa

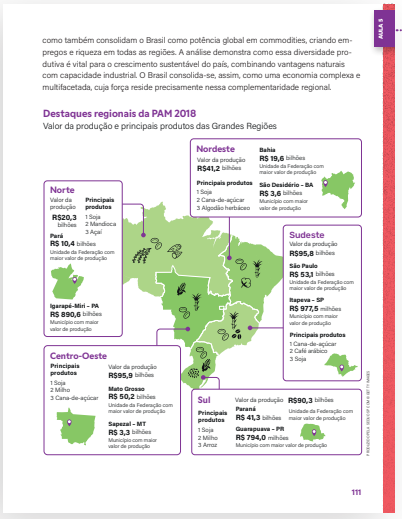
A **Inconfidência Mineira (1789)** e a **Conjuração Baiana (1798)**, embora inspiradas pelo Iluminismo e pela independência dos Estados Unidos, divergiam radicalmente em composição e objetivos. A primeira ocorreu em Vila Rica (atual Ouro Preto) e foi liderada por membros das **elites coloniais** – militares, padres, intelectuais e proprietários de terras –, entre os quais estava Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes. O grupo defendia a independência política de Minas Gerais e o fim da cobrança abusiva da **derrama** (tributo sobre o ouro). O movimento, no entanto, **não questionava a manutenção da escravidão nem os privilégios sociais das elites e dos grandes proprietários**.

Já a **Conjuração Baiana**, também chamada de Revolta dos Alfaiates, ocorrida em Salvador quase uma década mais tarde, teve caráter **popular**, envolvendo soldados, artesãos, alfaiates e libertos. Inspirada pela Revolução Francesa, suas propostas iam além da independência: defendiam a criação de uma república, a abolição da escravidão, a igualdade racial e melhores condições de vida para as camadas mais pobres.

As diferenças entre esses movimentos se refletiram na memória histórica: Tiradentes foi elevado a herói nacional no século XIX, símbolo da luta pela liberdade, enquanto os líderes baianos (como Lucas Dantas e João de Deus), além de executados em praça pública, foram apagados da história oficial. Isso evidencia como a construção da narrativa patriótica no Brasil privilegiou as lutas ligadas às elites, silenciando vozes populares que lutavam contra a discriminação e a exclusão social.

46

Esse selo estará na seção "Resumo" quando houver itens correspondentes à aula no "Caderno de Exercícios"


como também consolidam o Brasil como potência global em commodities, criando empregos e riqueza em todas as regiões. A análise demonstra como essa diversidade produtiva é vital para o crescimento sustentável do país, combinando vantagens naturais com capacidade industrial. O Brasil consolida-se, assim, como uma economia complexa e multifacetada, cuja força reside precisamente nessa complementaridade regional.

Destaques regionais da PAM 2018

Valor da produção e principais produtos das Grandes Regiões

Nordeste
Valor da produção R$41,2 bilhões
Principais produtos 1 Soja 2 Cana-de-açúcar 3 Algodão herbáceo
Bahia R$ 19,6 bilhões Unidade da Federação com maior valor de produção
São Desidério – BA R$ 3,6 bilhões Município com maior valor de produção

Norte
Valor da produção R$20,3 bilhões
Principais produtos 1 Soja 2 Mandioca 3 Açaí
Pará R$ 10,4 bilhões Unidade da Federação com maior valor de produção
Igarapé-Miri – PA R$ 890,6 bilhões Município com maior valor de produção

Sudeste
Valor da produção R$95,8 bilhões
São Paulo R$ 53,1 bilhões Unidade da Federação com maior valor de produção
Rapeva – SP R$ 977,5 milhões Município com maior valor de produção
Principais produtos 1 Cana-de-açúcar 2 Café arábico 3 Soja

Centro-Oeste
Principais produtos 1 Soja 2 Milho 3 Cana-de-açúcar
Valor da produção R$95,9 bilhões
Mato Grosso R$ 50,2 bilhões Unidade da Federação com maior valor de produção
Sapezal – MT R$ 3,3 bilhões Município com maior valor de produção

Sul
Valor da produção R$90,3 bilhões
Principais produtos 1 Soja 2 Milho 3 Arroz
Paraná R$ 41,3 bilhões Unidade da Federação com maior valor de produção
Guarapuava – PR R$ 794,0 milhões Município com maior valor de produção

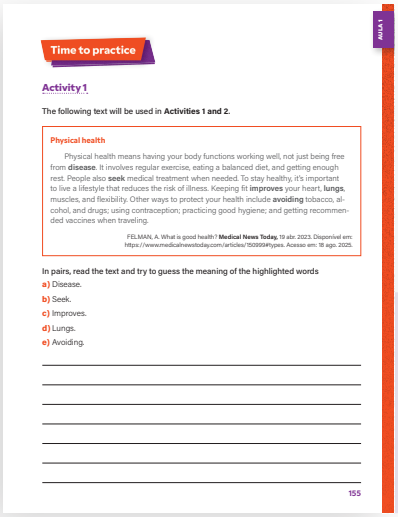
AULA 5

111

AULA 5

Numeração lateral

Número das aulas nas laterais, para localização rápida ao longo do livro.



Time to practice

Activity 1

The following text will be used in **Activities 1 and 2.**

Physical health

Physical health means having your body functions working well, not just being free from **disease**. It involves regular exercise, eating a balanced diet, and getting enough rest. People also **seek** medical treatment when needed. To stay healthy, it's important to live a lifestyle that reduces the risk of illness. Keeping fit **improves** your heart, **lungs**, muscles, and flexibility. Other ways to protect your health include **avoiding** tobacco, alcohol, and drugs; using contraception; practicing good hygiene; and getting recommended vaccines when traveling.

FELMAN, A. What is good health? **Medical News Today**, 19 abr. 2023. Disponível em: https://www.medicalnewstoday.com/articles/150994#types. Acesso em: 18 ago. 2025.

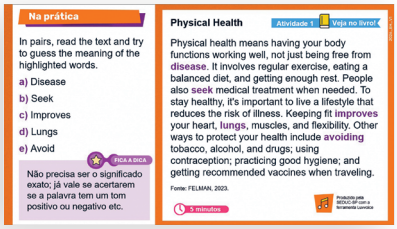
In pairs, read the text and try to guess the meaning of the highlighted words

a) Disease.
b) Seek.
c) Improves.
d) Lungs.
e) Avoiding.

155

Na prática | Time to practice

Oferece atividades que permitem aplicar e consolidar os conhecimentos adquiridos na aula, ajudando a transformar o que você aprendeu em habilidades concretas.



Na prática

In pairs, read the text and try to guess the meaning of the highlighted words.

a) Disease
b) Seek
c) Improves
d) Lungs
e) Avoid

DICA A DICA

Não precisa ser o significado exato; já vale se acertarem se a palavra tem um tom positivo ou negativo etc.

Physical Health Atividade 1 Veja no livro!

Physical health means having your body functions working well, not just being free from **disease**. It involves regular exercise, eating a balanced diet, and getting enough rest. People also **seek** medical treatment when needed. To stay healthy, it's important to live a lifestyle that reduces the risk of illness. Keeping fit **improves** your heart, **lungs**, muscles, and flexibility. Other ways to protect your health include **avoiding** tobacco, alcohol, and drugs; using contraception; practicing good hygiene; and getting recommended vaccines when traveling.

Fonte: FELMAN, 2023.

5 minutos

Material digital

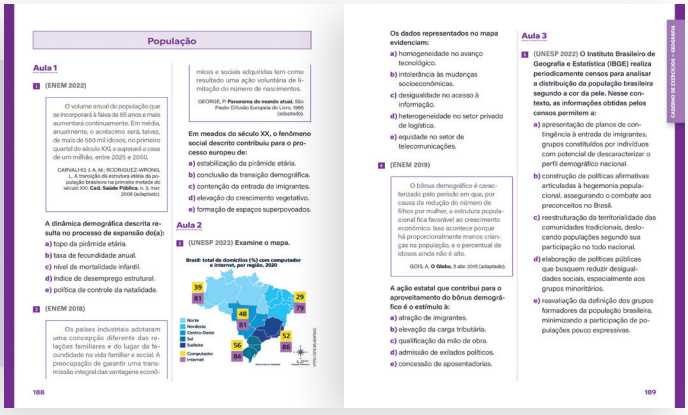
Sempre que uma atividade do material digital apresentar a indicação "Veja no livro!", significa que ela estará aqui para sua resolução.

Atividade 1 **Veja no livro!**

Referências às atividades a serem realizadas no livro.

Cadernos de Exercícios / Workbook

Apresenta questões de avaliações externas para que você possa se desafiar, testar seu entendimento e se preparar ainda melhor para futuras provas.



População

Aula 1

1 (ENEM 2022)

O volume anual de população que se incorporará à faixa de 65 anos e mais aumentará continuamente. Em média, anualmente, o acréscimo será, talvez, de mais de 550 mil idosos, no primeiro quartil do século XXI, e superará a casa de um milhão, entre 2025 e 2050.

CARVALHO, J. A. M.; RODRIGUEZ-WONG, L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cad. Saúde Pública**, n. 3, mar. 2006 (adaptado).

A dinâmica demográfica descrita resulta no processo de expansão do(a):

a) topo da pirâmide etária.
b) taxa de fecundidade anual.
c) nível de mortalidade infantil.
d) índice de desemprego estrutural.
e) política de controle da natalidade.

2 (ENEM 2018)

Os países industriais adotaram uma concepção diferente das relações familiares e do lugar da fecundidade na vida familiar e social. A preocupação de garantir uma transmissão integral das vantagens econômicas e sociais adquiridas tem como resultado uma ação voluntária de limitação do número de nascimentos.

GEORGE, P. **Panorama do mundo atual**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969 (adaptado).

Em meados do século XX, o fenômeno social descrito contribuiu para o processo europeu de:

a) estabilização da pirâmide etária.
b) conclusão da transição demográfica.
c) contenção da entrada de imigrantes.
d) elevação do crescimento vegetativo.
e) formação de espaços superpovoados.

Aula 2

1 (UNESP 2023) Examine o mapa.

Brasil: total de domicílios (%) com computador e internet, por região, 2020

Norte
Nordeste
Centro-Oeste
Sul
Sudeste
Computador
Internet

188

Os dados representados no mapa evidenciam:

a) homogeneidade no avanço tecnológico.
b) intolerância às mudanças socioeconômicas.
c) desigualdade no acesso à informação.
d) heterogeneidade no setor privado de logística.
e) equidade no setor de telecomunicações.

2 (ENEM 2019)

O bônus demográfico é caracterizado pelo período em que, por causa da redução do número de filhos por mulher, a estrutura populacional fica favorável ao crescimento econômico. Isso acontece porque há proporcionalmente menos crianças na população, e o percentual de idosos ainda não é alto.

GOES, A. **O Globo**, 5 abr. 2015 (adaptado).

A ação estatal que contribui para o aproveitamento do bônus demográfico é o estímulo à:

a) atração de imigrantes.
b) elevação da carga tributária.
c) qualificação da mão de obra.
d) admissão de exilados políticos.
e) concessão de aposentadorias.

Aula 3

1 (UNESP 2022) **O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza periodicamente censos para analisar a distribuição da população brasileira segundo a cor da pele. Nesse contexto, as informações obtidas pelos censos permitem a:**

a) apresentação de planos de contingência à entrada de imigrantes.
b) construção de políticas afirmativas articuladas à hegemonia populacional, assegurando o combate aos preconceitos no Brasil.
c) reestruturação da territorialidade das comunidades tradicionais, deslocando populações segundo sua participação no todo nacional.
d) elaboração de políticas públicas que busquem reduzir desigualdades sociais, especialmente aos grupos minoritários.
e) reavaliação da definição dos grupos formadores da população brasileira, minimizando a participação de populações pouco expressivas.

CADERNO DE EXERCÍCIOS – RESOLVIDOS

189

Sumário

HISTÓRIA

Aula 1 "As abomináveis ideias francesas": o iluminismo e as bases da sociedade burguesa **10**

Aula 2 Revolução Francesa: de "súditos" a "cidadãos" **15**

Aula 3 "Marchemos, marchemos": avante cidadãos! **20**

Aula 4 O período napoleônico: da consolidação das conquistas burguesas à reação conservadora **25**

Aula 5 "*E pluribus unum*": nós, o povo dos Estados Unidos? **31**

Aula 6 Os ecos da Revolução Francesa no Caribe: a Ilha de São Domingos e o jacobinismo negro **36**

Aula 7 Independências na América Espanhola: quais os projetos de nação? **40**

Aula 8 Anticolonialismo na América Portuguesa: "infidelidade ao rei" **46**

Aula 9 Uma corte ao mar: D. João Sexto e seu reino nos trópicos **51**

Aula 10 A hora e a vez de Pedro: "vai o pai, fica o filho!" **57**

Aula 11 Uma nação imaginada: o quadro Independência ou morte! **63**

Aula 12 O Império do Brasil: continuidades e rupturas das tradições políticas de Portugal e da Colônia **68**

Aula 13 Centralismo e autogoverno provincial: os antagonismos políticos do Período Regencial **73**

Aula 14 Enfim, uma nação nos trópicos! **79**

GEOGRAFIA

Aula 1 Demografia **86**

Aula 2 Demografia brasileira **92**

Aula 3 Pesquisas demográficas **98**

Aula 4 Demografia da comunidade escolar **104**

Aula 5 Economia do Brasil **109**

Aula 6 O Brasil na economia mundial **114**
Aula 7 Brasil: indicadores socioeconômicos **118**
Aula 8 Desigualdade socioeconômica **123**
Aula 9 O trabalho no Brasil **127**
Aula 10 Estado, nação e território **132**
Aula 11 Formação dos Estados e das nações no mundo **136**
Aula 12 Povos sem Estado **140**
Aula 13 Conflitos territoriais e geopolítica contemporânea **145**
Aula 14 Identidade, pertencimento e território **149**

LÍNGUA INGLESA

Aula 1 Fitness and health (part 1) **154**
Aula 3 Fitness and health (part 2) **157**
Aula 5 Fitness and health (part 2) **160**
Aula 7 Fitness and health (part 4) **163**
Aula 9 Fitness and health (part 5) **166**
Aula 11 Fitness and health (part 6) **171**

Caderno de Exercícios **175**
História **175**
Geografia **187**
Língua Inglesa **199**

Anexos **203**

HISTÓRIA

AULA

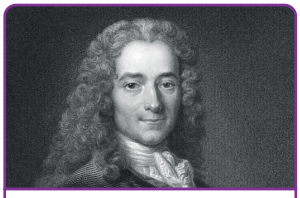
1

“AS ABOMINÁVEIS IDEIAS FRANCESAS”: O ILUMINISMO E AS BASES DA SOCIEDADE BURGUESA

Resumo

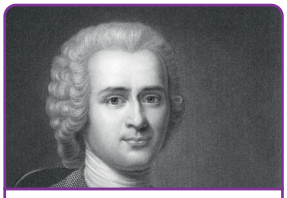
O Iluminismo, filosofia hegemônica na Europa do século XVIII, caracterizou-se pela **confiança na razão humana** como instrumento de emancipação. Os pensadores dessa corrente, influenciados pelo empirismo de Locke, defendiam o uso crítico da razão, **controlada pela experiência**, para libertar a sociedade de dogmas religiosos e tiranias políticas; ou seja, uma ordem baseada no conhecimento verificável e na autonomia individual. Seu projeto articulava **progresso científico e técnico** com a defesa dos **direitos naturais do homem**. Assim, o movimento converteu a racionalidade em reformas que redefiniram a política, a ética e o saber na Modernidade.

Os pensadores iluministas



Voltaire
Tratado sobre a tolerância (1763)
- Defende a tolerância e a liberdade de pensamento.
- Contra os preconceitos, o fanatismo e o dogmatismo.

Montesquieu
O espírito das leis (1748)
- As nações devem ser governadas por leis.
- Teoria da separação dos três poderes.



Rousseau
Do contrato social (1762)
- O homem em seu estado natural é bom, é a sociedade que o corrompe.
- O governo deve estar submetido à vontade geral (soberania popular).

Adam Smith
A riqueza das nações (1776)
- Comércio livre sem intervenção do Estado na economia.
- Propõe a divisão do trabalho, a lei da oferta e da procura e a livre concorrência.

Iluminismo

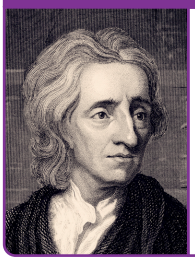
Razão

Sociedade sem privilégios de nascimento
- Igualdade de todos perante a lei.
- Ensino gratuito.

Governo constitucional
- Divisão dos poderes.
- Soberania popular.

Economia: liberalismo
- Liberdade econômica.
- Lei da oferta e da procura.
- Livre concorrência.

Precursor do iluminismo



John Locke
Tratado sobre o governo civil (1689)
"Todos os homens têm direitos naturais: direito à vida, à liberdade e à propriedade."

ENSINAR HISTÓRIA, 2020. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © GETTY IMAGES.

Na prática

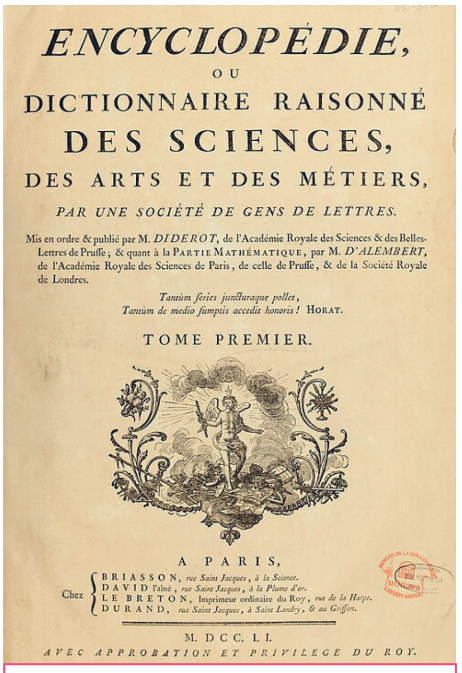
Atividade 1

Enciclopedista por um dia

Leia os fragmentos a seguir de textos dos filósofos iluministas e produza um verbete explicativo de suas ideias.

Fica a dica: um **verbete** é um texto curto e objetivo que apresenta informações essenciais sobre um conceito, tema ou personagem.

Apresente as **ideias** principais dos filósofos iluministas, a crítica à sociedade da época e a relação com os princípios de liberdade, igualdade, fraternidade, contrato social, separação de poderes e soberania popular.


ENCYCLOPÉDIE,
OU
DICTIONNAIRE RAISONNÉ
DES SCIENCES,
DES ARTS ET DES MÉTIERS,
PAR UNE SOCIÉTÉ DE GENS DE LETTRES.
Mis en ordre & publié par M. DIDEROT, de l'Académie Royale des Sciences & des Belles-Lettres de Prusse; & quant à la PARTIE MATHÉMATIQUE, par M. D'ALEMBERT, de l'Académie Royale des Sciences de Paris, de celle de Prusse, & de la Société Royale de Londres.
Tantùm series juncturaque pollet,
Tantum de medio sumptis accedit honoris! HORAT.
TOME PREMIER.
A PARIS,
Chez BRIASSON, rue Saint Jacques, à la Science.
DAVID l'aîné, rue Saint Jacques, à la Plume d'or.
LE BRETON, Imprimeur ordinaire du Roy, rue de la Harpe.
DURAND, rue Saint Jacques, à Saint Landry, & au Griffon.
M. DCC. LI.
AVEC APPROBATION ET PRIVILEGE DU ROY.

PIERO-COMMONSWIKI/WIKIMEDIA COMMONS, 2013

Primeira página da **Enciclopédia**, de D'Alembert e Diderot. Gravura alegórica representando a razão, a filosofia e as ciências iluminando o saber.

Documento 1: Voltaire – tolerância.

> Não é aos homens que me dirijo, é a ti, Deus de todos os seres, de todos os homens e de todos os tempos [...]. Que as pequenas diferenças entre as vestimentas que cobrem nossos fracos corpos, entre nossos costumes ridículos, entre todas as nossas leis imperfeitas, entre todas nossas opiniões insensatas [...] que todas essas pequenas nuances que distinguem os átomos chamados homens não sejam motivos de perseguição.
>
> VOLTAIRE. **Tratado sobre a tolerância**. Tradução Jorge Coli. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

Fica a dica: para compreender esse fragmento de Voltaire, note como ele contrasta a unidade divina com as divisões humanas para criticar a intolerância religiosa e social.

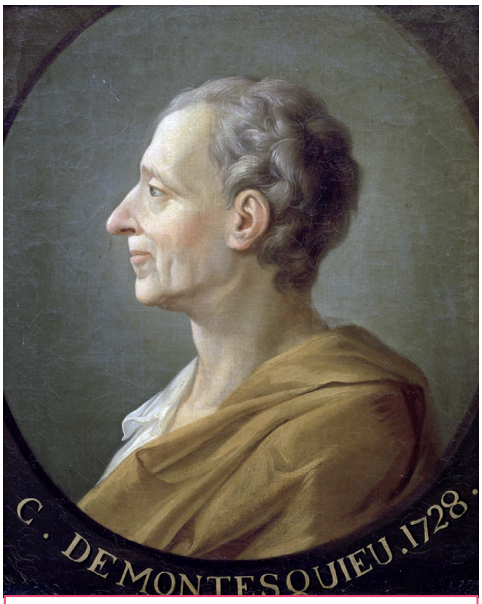
HOHUM/WIKIMEDIA COMMONS, 2024

François-Marie Arouet (1694-1778), conhecido pelo pseudônimo **Voltaire**.

Documento 2: Montesquieu – A divisão dos poderes.

> Quando na mesma pessoa, ou no mesmo órgão de governo, o poder Legislativo está unido ao poder Executivo, não existe liberdade [...]. E também não existe liberdade se o poder Judiciário (poder de julgar) não estiver separado do poder Legislativo (poder de fazer as leis) e do poder Executivo (poder de executar, de pôr em prática as leis).
>
> MONTESQUIEU. **O espírito das leis**, 1748. *In*: FREITAS G. de. **900 textos e documentos de história**. Lisboa: Plátano, 1978. v. III. p. 24.

Fica a dica: para compreender esse princípio de Montesquieu, entenda que a liberdade política só existe quando os três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) são independentes e atuam de forma separada.

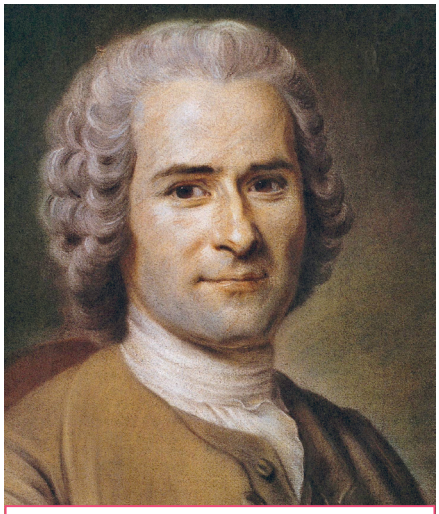


ALONSO DE MENDOZA/WIKIMEDIA COMMONS, 2018

Charles Louis de Secondat, Barão de La Brède e de Montesquieu (1689-1755).

Documento 3: Rousseau – Contrato social.

> Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja de toda força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, obedeça somente a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes. Tal é o problema fundamental cuja solução é dada pelo contrato social.
>
> ROUSSEAU. **Do contrato social**, 1762. *In:* FREITAS, G. de. **900 textos e documentos de história**. Lisboa: Plátano, 1978. v. III. p. 28.



MLWATTS/WIKIMEDIA COMMONS, 2012

Jean-Jacques **Rousseau** (1712-1778).

Fica a dica: para compreender a essência do pensamento de Rousseau nesse trecho, entenda que o "contrato social" propõe uma união coletiva que protege a liberdade individual ao transformar o interesse particular em vontade geral.

Documento 4: Rousseau – Soberania popular.

> Já que nenhum homem tem uma autoridade natural sobre o seu semelhante e já que a força não produz nenhum direito, restam, pois, os contratos (pactos) para a base de toda a autoridade legítima entre os homens. [...] O soberano pode, em primeiro lugar, entregar o governo a todo o povo ou à maior parte do povo. Dá-se a essa forma de governo o nome de Democracia. Ou, então, pode entregar o governo nas mãos de um pequeno número, e essa forma tem o nome de Aristocracia.
>
> ROUSSEAU. **Do contrato social**, 1762. *In:* FREITAS, G. de. **900 textos e documentos de história**. Lisboa: Plátano, 1978. v. III. p. 28.

Fica a dica: para compreender o núcleo da ideia de Rousseau, perceba que ele fundamenta o governo legítimo exclusivamente no consentimento coletivo (contrato), rejeitando a autoridade por força ou natureza, e propõe duas formas possíveis de organização: democracia ou aristocracia.

Exemplos de resposta:

Voltaire – Tolerância

Voltaire (1694–1778), destacado filósofo iluminista, tornou-se símbolo da luta pela liberdade de pensamento. Em sua obra, condenou radicalmente a intolerância religiosa e o fanatismo, argumentando que diferenças culturais ou crenças jamais deveriam fundamentar perseguições. Sua crítica centrava-se na irracionalidade de dividir a humanidade por particularidades efêmeras (como costumes, leis ou dogmas), proclamando que todos compartilham uma essência comum perante a razão e o divino. Seu pensamento fundamentava-se nos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, defendendo uma sociedade pautada pela tolerância ativa, justiça e racionalidade universais.

Montesquieu – A divisão dos poderes

Charles-Louis de Secondat, barão de Montesquieu (1689–1755), filósofo iluminista, propôs a separação dos poderes como princípio fundamental para a liberdade política. Em **O espírito das leis** (1748), defendeu a divisão do Estado em três funções autônomas (Executivo, Legislativo e Judiciário), criando mecanismos de freios e contrapesos para evitar a tirania. Sua teoria, baseada no equilíbrio institucional, tornou-se pedra angular do constitucionalismo moderno e influenciou diretamente as democracias ocidentais, materializando o ideal iluminista de limitação do poder absoluto.

Jean-Jacques Rousseau – Contrato social

Jean-Jacques Rousseau (1712–1778), filósofo iluminista, estabeleceu o contrato social como fundamento legítimo da ordem política. Em sua obra homônima (1762), propôs que indivíduos livremente se unissem em um pacto coletivo, submetendo-se à vontade geral, expressão da soberania popular que cria leis visando ao bem comum. Nesse modelo, a obediência às normas torna-se ato de liberdade, pois cada cidadão participa de sua construção. Ao substituir o poder absoluto pela soberania compartilhada, Rousseau fundamentou regimes democráticos modernos, articulando liberdade individual e igualdade política como pilares do Iluminismo radical.

Jean-Jacques Rousseau – Soberania popular

Jean-Jacques Rousseau (1712–1778), filósofo iluminista, fundamentou a autoridade política na soberania popular. Rejeitando o direito natural de dominação ("nenhum ser humano tem autoridade natural sobre outro"), afirmou que o poder legítimo emana exclusivamente de um pacto social entre cidadãos livres. Nesse modelo, a vontade geral, expressão coletiva do interesse comum, guia as leis, enquanto o governo (democrático ou aristocrático) atua como mandatário do povo. Essa teoria, exposta em **Do contrato social** (1762), subverteu o absolutismo ao proclamar que a obediência só é válida quando as leis nascem da vontade soberana do corpo político.

AULA

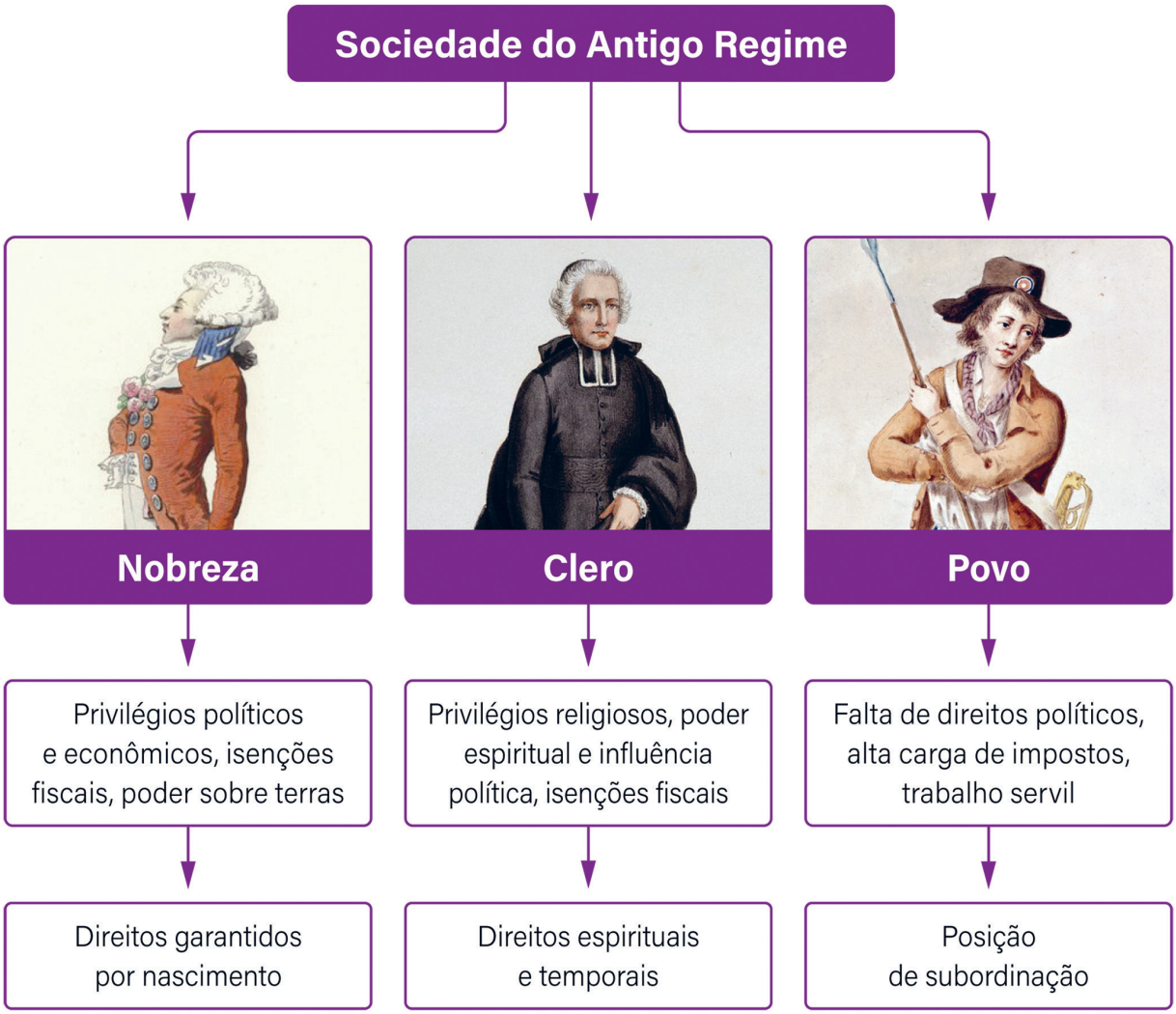
2

REVOLUÇÃO FRANCESA: DE “SÚDITOS” A “CIDADÃOS”

Resumo

A Revolução Francesa eclodiu da profunda insatisfação do Terceiro Estado, formado por camponeses, artesãos, trabalhadores urbanos e a burguesia, em face dos privilégios intocáveis da nobreza e do clero. Excluídos do poder político e sobrecarregados por impostos, os representantes desse grupo – os burgueses – passaram a exigir reforma institucional, maior representatividade e igualdade jurídica. Uma grave crise econômica, a difusão das ideias iluministas e a convocação dos Estados Gerais em 1789 catalisaram a ruptura definitiva com o Antigo Regime.

Fruto desse processo revolucionário, a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789)** consagrou princípios fundamentais como liberdade, igualdade perante a lei e propriedade como direitos inalienáveis. Sob o universalismo de sua proclamação, contudo, o documento refletia, em essência, os valores e interesses do homem burguês. Sua promessa de igualdade excluía explicitamente vastos setores da sociedade, como as mulheres, os escravizados nas colônias e os homens sem propriedade. Essa contradição flagrante foi vigorosamente denunciada por figuras como Olympe de Gouges. Em resposta, ela redigiu a **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791)**, reivindicando a igualdade de gênero e também expondo os limites e a exclusão inerentes ao próprio conceito de cidadania forjado pela Revolução.



PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © GETTY IMAGES E WIKIMEDIA COMMON

Na prática

Atividade 1

Com base nas fontes sobre a Revolução Francesa, analise segundo o roteiro:

- quais direitos foram defendidos e por quem;
- quem foi incluído e quem ficou de fora;
- quais interesses estão por trás da ideia de "liberdade" e "igualdade".

Estação 1: A Declaração e seus direitos

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789

Art. 1º – Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ter como fundamento a utilidade comum.

Art. 2º – A finalidade de toda associação política é a preservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º – O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Art. 4º – A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudique o próximo: assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites só podem ser determinados pela lei. [...]

Art. 10º – Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.

ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE FRANCESA. **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789**. UFSM, 2018. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

1 Quais são os direitos naturais defendidos pela Declaração?

A Declaração defende os direitos naturais inalienáveis e sagrados de todo ser humano: a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão (Art. 2º) com a liberdade limitada apenas pela lei quando necessário para garantir os mesmos direitos aos outros (Art. 4º).

2 De que forma esses direitos representam uma ruptura com o Antigo Regime?

Os direitos expressos nos artigos da Declaração negam a sociedade estamental ao estabelecerem a igualdade jurídica (Art. 1º), transferem a soberania do rei para a nação (Art. 3º) e garantem liberdades individuais inexistentes antes, como a liberdade de opinião e religiosa (Art. 10º). Isso dissolve os privilégios feudais, o poder absoluto do monarca e a intolerância religiosa.

Estação 2: A Declaração e seus direitos

A crítica de Hobsbawm

Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios nobres, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. "Os homens nascem e vivem livres e iguais perante as leis" dizia seu primeiro artigo; mas ele também prevê a existência de distinções sociais, ainda que "somente no terreno da utilidade comum". A propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável. [...] A Declaração afirmava [...] que "todos os cidadãos têm o direito de colaborar na elaboração das leis"; mas "pessoalmente ou através de seus representantes".
E a assembleia representativa que ela vislumbrava como o órgão fundamental de governo não era necessariamente uma assembleia democraticamente eleita, nem o regime nela implícito pretendia eliminar os reis. Uma monarquia constitucional baseada em uma oligarquia possuidora de terras era mais adequada à maioria dos liberais burgueses do que a república democrática [...].

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções:** 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 67. Adaptado.

3 Segundo Hobsbawm, por que a Declaração não defende uma sociedade democrática e igualitária?

A Declaração de 1789 não defendia uma sociedade democrática e igualitária porque priorizava os interesses da burguesia liberal, que buscava substituir a nobreza no poder sem instaurar uma democracia plena. Ela manteve distinções sociais baseadas na propriedade e adotou um sistema representativo restrito, compatível com uma monarquia constitucional oligárquica, não com uma república democrática.

4 Com base no texto, aponte duas ideias que mostram como a Declaração de 1789 refletia interesses da burguesia liberal.

1. Propriedade privada como direito inviolável: a Declaração elevou a propriedade privada a um direito "sagrado e inalienável", protegendo os bens da elite burguesa contra intervenções estatais ou demandas por igualdade econômica. 2. Sistema representativo censitário: ao limitar a participação política aos que podiam votar (via censo baseado em propriedade) e ao possibilitar representação indireta, a Declaração assegurou o controle político nas mãos dos proprietários, excluindo as classes populares.

Estação 3: Quem ficou de fora?

Preâmbulo da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), de Olympe de Gouges

Mães, filhas, irmãs, mulheres representantes da nação reivindicam constituir-se em uma assembleia nacional.

Considerando que a ignorância, o menosprezo e a ofensa aos direitos da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção no governo, resolvem expor em uma declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis e sagrados da mulher. Assim, que esta declaração possa lembrar sempre, a todos os membros do corpo social seus direitos e seus deveres, que, para gozar de confiança, ao ser comparado com o fim de toda e qualquer instituição política, os atos de poder de homens e de mulheres devem ser inteiramente respeitados; e, que, para serem fundamentadas, doravante, em princípios simples e incontestáveis, as reivindicações das cidadãs devem sempre respeitar a constituição, os bons costumes e o bem-estar geral.

GOUGES, O. de, 1748-1793. **Declaração dos direitos da mulher e da cidadã e outros textos** [recurso eletrônico]. Tradução Cristian Brayner. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2021. (Coleção vozes femininas).

5 Qual é a principal crítica que Olympe de Gouges faz à Declaração de 1789?

A principal crítica de Olympe de Gouges à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) é a exclusão das mulheres dos direitos de cidadania, apesar de a Revolução Francesa proclamar liberdade, igualdade e fraternidade. Assim, denuncia a hipocrisia de um regime que combate privilégios, mas mantém a desigualdade, tratando as mulheres como cidadãs de segunda classe.

6 De que forma esse texto amplia a ideia de cidadania discutida durante a Revolução?

Ao publicar a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), Gouges amplia o conceito de cidadania ao afirmar que os direitos naturais devem ser universais, incluindo as mulheres. Seu texto desafia a noção de que a participação política e a igualdade jurídica são exclusivamente masculinas, defendendo que uma sociedade verdadeiramente justa só existirá quando homens e mulheres tiverem os mesmos direitos e deveres. Dessa forma, ela expande os ideais revolucionários, mostrando que a liberdade não pode ser plena se metade da população permanecer subjugada.

AULA

3

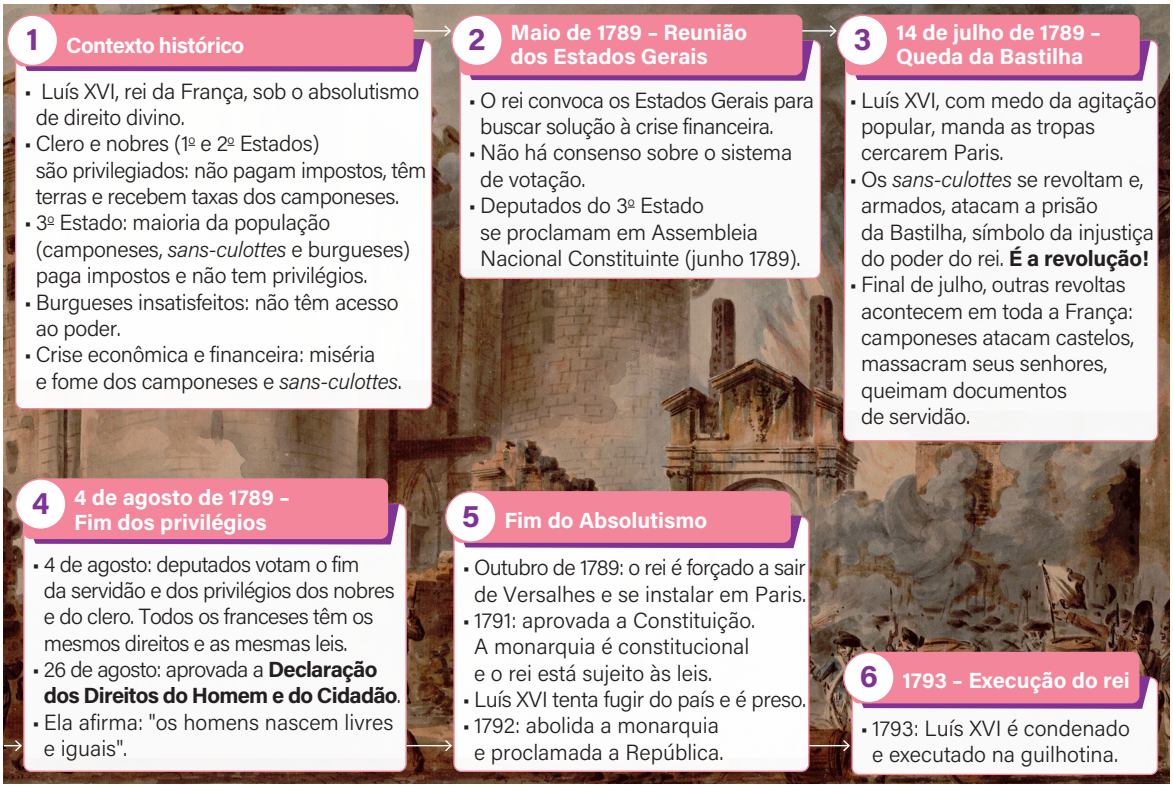
“MARCHEMOS, MARCHEMOS”: AVANTE CIDADÃOS!

Resumo

A Revolução Francesa (1789-1799) foi um processo complexo e multifásico marcado por profundas transformações. Na fase da Assembleia Nacional Constituinte (1789-1791), a alta burguesia e a nobreza liberal lideraram a abolição dos privilégios feudais e instituíram uma monarquia constitucional baseada no voto censitário, excluindo as massas.

Durante a Convenção Nacional (1792-1795), a radicalização resultou na Proclamação da República, na execução do rei e em conquistas como o sufrágio universal masculino e o direito à insurreição, que constaram na Constituição de 1793.

Já o Diretório (1795-1799) representou a reação termidoriana: restabeleceu o voto censitário, suprimiu direitos populares e consolidou o poder burguês conservador. Cada constituição – 1791, 1793 e 1795 – materializou os projetos antagônicos dos grupos no poder, evidenciando que a Revolução foi uma arena de disputas políticas, e não um percurso linear.



1 Contexto histórico

- Luís XVI, rei da França, sob o absolutismo de direito divino.
- Clero e nobres (1º e 2º Estados) são privilegiados: não pagam impostos, têm terras e recebem taxas dos camponeses.
- 3º Estado: maioria da população (camponeses, *sans-culottes* e burgueses) paga impostos e não tem privilégios.
- Burgueses insatisfeitos: não têm acesso ao poder.
- Crise econômica e financeira: miséria e fome dos camponeses e *sans-culottes*.

2 Maio de 1789 – Reunião dos Estados Gerais

- O rei convoca os Estados Gerais para buscar solução à crise financeira.
- Não há consenso sobre o sistema de votação.
- Deputados do 3º Estado se proclamam em Assembleia Nacional Constituinte (junho 1789).

3 14 de julho de 1789 – Queda da Bastilha

- Luís XVI, com medo da agitação popular, manda as tropas cercarem Paris.
- Os *sans-culottes* se revoltam e, armados, atacam a prisão da Bastilha, símbolo da injustiça do poder do rei. **É a revolução!**
- Final de julho, outras revoltas acontecem em toda a França: camponeses atacam castelos, massacram seus senhores, queimam documentos de servidão.

4 4 de agosto de 1789 – Fim dos privilégios

- 4 de agosto: deputados votam o fim da servidão e dos privilégios dos nobres e do clero. Todos os franceses têm os mesmos direitos e as mesmas leis.
- 26 de agosto: aprovada a **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**.
- Ela afirma: "os homens nascem livres e iguais".

5 Fim do Absolutismo

- Outubro de 1789: o rei é forçado a sair de Versalhes e se instalar em Paris.
- 1791: aprovada a Constituição. A monarquia é constitucional e o rei está sujeito às leis.
- Luís XVI tenta fugir do país e é preso.
- 1792: abolida a monarquia e proclamada a República.

6 1793 – Execução do rei

- 1793: Luís XVI é condenado e executado na guilhotina.

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © WIKIMEDIA COMMONS

Na prática

Atividade 1

Leia os trechos das Constituições da França e os analise.

Fonte I

Trecho da Constituição francesa de 1791, Título II, Seção I, Artigo 2

Para ser cidadão ativo, é necessário:

[...] ser francês, ter pelo menos 25 anos de idade, residir no local há pelo menos um ano, pagar, em qualquer parte do Reino, uma contribuição direta ao menos igual ao valor de três dias de trabalho; não estar em condição de servidão e estar inscrito na municipalidade [...], além de ter prestado o juramento cívico

FRANCE. **Constitution française du 3 septembre 1791**. Conseil Constitutionnel. Tradução livre. Disponível em: https://www.conseil-constitutionnel.fr/la-constitution/les-constitutions-de-la-france. Acesso em: 9 jul. 2025.

1 Qual era o critério de participação política estabelecido por essa Constituição?

A Constituição de 1791 estabeleceu o sufrágio censitário como critério central para a participação política. Além de exigir nacionalidade francesa, 25 anos de idade, residência fixa e juramento cívico, condicionava o *status* de "cidadão ativo" ao pagamento de uma contribuição direta equivalente a três dias de trabalho. Essa exigência econômica excluía expressamente os não proprietários e assalariados pobres, vinculando o direito político à capacidade contributiva e à propriedade, em sintonia com os ideais burgueses que moldaram a revolução.

2 Como esse critério revela a relação entre direitos políticos e propriedade?

O critério estabelece uma vinculação orgânica entre propriedade e direitos políticos, transformando a condição econômica em fundamento da cidadania. Ao exigir o pagamento de uma contribuição direta equivalente a três dias de trabalho, a Constituição restringiu o *status* de "cidadão ativo" aos proprietários e contribuintes, excluindo assalariados, servos e não proprietários (classificados como "cidadãos passivos"). Essa lógica, inspirada em pensadores como Sieyès, equiparava a posse de bens à capacidade de ter "interesse na nação", legitimando o projeto burguês. Dessa forma, a propriedade não era apenas um requisito, mas a base material do poder político: os direitos civis derivavam da condição econômica, contradizendo os princípios universais de liberdade e igualdade proclamados pela Revolução, consolidando uma democracia censitária.

Fonte II – Constituição de 1793 (Arts. 4, 6 e 35)

Trechos da Constituição francesa de 1793, Artigos 4, 6 e 35

Todo homem nascido e domiciliado na França, com pelo menos 21 anos, que viva de seu trabalho, ou tenha adquirido propriedade, ou tenha sido declarado merecedor pela humanidade, é cidadão. [...]

O povo tem o direito de mudar sua Constituição.

Quando o governo viola os direitos do povo, a insurreição é, para o povo e para cada porção do povo, o mais sagrado dos direitos e o mais indispensável dos deveres.

FRANCE. **Constitution du 24 juin 1793**. Conseil Constitutionnel. Tradução livre. Disponível em: https://www.conseil-constitutionnel.fr/la-constitution/les-constitutions-de-la-france. Acesso em: 9 jul. 2025.

3 Como essa Constituição amplia o conceito de cidadania em relação à de 1791?

A Constituição de 1793 ampliou radicalmente o conceito de cidadania ao abolir o sufrágio censitário da Carta de 1791 e estabelecer o sufrágio universal masculino. Reconhecendo como cidadãos todos os homens maiores de 21 anos com trabalho ou vínculos sociais, rompeu a vinculação entre propriedade e direitos políticos. Essa mudança transformou a soberania popular em princípio efetivo, baseando a legitimidade política na vontade coletiva independentemente da condição econômica, ainda que mantendo exclusões de gênero.

4 Que papel é atribuído ao povo diante de um governo que atenta contra os direitos?

A Constituição de 1793 atribui ao povo o direito e o dever de insurreição contra governos que violem seus direitos. Ao declarar a resistência como legítima diante da tirania, o texto radicaliza o princípio da soberania popular: a insurreição não é vista como desordem, mas como garantia suprema das liberdades, transformando-se em um mecanismo constitucional de defesa do contrato social. Essa inovação jurídica inverte a lógica tradicional, convertendo a rebelião em ato cívico legítimo quando o poder trai sua finalidade pública.

Fonte III

Trechos da Constituição francesa de 1795, Preâmbulo e Título III, Artigos 19 e 20

A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique os direitos de outrem. [...] A igualdade consiste em que a lei seja a mesma para todos, seja para proteger ou punir. [...]

Para ser eleitor, é necessário ter pelo menos 25 anos, residir por um ano no lugar das eleições e pagar uma contribuição direta equivalente a 150 dias de trabalho.

FRANCE. **Constitution du 5 fructidor an III (22 août 1795).** Conseil Constitutionnel. Tradução livre. Disponível em: https://www.conseil-constitutionnel.fr/la-constitution/les-constitutions-de-la-france. Acesso em: 9 jul. 2025.

5 A Constituição de 1795 retoma critérios de exclusão política. O que isso indica sobre a fase pós-Terror?

A Constituição de 1795 indica uma reação conservadora pós-Terror, reinstaurando critérios de exclusão política para conter a participação popular. Ao exigir uma contribuição direta exorbitante (equivalente a 150 dias de trabalho), restabeleceu o sufrágio censitário e excluiu as camadas pobres, revertendo o sufrágio universal de 1793. Essa medida reflete o domínio da alta burguesia termidoriana, que buscava desmontar as conquistas radicais do período jacobino, assegurando o poder a uma elite proprietária e evitando novos levantes populares.

6 Como o uso da linguagem da igualdade pode esconder restrições sociais?

A linguagem da igualdade na Constituição de 1795 atua como retórica legitimadora que oculta restrições materiais. Ao proclamar princípios universais ("igualdade perante a lei"), mas vincular direitos políticos a critérios censitários excludentes (exigência de 150 dias de trabalho), o texto naturaliza hierarquias sociais sob a máscara de universalismo. Essa contradição funcional revela como o discurso igualitário pode ser instrumentalizado para preservar privilégios de classe: a igualdade jurídica abstrata dissimula a desigualdade concreta de acesso ao poder, convertendo-se em mecanismo de dominação burguesa no contexto termidoriano.

AULA

4

O PERÍODO NAPOLEÔNICO: DA CONSOLIDAÇÃO DAS CONQUISTAS BURGUESAS À REAÇÃO CONSERVADORA

Resumo

Entre 1799 e 1815, Napoleão Bonaparte consolidou seu poder na França mediante o **golpe do 18 Brumário**, instaurando o **Consulado** e posteriormente autoproclamando-se Imperador. Seu regime concentrou poderes absolutos, combinando heranças revolucionárias com estruturas autoritárias. Essa dualidade materializou-se no **Código Civil de 1804**, que institucionalizou direitos burgueses fundamentais (como propriedade privada e igualdade perante a lei), mas restringiu a cidadania plena dos excluídos sociais, especialmente mulheres e populares.

Paralelamente, Napoleão lançou-se a **campanhas militares expansionistas**, legitimadas pela retórica de difundir ideais revolucionários, mas que na prática reforçavam o controle imperial. Sua imagem, cuidadosamente cultivada como **herói militar**, serviu à propaganda de um poder personalista.

Com sua queda após derrotas militares sucessivas, as potências europeias reuniram-se no **Congresso de Viena (1815)**. O evento restaurou as monarquias tradicionais e reordenou fronteiras, mas paradoxalmente preservou instituições napoleônicas alinhadas aos interesses burgueses, como os códigos legais e a primazia da propriedade privada, revelando o pragmatismo conservador da nova ordem continental.

ERA NAPOLEÔNICA

Consulado
1799-1804

Golpe do 18 Brumário

Reformas internas:

- **Código Civil (Código Napoleônico)**
- **Concordata com a Igreja**
- **Centralização do poder**

Império
1804-1814

- **Autoproclamação como Imperador**
- **Políticas expansionistas**
- **Bloqueio continental**

Governo dos Cem Dias
1815

- **Retorno de Napoleão à França.**
- **Tentativa de restaurar o poder.**
- **Batalha de Waterloo (1815).**

Legado

- **Código Napoleônico: influência sobre as leis modernas; difusão de ideias liberais.**
- **Congresso de Viena (1814-1815): reordenação da Europa pós-Napoleão.**

CASTELO DE MALMAISON, 2006; MUSEU DO LOUVRE, 2019; MUSEU DO LOUVRE, 2020.PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Na prática

Atividade 1

Analise as fontes a seguir e responda às questões sobre o período Napoleônico.

Fonte I

Código Civil Napoleônico

Artigo 524. São considerados imóveis por destinação, desde que tenham sido postos pelo proprietário para o uso e manejo da propriedade:

– animais utilizados para fins agrícolas;

– ferramentas e implementos de lavoura;

– sementes fornecidas aos agricultores;

– colmeias, pombais, viveiros, peixes de açudes, adubo, palha, entre outros.

Artigo 525. Considera-se que o proprietário fixou definitivamente os bens móveis ao imóvel quando estão presos por gesso, cal ou cimento, ou quando não podem ser separados sem dano para eles ou para a estrutura à qual estão fixados.

Artigo 537. Os particulares têm livre disposição dos bens que lhes pertencem, sob as modificações estabelecidas pela lei.

BONAPARTE, N. **Código Civil Francês**: Livro II – Dos bens, Título I – Da distinção dos bens. Decreto de 25 jan. 1804, promulgado em 4 fev. 1804. The Napoleon Series.

1 Por que e para quem a proteção à propriedade era importante?

A proteção à propriedade era essencial para a burguesia, classe que ascendeu durante e após a Revolução Francesa e que baseava seu poder econômico e social na posse de bens e capitais. Ao garantir juridicamente a inviolabilidade da propriedade privada, o Código Civil Napoleônico consolidava os interesses dessa classe, excluindo os setores populares do acesso à terra e assegurando a ordem social baseada na desigualdade de posses. Essa proteção propiciava à burguesia estabilidade jurídica para manter e expandir sua riqueza dentro da nova ordem liberal.

2 De que forma o princípio de liberdade dos proprietários para dispor de seus bens está relacionado com os ideais liberais burgueses e com o contexto pós-Revolução Francesa?

O princípio de liberdade dos proprietários reflete os ideais liberais surgidos com a Revolução Francesa, centrados na autonomia do indivíduo e na limitação da intervenção do Estado sobre os bens privados. No contexto pós-revolucionário, o Código Napoleônico formalizou esse ideal ao assegurar que os donos da propriedade tinham total liberdade sobre seu uso e transmissão, reforçando uma concepção jurídica voltada para a valorização do capital e para a consolidação da sociedade burguesa. Essa liberdade jurídica era, na prática, um mecanismo de exclusão social e de manutenção da ordem econômica liberal.

Fonte II: **Napoleão Bonaparte atravessando os Alpes**

REPRODUÇÃO/ENSINAR HISTÓRIA

Napoleão atravessando os Alpes, série de pinturas de Jacques-Louis David, 1801. Kunsthistorisches Museum – Museu de História da Arte em Viena, Áustria.

3 Que elementos visuais reforçam a idealização da figura de Napoleão como líder militar?

Na pintura **Napoleão atravessando os Alpes,** a imagem idealiza o líder ao apresentá-lo montado em um cavalo empinado, com postura firme, capa esvoaçante e olhar determinado. Esses elementos conferem a ele uma aura heroica e quase sobrenatural, sugerindo coragem, domínio e liderança. A figura isolada e imponente de Napoleão no topo da composição reforça sua centralidade e grandeza, transformando-o em símbolo de força e conquista, independentemente da realidade histórica de sua travessia, que foi muito menos gloriosa.

4 De que forma a propaganda visual legitima o autoritarismo do Império?

A propaganda visual legitima o autoritarismo ao apresentar Napoleão como figura messiânica e incontestável, associando sua imagem ao heroísmo e à estabilidade. Ao ser retratado como aquele que conduz a França ao progresso por meio da força e da ordem, esconde-se o caráter concentrador de poder do Império. A ausência de crítica ou ambiguidade na representação contribui para construir um mito em torno do líder, naturalizando sua autoridade e ocultando os traços autoritários e militares de seu governo.

Fonte III

Reunindo na capital austríaca entre 1814 e 1815 os representantes de todos os países envolvidos nas guerras dos últimos anos, o Congresso de Viena redesenhou o mapa europeu e até mundial depois da derrota do império bonapartista. O espírito conservador predominou no Congresso: combate aos movimentos revolucionários e nacionalistas, defesa dos direitos legítimos das casas reais e união das monarquias europeias. E orientou suas principais decisões: retorno às fronteiras existentes em 1792, criação da Confederação Germânica (Estados alemães e Áustria), autonomia da Polônia e dos Países Baixos, devolução dos territórios coloniais ocupados a suas respectivas metrópoles. No final, Áustria, Rússia e Prússia criaram a Santa Aliança, uma liga político-militar para fazer frente a novas revoluções. O período que se seguiu ao Congresso de Viena é chamado de Restauração.

TEIXEIRA, F. M. P. **As guerras napoleônicas**. São Paulo: Ática, 1996.

5 Cite dois elementos do texto que expressam uma reação contrária às transformações revolucionárias.

Dois elementos claros que demonstram a reação conservadora do Congresso de Viena são: a defesa dos direitos legítimos das casas reais, que buscava restaurar as monarquias absolutas depostas (o caso dos Bourbon na França), e a criação da Santa Aliança, uma coalizão político-militar entre Áustria, Prússia e Rússia para reprimir novos movimentos revolucionários. Esses elementos indicam que as potências vencedoras buscavam anular os efeitos políticos da Revolução Francesa e do Império, restaurando a velha ordem aristocrática e monárquica na Europa.

6 Quais elementos da Revolução Francesa e do Império Napoleônico foram mantidos mesmo após o Congresso de Viena?

Apesar do espírito conservador do Congresso de Viena, algumas conquistas da Revolução Francesa e do Império Napoleônico foram mantidas, como os códigos civis que garantiam a propriedade privada e a igualdade jurídica formal. A reorganização territorial e administrativa promovida por Napoleão também influenciou a estrutura dos Estados europeus. Essas permanências demonstram que, embora as monarquias tenham voltado ao poder, a Europa já havia incorporado práticas institucionais modernas típicas do modelo burguês, o que impediu um retorno completo ao Antigo Regime.

AULA

5

"*E PLURIBUS UNUM*": NÓS, O POVO DOS ESTADOS UNIDOS?

Resumo

A Independência dos Estados Unidos (1776) emergiu da insatisfação crescente das Treze Colônias contra o domínio britânico, alimentada pelo ideário iluminista. Inspirados no liberalismo de John Locke, os colonos reivindicaram direitos naturais — vida, liberdade e busca da felicidade, sintetizando no lema "*E pluribus unum*" o projeto de unificar as colônias em uma nação autônoma. **Essa retórica libertária, contudo, convivia com exclusões estruturais**: a escravidão persistiu legalizada, mulheres foram confinadas à esfera doméstica, povos indígenas tiveram seus territórios usurpados e não proprietários foram marginalizados politicamente. A Constituição de 1787, ao institucionalizar o federalismo, **consagrou mecanismos de opressão** ao possibilitar que estados mantivessem tais práticas, como a cláusula do escravizado fugitivo. Assim, a liberdade proclamada revelou-se um **privilégio seletivo** para a elite branca proprietária, expondo o abismo irresolúvel entre os ideais revolucionários e a realidade de uma república fundada em desigualdades.

Processo de Independência dos EUA

1764

Lei do Açúcar (Sugar Act):
- Impostos sobre açúcar e vinho;
- reforço do controle alfandegário;
- início do descontentamento colonial.

1765

Lei do Selo (Stamp Act):
- Taxação de documentos impressos;
- protestos e boicotes;
- congresso da Lei do Selo exige representação política.

1767

Leis Townshend:
- Novos impostos sobre vidro, papel, tinta e chá;
- intensificação dos boicotes e da insatisfação.

1773

Lei do Chá (Tea Act):
- Monopólio do chá para a Companhia das Índias Orientais;
- festa do Chá de Boston como resposta radical.

1774

Leis Intoleráveis (Coercive Acts):
- Fechamento do porto de Boston e controle direto sobre Massachusetts;
- reação: convocação do Primeiro Congresso Continental.

1775

Início da Guerra da Independência:
- Conflitos armados em Lexington e Concord;
- colonos armam resistência contra as tropas britânicas.

1776

Declaração de Independência:
- Proclamação oficial da separação, por parte das Treze Colônias, da Inglaterra;
- defesa dos direitos naturais (vida,

1781

Artigos da Confederação:
- Primeiro documento constitucional dos EUA;
- governo central fraco, sem poder de taxação.

1787

Constituição dos Estados Unidos:
- Criação de um governo federal com divisão de poderes;
- marco legal da nova república, ainda com cidadania

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Na prática

Atividade 1

Elabore um texto dissertativo-argumentativo articulando as ideias de liberdade presentes na Independência dos Estados Unidos com as contradições sociais e políticas daquele contexto.

Utilize como base as fontes a seguir:

- **Declaração de Independência dos Estados Unidos** (1776);
- **Constituição dos Estados Unidos** (1787);
- **O Comitê dos Cinco apresenta a Declaração de Independência ao Congresso** (1819).

Fica a dica: inicie apresentando a ideia de liberdade defendida pelos colonos e os fundamentos filosóficos ou religiosos que a sustentavam. **Em seguida**, discuta como essas ideias foram contraditórias com a realidade da exclusão e da escravidão.

Conclua com uma reflexão crítica: a quem essa liberdade servia naquele momento?

Use **expressões** como "apesar de...", "por outro lado...", "contraditoriamente...", para marcar a oposição entre os ideais e a prática.

Texto I

Declaração de Independência dos Estados Unidos (1776)

Nós temos por evidentes as seguintes verdades:

– que todos os homens nascem iguais;

– que foram dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre os quais a vida, a liberdade e a busca da felicidade;

– que os governos são estabelecidos pelos homens para garantir estes direitos e seu justo poder emana do consentimento dos governados;

– que, se um governo não reconhece esses objetivos, o povo tem o direito de modificá-lo ou aboli-lo e de estabelecer um novo governo fundamentando-o nos princípios e sobre a forma que lhe pareça a mais própria para lhe garantir a segurança e a felicidade.

[...] Quando uma longa série de abusos e de usurpação marca a intenção de submeter os homens a um despotismo absoluto, é de seu direito e dever rejeitar um tal governo.

[...] Em consequência, nós, os representantes dos Estados Unidos da América, [...] declaramos solenemente, em nome e pela autoridade do bom povo destas colônias, que estas colônias unidas são, e têm o direito de ser, estados livres e independentes; que são desligadas de toda obediência à coroa da Inglaterra.

THE U.S. National Archives and Records Administration. **Declaration of Independence**: a transcription. America's Founding Documents, [s.d.]. Disponível em: https://www.archives.gov/founding-docs/declaration-transcript Acesso em: 8 set. 2025.

Texto II

Constituição dos Estados Unidos (1787)

Nós, o povo dos Estados Unidos [...], ordenamos e estabelecemos a presente Constituição para os Estados Unidos da América:

Artigo I – Todos os poderes legislativos serão confiados a um Congresso dos Estados Unidos, que se constituirá de um Senado e de uma Câmara dos Representantes.

Artigo II – O poder executivo é conferido ao presidente dos Estados Unidos da América durante um período de quatro anos [...]. O presidente será comandante-em-chefe do exército e da marinha [...]. Terá o poder de concluir tratados com o consentimento do Senado.

Artigo III – O poder judiciário dos Estados Unidos será confiado a um Tribunal Supremo e aos tribunais inferiores que o Congresso julgar necessário criar e estabelecer.

THE U.S. National Archives and Records Administration. **The Constitution of the United States**: a transcription. America's Founding Documents, [s.d.]. Disponível em: https://www.archives.gov/founding-docs/constitution-transcript Acesso em: 8 set. 2025.

Imagem I

O Comitê dos Cinco apresenta a Declaração de Independência ao Congresso (1819)

LOCKE COLE/WIKIMEDIA COMMON, 2021

O Comitê dos Cinco (John Adams, Benjamin Franklin, Thomas Jefferson, Robert Livingston e Roger Sherman) apresenta a Declaração de Independência ao Congresso Continental, em 28 de junho de 1776. **Declaração da Independência**, pintura de John Trumbull, concluída em 1819.

Título:

O texto deve contemplar alguns pontos importantes com base na interpretação dos textos de apoio/iconografia e problematizações solicitadas.

Proclamada sob ideais iluministas que exaltavam direitos naturais e liberdade política, a Independência dos Estados Unidos inspirou-se em John Locke para defender que governos só existem com o consentimento dos governados — princípio ecoado na Declaração de Independência (1776) ao afirmar que "todos os homens são criados iguais". Essa retórica, contudo, coexistia paradoxalmente com a exclusão social e a escravidão legalizada. A Constituição de 1787 expôs essa contradição ao institucionalizar práticas como a devolução compulsória de pessoas escravizadas fugitivas (art. IV, seção 2), revelando a seletividade da liberdade prometida. A pintura **Declaração de Independência**, de John Trumbull, que apresenta o Comitê dos Cinco (John Adams, Benjamin Franklin, Thomas Jefferson, Robert Livingston e Roger Sherman), ao retratar apenas as elites brancas, simboliza a unidade idealizada, mas apaga os excluídos: negros escravizados, indígenas expropriados e mulheres confinadas à esfera privada. Assim, a nova república consolidou-se não sobre a igualdade proclamada, mas sobre desigualdades estruturais que moldaram sua fundação excludente.

AULA

6

OS ECOS DA REVOLUÇÃO FRANCESA NO CARIBE: A ILHA DE SÃO DOMINGOS E O JACOBINISMO NEGRO

Resumo

A Revolução Haitiana (1791-1804) constitui um dos episódios mais radicais e significativos da história das Américas. Iniciada como uma insurreição de escravizados na próspera colônia francesa de São Domingos, transformou-se em um movimento de ruptura dupla: **aboliu o sistema escravista e pôs fim ao domínio colonial francês**. Inspirados pelos ideais da Revolução Francesa, os revolucionários haitianos, liderados por figuras como Toussaint L'Ouverture, **reinterpretaram radicalmente os princípios de "liberdade, igualdade e fraternidade" a partir de sua experiência concreta de opressão**. Esse processo de apropriação criativa, conhecido como **"jacobinismo negro"**, gerou um projeto político autônomo que transcendia o modelo europeu.

Após unificar o território ao vencer a Guerra Civil contra André Rigaud (1799-1800), L'Ouverture promulgou uma constituição autônoma em 1801, abolindo a escravidão. A tentativa de Napoleão Bonaparte de restabelecer o controle colonial, que levou à prisão e à morte de L'Ouverture, foi suplantada por Jean-Jacques Dessalines. Sua vitória decisiva na **Batalha de Vertières (1803)** propiciou a **declaração de independência em 1804**, fundando o **Haiti**: a primeira nação das Américas a erradicar a escravidão e a primeira república governada por ex-escravizados.

Apesar dessas conquistas revolucionárias, o Haiti enfrentou **hostilidade internacional**: potências escravistas impuseram-lhe isolamento e, em 1825, a França extorquiu uma indenização aviltante (150 milhões de francos) para reconhecer sua independência. Seu exemplo gerou o **"haitianismo"**, um sentimento de pânico entre as elites escravistas das Américas, temerosas de possíveis revoltas negras. O Haiti, contudo, emergiu como **símbolo perene de resistência negra**, materializando o ideal da liberdade conquistada pela luta direta contra o colonialismo e a escravidão.

NERO THE SECOND/WIKIMEDIA COMMONS

Ilustração histórica da Revolução Haitiana no livro **São Domingos, ou História de suas Revoluções,** publicado por volta de 1815.

Na prática

Atividade 1

Leia os textos sobre a Revolução Haitiana para responder às questões a seguir.

Texto I

Revolução no Mundo Atlântico

[...] O conhecimento da experiência haitiana foi amplamente difundido em toda a América, entre as elites, as camadas populares e os [escravizados]. Essa experiência tornou clara as forças explosivas encerradas na estrutura das sociedades fundamentadas no **trabalho forçado**, racialmente demarcado, e os enormes riscos de tentar derrubar a

autoridade central nessas sociedades. A revolução teve início quando vários integrantes da população livre da colônia – as elites "*grands blancs*" de fazendeiros que buscavam maior autonomia em relação à França; os artesãos e trabalhadores "*petit blancs*" que reivindicavam a igualdade democrática com as elites; e os negros e [mestiços] livres que objetivavam a igualdade racial com os brancos – pegaram em armas uns contra os outros e partiram para a guerra. O caos e a desordem resultantes e a falência dos controles coercitivos nos engenhos de açúcar da ilha proporcionaram aos [escravizados] – 90% da população total da colônia – a oportunidade de se rebelarem e partir para a guerra em seus próprios benefícios. Para as classes dominantes de todo o hemisfério, as lições a serem extraídas do Haiti eram óbvias: em qualquer lugar em que populações de não brancos viviam em condições de **trabalho forçado**, a revolução política podia se transformar muito facilmente em **revolução social**. As elites das mais ricas economias mineiras e de plantation foram cautelosas ao cortar seus laços com a Europa.

ANDREWS, G. Um raio exterminador: as guerras pela liberdade, 1810-90. **Histórias Afro-atlânticas,** Vol. 2. São Paulo: Masp, 2018. p. 176-177.

Texto II

A Revolução Haitiana – uma entrevista

Serviço de Comunicação Social: O que foi a Revolução Haitiana, e quais as principais causas que motivaram esse movimento?

Everaldo de Oliveira Andrade: A revolução haitiana foi um movimento de ruptura com a colonização francesa e que se combinou com a luta pela libertação dos [escravizados] negros. Tudo ocorreu em um contexto que se combinava com a revolução francesa iniciada em 1789. A revolução haitiana projetou a luta autônoma dos povos negros por liberdade e teve papel importante para demarcar uma pauta de direitos [...] sociais e políticos que mobilizou os próprios revolucionários na França e o pensamento ocidental. As principais causas da revolução haitiana se relacionavam com a luta por liberdade dos escravizados, que encontrou no momento da revolução francesa – quando as classes dominantes estavam divididas – uma oportunidade para tomar a iniciativa. O momento de radicalização do governo dos jacobinos levou a decretação do fim da escravidão nas colônias francesas, incluindo o Haiti, então a colônia mais rica da França.

ELIAS, A. Revolução Haitiana, entrevista com Everaldo de Oliveira Andrade. **Hoje na História**, 22 de agosto de 2022.

1 De que forma os conflitos internos da população livre haitiana enfraqueceram o controle sobre os escravizados, possibilitando a rebelião que radicalizou a revolução?

Os conflitos entre brancos ricos (*grands blancs*), brancos pobres (*petit blancs*) e africanos negros/mestiços livres desestabilizaram o governo colonial e enfraqueceram a vigilância sobre os escravizados. Isso possibilitou que os cativos (90% da população) aproveitassem o "caos" para iniciar uma rebelião massiva, transformando a disputa política inicial numa revolução social que aboliu o sistema escravista.

2 Por que o Haiti fez as elites escravistas das Américas temerem rebeliões de escravizados (haitianismo) durante revoluções políticas, levando-as a hesitar em romper com a Europa?

O Haiti demonstrou que crises políticas em sociedades escravistas podiam desencadear revoltas de cativos, ameaçando toda a ordem social. Temendo perder controle sobre a maioria escravizada, as elites de outras colônias evitaram romper com a Europa, pois a presença militar metropolitana era vista como uma barreira essencial contra rebeliões.

3 Em que sentido a Revolução Haitiana promoveu uma ruptura mais radical que a Revolução Francesa ao unir a independência colonial e a abolição da escravidão, desafiando a ordem colonial e redefinindo o conceito de liberdade?

A Revolução Haitiana foi mais radical que a Revolução Francesa ao unir, de forma indissociável, a independência colonial e a abolição da escravidão. Essa dualidade desafiou estruturalmente a ordem colonial escravista e redefiniu o conceito de liberdade no Ocidente, ao materializar universalmente direitos que a própria França revolucionária não aplicara às suas colônias.

AULA

7

INDEPENDÊNCIAS NA AMÉRICA ESPANHOLA: QUAIS OS PROJETOS DE NAÇÃO?

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Independências Americanas

Ao longo do século XIX, as colônias espanholas na América engajaram-se em movimentos de independência liderados sobretudo pelos *criollos* – elites locais descendentes de espanhóis que ambicionavam autonomia política e acesso a cargos administrativos monopolizados pelos *chapetones* (funcionários metropolitanos). Inspirados pelos ideais iluministas de liberdade e soberania popular, essas elites promoveram a ruptura com a Coroa espanhola, mas preservaram intencionalmente as estruturas coloniais de desigualdade.

Apesar da participação decisiva de indígenas, negros e mestiços nos exércitos libertadores, suas demandas por justiça social e inclusão foram sistematicamente ignoradas após a emancipação. As novas repúblicas mantiveram a exclusão racial, a concentração fundiária e as hierarquias sociais herdadas do período colonial, convertendo a independência em uma ruptura política sem transformação social. Casos como o do México, onde a rebelião popular de Hidalgo foi suprimida por *criollos*, que depois consolidaram um Estado excludente, e as trajetórias de Bolívar e San Martín (que lideraram exércitos multiculturais, mas fundaram repúblicas controladas por elites), comprovam que o projeto emancipatório serviu, acima de tudo, aos interesses das classes dominantes locais, relegando as minorias à marginalização.

Na prática

Atividade 1

Em uma rotação por estações, analise com base nas fontes e textos.

Estação 1

Texto I

Liberdade com diferentes significados sociais

Para os [escravizados], a liberdade se traduzia pelo rompimento das cadeias que ligavam a seus senhores; para mestiços e indígenas indicava a possibilidade da abolição das discriminações das chamadas castas. Para os liberais (comerciantes, funcionários, proprietários de terra etc.), a liberdade significava o fim dos laços com a metrópole. Além disso, os despossuídos queriam a terra, enquanto os proprietários e comerciantes desejavam liberdade para produzir e comerciar.

PRADO, M. L. C. Bolívar, Bolívares. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 jul. 1983.

Texto II

Tensões sociais e o medo de rebeliões populares

Os próprios curacas ressentiram-se das mudanças em curso e alimentaram a utopia de restaurar o Império Inca. [...] A rebelião de Túpac Amaru simboliza tensões que marcaram a história do Império Espanhol na América. [...] O Peru acabou emancipado da Espanha especialmente por obra da intervenção das tropas de San Martín [...] e de Simón Bolívar [...]. O medo de uma guerra generalizada de uma maioria indígena contra uma minoria branca compara-se ao medo relacionado ao fenômeno do haitianismo, de uma grande rebelião de [escravizados] negros contra os colonizadores franceses.

PRADO, M. L. C.; PELLEGRINO, G. **História da América Latina**. São Paulo: Contexto; 2014.

1 De acordo com os dois textos, quais eram os diferentes projetos de liberdade defendidos por escravizados, indígenas, mestiços, despossuídos e elites *criollas*?

De acordo com os textos, os diferentes grupos sociais e étnicos atribuíram significados distintos à ideia de liberdade. Para os escravizados, tratava-se do rompimento definitivo com a escravidão. Já para indígenas e mestiços, a expectativa era a abolição das discriminações de casta e, em alguns casos, a restauração de tradições

políticas autônomas, como demonstra a rebelião de Túpac Amaru II. Os despossuídos, por sua vez, aspiravam ao acesso à terra como condição de sobrevivência e autonomia. As elites *criollas*, por outro lado, defendiam a ruptura com a metrópole e a liberdade de comércio, sem abrir mão de seus privilégios sociais. Assim, fica evidente que os setores populares não eram apenas "massa de manobra", mas contavam com projetos próprios, ainda que a maioria tenha sido frustrada nos novos Estados.

2 Considerando o temor das elites diante do "haitianismo", como os conflitos étnicos influenciaram para a fragmentação da América em vários Estados nacionais?

O temor das elites diante do "haitianismo", ou seja, da possibilidade de uma grande rebelião de escravizados e setores populares inspirada no Haiti, influenciou diretamente os rumos da independência. As elites *criollas* aceitaram o apoio desses grupos apenas de forma tática, durante as guerras, mas os excluíram da vida política após a emancipação. Além disso, o medo de revoltas generalizadas de indígenas e negros, somado às rivalidades entre lideranças e aos interesses econômicos regionais, contribuiu para inviabilizar o projeto de unidade continental de Bolívar. Nesse contexto, a fragmentação da América Hispânica em vários Estados nacionais foi o caminho encontrado pelas elites para preservar o controle político e conter o risco de transformações sociais mais profundas.

Estação 2

Texto III

Independência da América Espanhola: ruptura política, não social (Entrevista com Ronald León Núñez)

As revoluções hispano-americanas foram políticas, mas não sociais, pois nasceram de um embate entre a burguesia e a Coroa espanhola. O principal objetivo das independências não era a garantia de direitos aos povos das colônias – os processos foram movidos pelo desejo burguês de negociar no mercado internacional diretamente. Junto a isso, a busca pela independência teve a ajuda de líderes das elites *criollas*, como Simón Bolívar e José de San Martín. [...] Ainda que as relações entre as classes sociais não tenham se transformado de forma significativa, a emancipação representou uma grande ruptura na história da América Hispânica. [...] seu caráter é determinado pelo período histórico – a era das revoluções democrático-burguesas, inaugurada pela Revolução Francesa de 1789 ou, se for preferível, pela Revolução de Independência dos Estados Unidos [...]. No caso das Américas, o processo de crise e desintegração do sistema colonial europeu foi duplo: por um lado, significou uma luta continental para emancipar as colônias das metrópoles; por outro, uma luta paralela e não menos violenta para formar

os novos Estados-nação independentes. Nesse processo, em especial na América hispânica, houve uma participação ativa de setores populares, sobretudo no alistamento nos exércitos patriotas. Entre 1809 e 1829, os hispano-americanos travaram uma guerra com altíssimos custos humanos e materiais contra o Império espanhol, que enviou sucessivas expedições militares para "reconquistar" suas colônias.

TOQUETTI, G. F. Independência da América Espanhola. **Hoje na História**. FFLCH-USP, 2023. Disponível em: https://www.fflch.usp.br/73202 Acesso em: 18 set. 2025.

3 Como os interesses da elite *criolla* explicam a contradição entre a ruptura política das independências hispano-americanas e a permanência das hierarquias sociais coloniais, segundo o Texto III?

A aparente contradição apontada pelo autor do texto revela a característica específica das independências hispano-americanas: de autonomia política e econômica. Muito embora as emancipações tenham representado uma ruptura histórica com o domínio colonial espanhol (1809-1829), não promoveram transformações sociais profundas, porque foram lideradas por elites *criollas*, cujos interesses dependiam da manutenção das estruturas coloniais de poder. Segundo Núñes, a independência foi uma "revolução democrático-burguesa" liderada por *criollos* cujo objetivo central era controlar o comércio e o Estado, não "transformar" a sociedade. Assim, a ruptura foi política (fim do domínio espanhol), mas não social, porque as elites preservaram terras, hierarquias raciais e exclusão para manter seus privilégios. A participação popular nos exércitos foi cooptada para a luta militar, sem converter-se em inclusão política ou social pós-independência. O "custo humano" da guerra, portanto, não resultou em emancipação das maiorias. A participação popular nos exércitos patriotas foi instrumentalizada para a luta militar, mas seus anseios por igualdade foram silenciados na construção dos novos Estados.

Estação 3

Fonte I

Simón Bolívar, libertador e pai da nação

PEDRO JOSÉ FIGUEROA/SIMÓN BOLÍVAR, LIBERTADOR E PAI DA NAÇÃO

Simón Bolívar, libertador e pai da nação, 1819, de Pedro José Figueroa, óleo sobre tela, Museu Quinta de Bolívar, Bogotá (Ministério de Cultura da Colômbia).

Fica a dica: a América é representada como uma mulher indígena, mestiça, de cocar de penas, carregando um arco e flechas, no entanto, com vestimentas e joias de uma europeia. Acolhendo essa nova pátria está Bolívar, o libertador e pai da nação.

Texto IV

A construção da imagem de Bolívar

A guerra de emancipação da Espanha dividiu a história da América em dois tempos: antes e depois da independência. Antes da independência, tudo era escuridão, servidão, submissão à monarquia absoluta [...]. Diante dessas relações temporais, entre passado e presente, surge a construção da imagem do "Libertador". Os seus relatos, suas cartas e boa parte da documentação escrita por ele transmitem uma ideia específica de Bolívar, ou seja, uma construção de si, [...] entre os anos de 1818 e 1822. A narrativa construída a respeito de Bolívar seduz, na medida em que ela é reparatória. O seu personagem representa um acerto de contas do continente com o seu próprio passado. Ele encarna, no campo simbólico, a cura das feridas e das mazelas coloniais. Simón Bolívar, "Libertador", estanca o sangue derramado por Hernán Cortés, o "Conquistador". Em [...] 1815, o general escreveu: "[...] A América inteira está tingida com sangue americano. Ele era necessário para lavar uma mancha tão envelhecida" [...]. A ideia do "Libertador", então, dialogava com a do "Conquistador". Cortés dominou, Bolívar libertou. Era quase como se a imagem de Bolívar precisasse refazer o percurso de Cortés, atravessando o continente, enfrentando perigos, fazendo alianças, recebendo louros por suas vitórias, mas com outro objetivo: em vez de dominar, o de libertar.

MORAIS, M. V. de. Simón Bolívar: a construção do libertador. Os usos das crônicas coloniais e o jornal Correio de Orinoco (1805- 1825). **XXIX Simpósio Nacional de História.** Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1485208256_ARQUIVO_ANPUH_BOLIVAR_MARCUS_VINICIUS_DE_MORAIS.pdf Acesso em: 8 ago. 2025. p. 3.

4 Como a pintura de Pedro José Figueroa reforça a imagem de Bolívar como herói, revelando as contradições do projeto *criollo* de independência?

A pintura de Figueroa reforça o heroísmo de Bolívar ao retratá-lo como "pai protetor" da jovem nação (representada por uma alegoria indígena de vestes híbridas), celebrando sua liderança na libertação do jugo espanhol. A obra, contudo, obra também revela as contradições do projeto *criollo*: a figura indígena, embora simbolicamente central, aparece subordinada e europeizada (joias, vestido), refletindo como as elites instrumentalizaram símbolos nativos para legitimar seu poder, sem incluir os povos originários na construção do Estado pós-independência. Assim, o heroísmo de Bolívar é construído sobre uma emancipação política que perpetuou exclusões sociais.

5 Por que os líderes da independência fizeram de Bolívar um herói "libertador", dizendo que ele corrigiu os erros da colonização espanhola, se, na realidade, as desigualdades sociais continuaram depois da independência?

A elite *criolla* construiu a imagem de Bolívar como "libertador" para simbolizar uma ruptura radical com o passado colonial espanhol (apresentado como "escuridão" e "servidão"), usando-a como narrativa reparatória que "lavaria as manchas" da Conquista (encarnada por Cortés). Esse mito heroico serviu principalmente para legitimar o novo Estado pós-independência, porém mantendo as estruturas coloniais de poder que beneficiavam as elites. Assim, a independência libertou politicamente a América do domínio espanhol, mas não alterou as desigualdades sociais, pois o projeto *criollo* excluiu indígenas e pobres da transformação real.

AULA

8

ANTICOLONIALISMO NA AMÉRICA PORTUGUESA: "INFIDELIDADE AO REI"

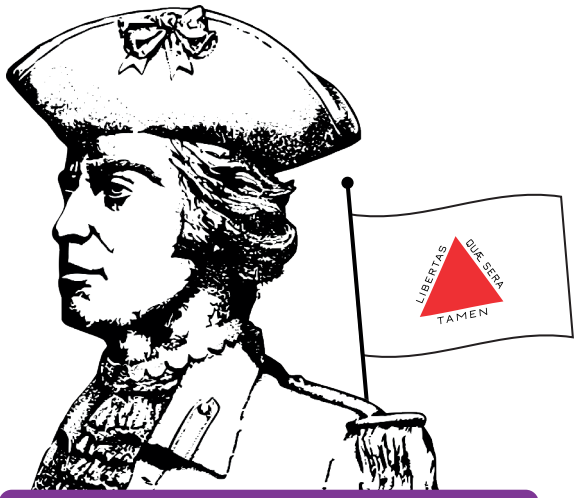
Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – América Portuguesa

A **Inconfidência Mineira (1789)** e a **Conjuração Baiana (1798)**, embora inspiradas pelo Iluminismo e pela independência dos Estados Unidos, divergiam radicalmente em composição e objetivos. A primeira ocorreu em Vila Rica (atual Ouro Preto) e foi liderada por membros das **elites coloniais** – militares, padres, intelectuais e proprietários de terras –, entre os quais estava Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes. O grupo defendia a independência política de Minas Gerais e o fim da cobrança abusiva da **derrama** (tributo sobre o ouro). O movimento, no entanto, **não questionava a manutenção da escravidão nem os privilégios sociais das elites e dos grandes proprietários**.

Já a **Conjuração Baiana**, também chamada de Revolta dos Alfaiates, ocorrida em Salvador quase uma década mais tarde, teve caráter **popular**, envolvendo soldados, artesãos, alfaiates e libertos. Inspirada pela Revolução Francesa, suas propostas iam além da independência: defendiam a criação de uma república, a abolição da escravidão, a igualdade racial e melhores condições de vida para as camadas mais pobres.

As diferenças entre esses movimentos se refletiram na memória histórica: Tiradentes foi elevado a herói nacional no século XIX, símbolo da luta pela liberdade, enquanto os líderes baianos (como Lucas Dantas e João de Deus), além de executados em praça pública, foram apagados da história oficial. Isso evidencia como a construção da narrativa patriótica no Brasil privilegiou as lutas ligadas às elites, silenciando vozes populares que lutavam contra a discriminação e a exclusão social.



INCONFIDÊNCIA MINEIRA – 1789

Contexto

- Internacional: iluminismo e independência dos EUA
- Minas: aumento dos impostos, insatisfação e endividamento das elites; alvará de 1785

Objetivos

- Independência política de Portugal
- Formação de uma república

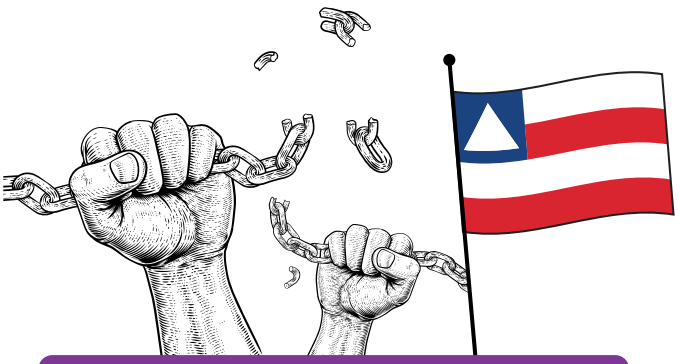
Lideranças

- Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier)
- Tomás Antônio Gonzaga
- Cláudio Manuel da Costa
- José Álvares Maciel

Desfecho

- Falta de apoio popular
- Denúncia
- Devassa (investigação)
- Execução de Tiradentes

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © SEEKLOGO © GETTY IMAGES



CONJURAÇÃO BAIANA (REVOLTA DOS ALFAIATES) – 1798

Contexto

- Internacional: iluminismo
- Bahia: desigualdade social

Objetivos

- Fim da dominação portuguesa
- Abolição da escravidão
- Melhoria das condições de vida da população

Participantes

- Escravizados
- Soldados
- Negros livres
- Alfaiates, sapateiros e pedreiros

Desfecho

- Prisão e execução pública dos principais líderes
- Movimento esmagado pelas autoridades coloniais
- Apagamento histórico dos mártires populares

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © GETTY IMAGES

Na prática

Atividade 1

Leia as fontes a seguir para responder à questão.

Fonte I

Depoimento de Vieira da Mota

A testemunha declarou que é de conhecimento público em toda a Vila que Tiradentes costumava afirmar em tabernas, quartéis e em outros locais que Minas Gerais poderia vir a se tornar uma república. Em certa ocasião, ao visitar a casa da testemunha, o Alferes passou a exaltar a beleza, a formosura e a riqueza das Minas Gerais, afirmando que a região era a melhor do mundo devido ao seu ouro e diamantes. Ele acrescentou que Minas poderia muito bem se tornar uma república livre e próspera. A testemunha respondeu: "E quanto à América Inglesa?". O Alferes respondeu: "Exatamente. E ainda melhor, devido às maiores comodidades que possui."

ANDRADA, L. (coord.). **Autos de devassa da Inconfidência Mineira**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; 2016. Disponível em: https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/21494. Acesso em: 11 ago. 2025.

Fonte II

Depoimento de Vieira da Mota

Perguntado João de Deus sobre como soube da rebelião, o réu respondeu que foi convidado para a casa de Lucas Dantas, onde este afirmou que planejava uma revolução. O réu declarou não compreender o significado dessa palavra. Dantas respondeu: "É fazer uma guerra civil entre nós, para que não haja distinção entre as cores branca, parda e preta, e para que sejamos todos felizes, sem exceção de pessoas, de modo que não estaremos sujeitos a sofrer com um homem tolo que nos governe. Somente aqueles que tiverem maior juízo e capacidade para comandar serão os governantes, independentemente da sua origem, ficando esta Capitania [da Bahia] sob um governo democrático e absoluto."

PINTO, F. S. A. C. **A inconfidência da Bahia: devassas e sequestros**, v. 1. Rio de Janeiro: Officinas graphicas de Bibliotheca Nacional; 1931. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7868. Acesso em: 11 ago. 2025.

Com base nos documentos, quais semelhanças e diferenças podem ser identificadas acerca da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana?

Ambos os movimentos defendiam a ruptura com o domínio português e a proclamação de um governo republicano, influenciados por ideais iluministas e tendo em vista os depoimentos citados na defesa dos rebeldes. Segundo o depoimento de Vieira da Mota, na Fonte I, Tiradentes havia exaltado as riquezas de Minas Gerais e defendido que a capitania poderia se tornar uma república próspera, "como a América Inglesa", refletindo-se ao modelo federalista e liberal dos EUA.

Os movimentos diferenciam-se, porém, em suas especificidades, considerando a origem social de seus participantes. Notadamente, enquanto em Minas Gerais as elites coloniais almejavam a independência, leis próprias e comércio livre – diante dos altos impostos (derrama) e do descontentamento com a Coroa –, ou seja, um interesse predominantemente econômico, na Bahia, a maioria dos conjurados eram homens livres pobres (artesãos, soldados, vendedores ambulantes etc.) e de camadas médias urbanas. A Conjuração Baiana, portanto, teve um caráter popular e emancipador, com destaque para ideiais de igualdade racial e social (o fim da escravidão), como evidenciado pelo depoimento de Dantas, que menciona a união entre "brancos, pardos e pretos".

AULA

9

UMA CORTE AO MAR: D. JOÃO SEXTO E SEU REINO NOS TRÓPICOS

Resumo

Em 1808, fugindo das invasões napoleônicas, a corte portuguesa transferiu-se para o Brasil com apoio da Inglaterra. Esse movimento levou à reorganização do Império português, com a instalação do governo no Rio de Janeiro e a criação de instituições administrativas, financeiras e culturais.

Ao transferir o aparato estatal português para o Rio de Janeiro, D. João VI não apenas escapava de Napoleão, mas reconfigurava as relações coloniais. O Brasil tornou-se "**metrópole de si mesmo**", acolhendo estruturas simbólicas do poder metropolitano, o que possibilitou uma emancipação política sem rupturas radicais.

A Abertura dos Portos às Nações Amigas possibilitou a entrada de produtos estrangeiros e enfraqueceu os laços mercantis com Lisboa. Em 1815, o Brasil foi elevado à condição de **Reino Unido de Portugal e Algarves**, o que ampliou a autonomia política do território e fortaleceu a elite local agrária e escravista.

As contradições do projeto imperial emergiram justamente dessa **continuidade sob nova roupagem**. Enquanto promovia reformas modernizadoras (Banco do Brasil, bibliotecas, academias) para construir uma capital "civilizada", o Estado mantinha a **escravidão como pilar econômico** (abolida em Portugal desde 1761, mas intensificada no Brasil). Medidas como a transferência do desembarque de sequestrados africanos para o Valongo simbolizavam o paradoxo: ocultar a violência colonial para atender a uma elite europeizada, enquanto havia dependência dela para a acumulação de riquezas. Assim, o processo de independência foi conduzido pela própria elite luso-brasileira, que manteve o controle político e os mecanismos sociais herdados do período colonial, ou seja, um **projeto de modernização conservadora**: liberal na economia, centralizador na política e arcaico na sociedade, evidenciando que a emancipação política não significou emancipação social.

Na prática

Atividade 1

Em uma rotação por estações, analise o que se pede.

Estação 1

Fonte I

Carta Régia, de 28 de janeiro de 1808

Abre os portos do Brasil ao comércio direto estrangeiro [...]

Eu, o príncipe regente, [...] em razão das críticas e públicas circunstâncias da Europa [...], sou servido a ordenar [...] o seguinte:

1º – Que sejam admissíveis nas **alfândegas** do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportadas em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassalos [...].

2º – Que não só os meus vassalos, mas também os sobreditos estrangeiros possam exportar para os portos que bem lhes parecer [...] todos e quaisquer gêneros e produções coloniais, à exceção do pau-brasil ou outros notoriamente estancados [...].

Escrita na Bahia aos 28 de janeiro de 1808.

Príncipe

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Carta Régia de 28 de janeiro de 1808**, [s.d.] a. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carreg_sn/anterioresa1824/cartaregia-35757-28-janeiro-1808-539177-publicacaooriginal-37144-pe.html. Acesso em: 25 ago. 2025.

Alfândega: repartição onde se pagam os direitos de entrada ou saída de mercadoria.

Fonte II

Carta de Lei, de 16 de dezembro de 1815

Eleva o Estado do Brasil à graduação e categoria de Reino.

D. João, por graça de Deus, Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves etc. Faço saber aos que a presente carta de lei vir, [...], reconhecendo quanto seja vantajosa aos meus fiéis vassalos em geral uma perfeita união e identidade entre os meus Reinos de Portugal, e dos Algarves, e os meus Domínios do Brasil, erigindo este àquela graduação e categoria política que pelos sobreditos predicados lhes deve competir, e na qual os ditos meus domínios já

foram considerados pelos **Plenipotenciários** das Potências que formaram o Congresso de Viena, assim no tratado de Aliança, concluído aos 8 de abril do corrente ano, como no tratado final do mesmo Congresso: sou portanto servido e me praz ordenar o seguinte:

I. Que, desde a publicação desta Carta de Lei, o Estado do Brasil seja elevado à dignidade, preeminência e denominação de – Reino do Brasil.

II. Que os meus Reinos de Portugal, Algarves e Brasil formem de agora em diante um só e único Reino debaixo do título – Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815**, [s.d.] b. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/carlei/anterioresa1824/cartadelei-39554-16-dezembro-1815-569929-publicacaooriginal-93095-pe.html. Acesso em: 25 ago. 2025.

Plenipotenciário: que tem plenos poderes/agente diplomático investido de plenos poderes ao representar seu governo em missão especial.

1 **Qual relação pode ser estabelecida entre as Cartas e a emancipação política do Brasil? Explique, citando as fontes.**

Na Fonte I, a Carta Régia de 1808, de abertura dos portos, teria promovido a ruptura do monopólio comercial (isto é, do controle do comércio do Brasil pelos portugueses), ou seja, seria o fim do mercantilismo exclusivo da metrópole. Os produtos brasileiros deixariam de passar pelas alfândegas de Portugal e o comércio passaria a ser realizado com todas as nações amigas. É importante ressaltar que essa ruptura não teria sido uma novidade, segundo pesquisas, pois já vinha sendo transgredida desde o século XVIII, ou seja, o monopólio nem sempre era exercido de forma rigorosa. A medida de caráter liberal, no entanto, oficialmente insere o Brasil no mercado internacional, favorecendo sua emancipação. Na Fonte II, é possível inferir qual foi a saída de D. João para Portugal (e Brasil), diante da derrota de Napoleão em 1814. Ao citar os representantes do Congresso de Viena, realizado em 1815, que promoveu a restauração da antiga ordem na Europa, recompondo os tronos das monarquias depostas, elevar o Brasil à categoria de Reino legitima a permanência de D. João no Brasil. A Carta de 1815 revela ainda mais o caráter emancipatório do país, mesmo que sob a égide dos Bragança, de permanências (não rupturas) e do descontentamento dos portugueses.

Estação 2

Texto I

A interiorização da metrópole

As condições, enfim, que oferecia a sociedade colonial não eram aptas a fomentar movimentos de liberação de cunho propriamente nacionalista no sentido burguês do século XIX. Desde a vinda de D. João VI, portugueses, europeus e nativos europeizados combinavam forças de mútuo apoio, armavam-se, despendiam grandes somas com aparelhamento policial e militar, sob o pretexto do perigo da infiltração de ideias jacobinas pela América espanhola ou pelos refugiados europeus. Inseguros de seu status de homens civilizados em meio à selvageria e ao primitivismo da sociedade colonial, procuravam de todo modo resguardar-se das forças de desequilíbrio interno. A sociedade que se formara no correr de três séculos de colonização não tinha alternativa ao findar do século XVIII senão transformar-se

em metrópole, a fim de manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social. Foi o que os acontecimentos europeus, a pressão inglesa e a vinda da corte tornaram possível. A vinda da corte, com o enraizamento do Estado português no Centro-Sul, daria início à transformação da colônia em metrópole interiorizada. Seria essa a única solução aceitável para as classes dominantes em meio à insegurança que lhes inspiravam as contradições da sociedade colonial, agravadas pelas agitações do constitucionalismo português e pela fermentação mais generalizada no mundo inteiro na época, que a Santa Aliança e a ideologia da contrarrevolução na Europa não chegavam a dominar.

DIAS, M. O. L. da S. **Interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

Fica a dica: a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro acelerou sobremaneira as mudanças políticas e administrativas no Brasil. Esse processo, embora não totalmente planejado, criou condições irreversíveis que levaram à Independência. O país passou a ocupar uma posição singular: não era mais uma colônia tradicional, mas também não se tornara uma metrópole europeia, gerando impasses próprios dessa transição.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Fica a dica: o termo "**interiorização da metrópole**" é amplamente conhecido por estudiosos do processo de independência e formação do Estado brasileiro. Criado em 1972 pela historiadora da USP, Maria Odila da Silva Dias, em um ensaio que se tornou um clássico na historiografia, o conceito chamou a atenção para a importância de **estudar a Independência** não apenas sob a ótica da substituição do mercantilismo por pressões externas, mas, também, a partir da dinâmica econômica e das tensões sociais internas do Brasil. Segundo Dias, **a presença da corte no Rio de Janeiro** transferiu para o Centro-Sul do país o papel que antes cabia a Lisboa: o de colonizar e administrar o restante do território brasileiro.

2 Por que a ideia de que a Independência teria resultado de uma luta da colônia contra a metrópole seria um mito, segundo a historiadora Maria Odila da Silva Dias? Apresente argumentos, destacando as transformações da elite a partir do texto historiográfico.

A historiadora refuta a ideia de que nosso processo de independência seria resultado da luta da colônia versus metrópole, já que, a partir da vinda da corte para o Brasil, tivemos mais continuidades que rupturas. Maria Odila Leite da Silva Dias explicita que, quando a Colônia acolhe a estrutura e os quadros do Estado português, "nos tornamos metrópole de nós mesmos", ou seja, os caminhos para emancipação se fizeram com a criação de um Estado que se recolonizou, ocorreu a transformação da colônia em metrópole interiorizada. Diferentemente do que, ao menos de início, observou-se na América espanhola, com a influência de ideais libertadores e nacionalistas, a vinda da corte, a abertura dos portos e as reformas administrativas e culturais, assim como a estrutura social desigual, violenta e escravista, promoveram a criação de uma elite local, que viabilizou a manutenção da estrutura política, administrativa, econômica e social em torno de interesses comuns.

Estação 3

Texto II

“Perfeita civilização”: a transferência da corte, a escravidão e a metropolização do Rio de Janeiro.

[...] para os funcionários régios “civilizarem” o Rio de Janeiro, tornando-a cosmopolita, precisavam também confrontar um atributo colonial mais formidável [...] a diferença mais marcante entre a velha corte e a nova não era a arquitetura ou os comportamentos, mas, acima de tudo, o fato de que metade da população da nova sede imperial era composta de [escravizados]. Afinal de contas, no mundo português da primeira parte do século XIX, a escravidão era uma prática exclusivamente colonial, já que os **decretos** de **1761** e de **1773** tinham estabelecido as **bases para a abolição da escravatura em Portugal**. Transformar o Rio de Janeiro numa corte cosmopolita significava **romper com um passado colonial**; parecia então que o uso do trabalho escravo estaria ultrapassado. [...] Todavia, o raciocínio das elites – tanto contra a escravidão quanto contra a população africana e afro-brasileira – era sobrepujado pela sua ansiedade relativa ao impacto imaginado da abolição imediata da escravatura sobre a economia e a sociedade no Brasil: o fim da agricultura de exportação e o aumento da “vadiagem”.

SCHULTZ, K. **Versalhes tropical**: império, monarquia e a corte joanina no Rio de Janeiro (1808–1821). São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Texto III

Um rei no Brasil: uma tintura de “civilização”

O governo também lidaria com especificidades geradas pela presença e cultura dos africanos [...] espalhados pela colônia. [...] Havia ainda o medo de rebeliões negras, fenômeno que ficou conhecido como “haitismo”, em alusão à tomada da colônia francesa do Haiti pelos negros. Esse movimento teve a capacidade de exportar o medo (por parte das elites) e a esperança (para os escravizados). [...] Aos olhos bastante preconceituosos dos forasteiros, também chamava atenção a população negra: um pilar para a economia da época e, por isso, “naturalizada” no cotidiano da colônia. A essas alturas, a escravidão era ainda uma instituição poderosa nos dois lados da América, com potencial para expansão e sustentação política.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

3 Quais são as contradições apresentadas pelo texto acerca da "modernização" do Rio de Janeiro diante da ideia de romper com um "passado colonial", já que a cidade era a sede da monarquia portuguesa?

Fazer do Rio de Janeiro um espaço civilizado, digno de uma corte europeia, a sede da monarquia portuguesa exigiria o rompimento de estruturas do passado colonial, como a escravidão; por isso, os textos historiográficos apontam as contradições desse processo, ou seja, uma "tinta de civilização" e modernização. A prática associada ao colonialismo já havia sido abolida em Portugal na segunda metade do século XVIII; no entanto, metade da população da cidade do Rio de Janeiro era composta por escravizados, sendo um pilar da economia brasileira, sustentando a agricultura de exportação e moldando a estrutura social. A manutenção da escravização revela o temor das elites em relação à emancipação dos escravizados, bem como sua resistência à abolição, naturalizada no cotidiano.

AULA

10

A HORA E A VEZ DE PEDRO: “VAI O PAI, FICA O FILHO!”

Resumo

A Revolução do Porto, em seu caráter liberal, pretendia a implementação de uma Constituição e a modernização do Estado, com o objetivo de estabelecer limites ao poder do monarca e garantir direitos aos cidadãos. Já para o Brasil, o movimento foi visto como restaurador, uma vez que pretendia restabelecer o controle colonial sobre o território brasileiro, revertendo os avanços de autonomia conquistados desde a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808. Diante das determinações recolonizadoras das Cortes de Lisboa, José Bonifácio, aliado às elites do Centro-Sul, passa a tratar Portugal como um Estado opressor, a fim de buscar legitimidade para a emancipação brasileira, apresentando-a como o resultado da luta de um povo oprimido.

A consolidação desse discurso era parte de um projeto, ainda que forjado, de unidade da América lusitana sob o governo do Rio de Janeiro, de Pedro I, a fim de evitar a fragmentação territorial (como na América Espanhola), assim como uma via republicana. A unidade não existia, era necessário criá-la, ou seja, não havia uma ideia de Brasil, uma identidade nacional. O documento estabeleceu as primeiras bases para sua construção, consolidando o projeto político da elite brasileira.

Por outro lado, outra tentativa de independência ocorria nas demais províncias do Norte e Nordeste, especialmente na Bahia, onde a guerra da independência mobilizou milhares de combatentes, incluindo escravizados, que viram no conflito uma oportunidade para lutar por sua liberdade. Diferentes grupos sociais se envolveram na luta, como proprietários de terras, monarquistas e escravizados, ainda que com interesses distintos. Ao final, a luta pela independência se consolidou mais como um projeto das elites do que como uma revolução popular.

Esses elementos mostram que o processo de independência do Brasil foi marcado por negociações políticas e disputas regionais, assim como por uma narrativa oficial que

minimizou a complexidade e os conflitos violentos ocorridos em diferentes regiões do país, sendo de grande relevância na construção da nova nação.

Na prática

Atividade 1

Analise as fontes sobre as "independências" do Brasil em uma **rotação por estações**.

Estação 1: Revolução do Porto

Texto I

Revolução do Porto: liberal para Portugal, restauradora para o Brasil

[...] as antigas demonstrações de fidelidade irrestrita ao monarca por parte da população portuguesa deram lugar à indignação geral. [...] Segundo as elites locais, para reerguer Portugal seria preciso deter o processo de autonomia do Brasil, ao qual atribuíam a responsabilidade pelo estado lamentável das finanças e do comércio no reino. [...] O fato é que, privado dos recursos de suas possessões ultramarinas, sem os lucros do comércio colonial e humilhado pela dependência em relação à Inglaterra, Portugal se descobriu ocupando um lugar periférico dentro do seu próprio sistema imperial. [...] Foi animada por esse espírito que estourou a Revolução Liberal do Porto, em 1820, erguendo duas grandes bandeiras de luta. De um lado, o constitucionalismo, a proposta de criação do conjunto de leis fundamentais do Estado, incluindo a definição do sistema geral de governo e a regulação dos direitos e deveres dos cidadãos – "Cortes e Constituição" era a palavra de ordem que reunia politicamente os portugueses, em 1820. De outro, a defesa da soberania nacional monárquica que, nesse caso, significava o retorno imediato de d. João VI, ou, ainda melhor, de toda a família real. [...] Para os brasileiros, como era de esperar, o movimento caiu muito mal: indicava que a metrópole não dava sinais de ultrapassar os laços coloniais, insistia em garantir seus próprios interesses, e que o sonho de um império luso-brasileiro estava prestes a se desfazer.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras; 2015. p. 201-202.

1 Explique o título do Texto I.

A reflexão trazida pelo texto historiográfico "Revolução do Porto: liberal para Portugal, restauradora para o Brasil" explicita as diferentes perspectivas do vintismo para o Império nos dois lados do Atlântico. Portugal, julgando-se periférico no próprio Império, em crise e dependente da Grã-Bretanha, atribuía a responsabilidade ao Brasil e ao excesso de autonomia da colônia. Assim, diante da influência liberal do contexto, defendia a implementação de uma Constituição e limites ao poder monárquico – Cortes e Constituição. Já para o Brasil, o discurso liberal do constitucionalismo representava a manutenção do controle colonial sobre o território brasileiro e a reafirmação da subordinação ao governo português, revertendo os avanços de autonomia conquistados desde a chegada da família real ao Rio de Janeiro em 1808.

Estação 2: Uma versão oficial: José Bonifácio e a saída conservadora

Texto I

José Bonifácio e o manifesto de 6 de agosto de 1822

[...] o manifesto redigido por Bonifácio [...] começa com a colonização. Para justificar a emancipação política, uma versão da história é nele apresentada, e essa versão seria durante muito tempo a versão oficial da história brasileira. Nela, o Brasil era um território ocupado, a partir da colonização, por forças portuguesas que nada mais desejavam do que explorar suas riquezas. Os povoadores das novas terras, apesar da mesma origem lusitana, eram então apresentados como brasileiros oprimidos, subjugados pela "tirania portuguesa" [...]. Curiosa inversão, essa forma de contar a história da América lusitana era assinada pelo príncipe herdeiro da coroa portuguesa e redigida por um homem que vivera a maior parte da vida em Portugal, integrando a burocracia lusitana e dedicando todos seus esforços para salvar o Império português da decadência. [...] Defensores veementes da união entre Brasil e Portugal, José Bonifácio e d. Pedro só optaram pela independência em função da intransigente decisão das Cortes lusitanas de organizar a monarquia constitucional com um governo centralizado em Lisboa. [...] O documento ainda apresentava as terras luso-americanas como uma unidade, o Brasil, em oposição ao reino opressor, Portugal. Ora, tal unidade não existia, sendo na verdade um projeto do grupo articulado em torno do governo de d. Pedro, que carecia de se materializar, enfrentando a resistência das elites provinciais, ciosas de sua autonomia. O manifesto de 6 de agosto de 1822 é um bom exemplo de como a história pode ser contada para servir a um projeto político, nesse caso, o de buscar legitimidade tanto para a emancipação brasileira [...].

DOLHNIKOFF, M. **José Bonifácio**. São Paulo: Companhia das Letras; 2012. p. 140-142.

Texto II

1922: A lenda dourada da independência

Em seu relatório à Secretaria do Interior do ano de 1922, o diretor do Museu [Afonso d'Escragnolle Taunay (1876-1958)] descreveu em detalhes a tela que encomendou "[...] representou o artista uma sessão agitada das Cortes. A de 9 de maio de 1822, em que Antônio Carlos e os deputados brasileiros fazem frente ao partido recolonizador que quer votar medidas opressivas ao Brasil." [...] A pintura de Pereira da Silva contava, por outro ângulo, a mesma lenda dourada da Independência do Brasil. [...] Chama atenção, porém, o destaque dado a Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio, líder do partido brasileiro e representante de São Paulo em Portugal.

LIMA JUNIOR, C.; SCHWARCZ, L. M.; STUMPF, L. K. **O sequestro da independência**: uma história da construção do mito do Sete de Setembro. São Paulo: Companhia das Letras; 2022. p. 152-153.

Fonte I

OSCAR PEREIRA DA SILVA/SESSÃO DAS CORTES DE LISBOA

Sessão das Cortes de Lisboa, obra de Oscar Pereira da Silva, 1922. Museu do Ipiranga/Museu Paulista USP – São Paulo.

2 Por que o texto afirma que o Manifesto de Independência serviu a um projeto político? Qual foi a saída conservadora para o Brasil? Explique.

O Manifesto da Independência foi resultado de uma conjuntura em que as tensões políticas entre Brasil e Portugal atingiram um ponto crítico com a Revolução Liberal do Porto, que pretendia o fim do absolutismo português por meio de uma monarquia constitucional. Ameaçado pelas pretensões recolonizadoras das Cortes de Lisboa, o discurso de José Bonifácio assumiu um caráter conservador. Bonifácio, responsável pela elaboração do Manifesto e pela articulação política, aliado às elites do Centro-Sul, passa a representar Portugal como o povo opressor, a fim de buscar legitimidade para a emancipação brasileira, apresentando-a como o resultado da luta de um povo oprimido. A consolidação desse discurso era parte de um projeto, ainda que forjado, de unidade da América lusitana sob o governo do Rio de Janeiro, de Pedro I, a fim de evitar a fragmentação territorial (como na América Espanhola), assim como uma via republicana. A unidade não existia, era necessário criá-la, ou seja, não havia uma ideia de Brasil, uma identidade nacional, e o documento estabeleceu as primeiras bases para sua construção, consolidando o projeto político da elite brasileira.

3 Em que aspectos a obra de 1922, criada para o Museu Paulista, reitera a "lenda dourada" da independência em sua versão paulista?

A obra de 1922, encomendada pelo diretor do Museu Paulista, Taunay, para reformulação das obras e em comemoração ao centenário da Independência (1922) reforça a "lenda dourada" da independência ao destacar a resistência heroica dos deputados brasileiros, em particular Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio, no enfrentamento às medidas opressivas das Cortes portuguesas. Essa narrativa paulista enaltece o papel central de figuras paulistas, como os Andradas, promovendo uma visão glorificada, em que São Paulo e seus representantes aparecem como protagonistas decisivos no processo de emancipação do Brasil. A ênfase em Antônio Carlos e sua atuação nas Cortes sublinha essa perspectiva regionalista, consolidando a ideia de São Paulo como berço da independência.

Estação 3: Outras lutas pela independência

Texto I

Uma outra independência: a província da Bahia

Imagine o leitor diante de si um quebra-cabeça já montado no qual as peças representam cada um dos Estados brasileiros: retire a Bahia. Aguarde mais um pouco e tire também Maranhão, Piauí, Pará e Amazonas. Espere mais alguns momentos e desloque Pernambuco, Ceará, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte. Olhe de novo para o quadro: como ficou o jogo todo, isto é, o Brasil? Esta comparação, embora simplificada, permite visualizar a situação instável da unidade brasileira nos anos 1821-24, que definiram a Independência e demarcaram as bases da integridade territorial da nação que se construía. Ao contrário de uma versão predominante de modo difuso no senso comum, na memória histórica oficiosa, a Independência do Brasil não foi uma dádiva nem se fez de forma pacífica, muito menos resolveu-se no Rio de Janeiro e São Paulo. Um dos episódios cruciais da História do Brasil neste momento foi a guerra da Independência na Bahia, que durou um ano e quatro meses, isto é, de fevereiro de 1822 a julho do ano seguinte, envolvendo, somente do lado brasileiro, cerca de 10 mil combatentes de armas na mão [...] a guerra da Independência na Bahia, longe de ser um episódio estritamente militar ou regionalista, não se dava de forma maniqueísta entre dois campos homogêneos, o brasileiro e o português [...]. Mas foi um embate no qual se enfrentavam (e às vezes se aliavam), no interior do chamado campo brasileiro, pelo menos três grandes tendências ou grupos: os proprietários de

terras, engenhos e [escravizados]; os representantes do viés monárquico-absolutista e da centralização imperial; e os [escravizados] que no interior dos combates lutavam contra a escravidão.[...] Do resultado desta conjunção e deste choque de forças, muitas vezes desiguais, é que sairia a nação brasileira em seus primeiros esboços [...].

TAVARES, L. H. D. **Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: EdufBA; 2007.

4 Qual a narrativa do texto historiográfico sobre as guerras de independência no Brasil? No que ela se diferencia de uma versão predominante, do senso comum? Explique.

O texto historiográfico destaca uma outra narrativa e perspectiva acerca das guerras de independência no Brasil, revelando a complexidade e o caráter violento desse processo, especialmente no Norte/Nordeste, como no caso da Bahia. O texto traz uma reflexão sobre os múltiplos conflitos e interesses das províncias que, ao contrário das versões oficiais, não envolveu apenas a disputa entre "colônia e metrópole", assim como não foi um evento pacífico; implicou a participação de diferentes grupos: proprietários de terra, monarquistas centralizadores e escravizados que lutavam contra a escravidão.

Essa visão contrasta com a memória oficial construída, que, muitas vezes, simplifica a independência como um processo pacífico e homogêneo, centrado apenas nas ações do Rio de Janeiro e de São Paulo e liderado exclusivamente pelas elites. O texto questiona e promove um outro olhar, ao enfatizar a natureza conflituosa e diversa do processo, mostrando que a independência foi marcada por lutas em diversas regiões provinciais e envolveu diferentes setores da sociedade brasileira, que, muitas vezes, tinham interesses opostos.

AULA

11

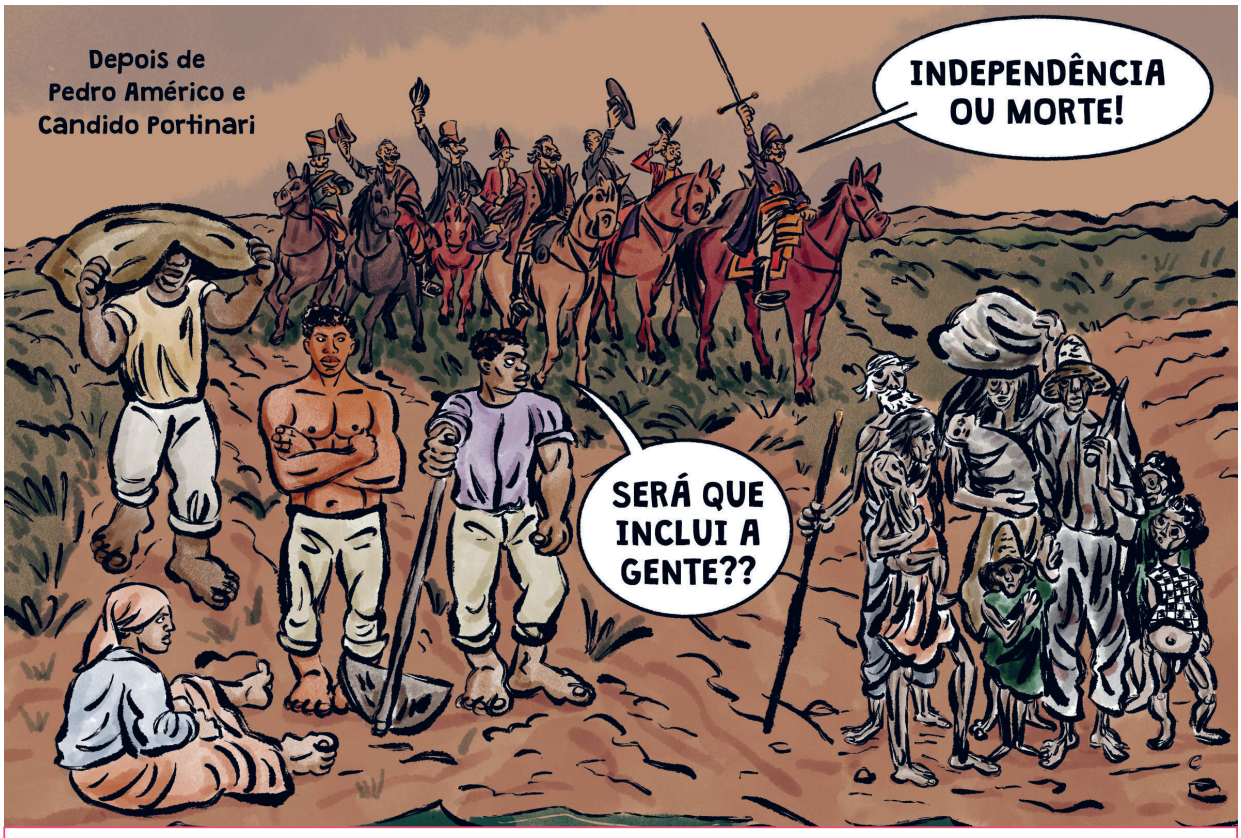
UMA NAÇÃO IMAGINADA: O QUADRO INDEPENDÊNCIA OU MORTE!

Resumo

Obras iconográficas revelam muito mais sobre as particularidades do tempo em que foram produzidas do que dos eventos que pretendem narrar, expressando memórias que ainda hoje podemos encontrar na identidade nacional. **Independência ou morte!**, de Pedro Américo, finalizada em 1888, assim como outras obras denominadas pinturas históricas, são moldadas por seus contextos e intencionalidades políticas, notadamente em consonância com o que se quer "lembrar" ou "esquecer".

Pedro Américo enfatizou uma visão idealizada e heroica do Grito do Ipiranga, centralizando a figura de D. Pedro I como o protagonista de um ato glorioso, privilegiando o papel sudestino, dos paulistas em especial, na emancipação de nosso país, relegando outras províncias ou as lutas da população (negra, mestiça e indígena) a um papel secundário.

Originária do final do Império, a obra tinha como objetivo reafirmar a importância da monarquia em um momento de declínio, exaltando a figura do imperador e imortalizando o episódio como um marco na fundação do Brasil. A pintura, que ficou guardada por muitos anos, tendo em vista a Proclamação da República em 1889 e seus outros projetos de imagem nacional, só foi apresentada ao público em 1895, na inauguração do Museu Paulista no Palácio do Ipiranga. Ainda assim, a representação ganhou destaque no imaginário do Sete de Setembro.



TRISCILA OLIVEIRA E LEANDRO ASSIS/FOLHAPRESS

Releitura do quadro **Independência ou Morte!** pelos chargistas Leandro Assis e Triscila Oliveira; os artistas fazem alusão a obras de Candido Portinari e Pedro Américo.

Na prática

Atividade 1

Com base nas pinturas históricas, leiam os fragmentos de textos a seguir e argumentem.

Iconografia 1. Independência ou morte!

REPRODUÇÃO/MUSEU PAULISTA/WIKIMEDIA COMMONS

Independência ou Morte!, obra de Pedro Américo, óleo sobre tela, 1888.
Museu do Ipiranga/Museu Paulista/USP, SP.

Iconografia 2. A Proclamação da Independência

REPRODUÇÃO/WIKIMEDIA COMMONS

A Proclamação da Independência. Obra de François-René François-René Moreaux, 1844.
Museu Imperial de Petrópolis, RJ.

Fonte I

Quando uma tela vale mais que um documento

Nos versos do Hino Nacional Brasileiro entoa-se o tão conhecido "Ouviram do Ipiranga as margens plácidas/ De um povo heroico o brado retumbante/ O sol da liberdade, em raios fúlgidos/ brilhou no céu da pátria nesse instante." Nas poucas linhas, a partir da seleção de algumas palavras-chave, o início do hino evoca o episódio da Independência do Brasil. Não é difícil transformar em imagens a letra do compositor e associá-la ao quadro **Independência ou morte!** de Pedro Américo, pintado em 1888, em que D. Pedro, montado a cavalo e de espada em punho, dá o "grito" de liberdade às margens do Ipiranga, em São Paulo. Se a narrativa empreendida no hino e na pintura parecem harmoniosamente coincidir, elas encobrem, por sua vez, outras narrativas possíveis sobre a Independência do Brasil, para além do ato situado nas cercanias do Riacho do Ipiranga, da data do 7 de setembro, e do próprio ano de 1822. Não se destaca a real Independência, que se deu no Rio com a aclamação. Também não aparece a pressão civil e popular; esta última apenas representada por um tropeiro, que de certa maneira representa o "espírito bandeirante" dos paulistas. Isso sem esquecer da centralidade conferida ao então príncipe D. Pedro.

SCHWARCZ, L. M. O sequestro da Independência. **Revista USP**, São Paulo, n. 133, p. 13-32, 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/199281/183340. Acesso em: 19 set. 2024.

Fonte II

Moreaux *versus* Pedro Américo

"A imagem da declaração de independência mais difundida ao longo do século XIX foi a do francês François-René Moreaux [1807-1860], realizada em 1844, por encomenda do Senado", diz a historiadora da arte Maraliz de Castro Vieira Christo, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). "Com a fragmentação política do período regencial e o golpe da maioridade, foi fundamental afirmar a continuidade entre a Independência e o reinado do jovem dom Pedro II, que subira ao trono três anos antes". Para tanto, "Moreaux optou por representar a Independência como confraternização e não como conflito, colocando os militares em último plano".

[...] O objetivo político da pintura de Moreaux era "perpetuar a imagem da monarquia como regime aclamado popularmente, aceito pela população por expressar os anseios de liberdade da sociedade". Em contraste com o quadro de Moreaux, Pedro Américo produziu "uma imagem monumental idealizando o momento da fundação nacional", afirma a historiadora, e seu objetivo era "imortalizar o lugar, a data de 7 de setembro e o protagonista".

ALBERGARIA, D. As raízes do quadro Independência ou morte! **Pesquisa Fapesp**, ago. 2022. Disponível em: https://revistapesquisa.fapesp.br/as-raizes-do-quadro-independencia-ou-morte-2/. Acesso em: 19 set. 2024.

As iconografias de François-René Moreaux, de 1844, e de Pedro Américo, de 1888, foram pensadas de forma deliberada? Por quê? Explique os contextos históricos e suas intencionalidades.

As representações da Independência do Brasil nos quadros de François-René Moreaux (1844) e Pedro Américo (1888) foram moldadas por seus respectivos contextos históricos e tinham diferentes intenções políticas e simbólicas. A pintura de Moreaux tinha como propósito fortalecer a legitimidade da monarquia brasileira, apresentando a independência como um ato de união nacional, sem grande confronto. Ao colocar os militares em segundo plano e focar na aclamação popular, Moreaux procurou perpetuar a imagem de uma monarquia que atendia aos anseios de liberdade da sociedade. Esse aspecto é importante, pois o Brasil estava passando por um momento de fragmentação política no período regencial, e a obra ajudava a reforçar a continuidade entre a Independência e o jovem reinado de D. Pedro II.

Já o quadro de Pedro Américo, produzido no final do Império, é uma representação idealizada e monumental da Independência. Com uma visão romântica, ele imortalizou o episódio do "Grito do Ipiranga", dando centralidade ao ato heroico de D. Pedro I. A obra foi concebida em um momento em que o Império já estava em declínio e a monarquia precisava reafirmar sua legitimidade e sua ligação com o passado glorioso da independência. A escolha de Pedro Américo por uma narrativa mais dramática e centrada na figura do imperador demonstra a intenção de glorificar o papel da monarquia, em contraste com a obra de Moreaux, que visava uma representação mais inclusiva e pacífica.

AULA

12

O IMPÉRIO DO BRASIL: CONTINUIDADES E RUPTURAS DAS TRADIÇÕES POLÍTICAS DE PORTUGAL E DA COLÔNIA

Resumo

O Primeiro Reinado (1822-1831) constituiu um período de tensões fundadoras na formação do Estado brasileiro, caracterizado por um frágil equilíbrio entre continuidades estruturais e rupturas políticas. A independência, proclamada por D. Pedro I, manteve intocadas as bases socioeconômicas do período colonial: a escravidão perpetuou-se como alicerce produtivo, a dinastia dos Bragança permaneceu no poder e as elites agrárias conservaram sua hegemonia. A ruptura formal com Portugal exigiu, contudo, a construção de um aparato estatal soberano, culminando na outorga da Constituição de 1824, documento que sintetizou as contradições da época.

A Carta introduziu elementos liberais, como um parlamento bicameral e garantias civis formais, mas consagrou o Poder Moderador como eixo de um centralismo autoritário. Esse mecanismo, exercido exclusivamente pelo imperador, possibilitava dissolver a Câmara dos Deputados, nomear senadores vitalícios e controlar o Judiciário, subordinando as províncias ao Rio de Janeiro. Essa estrutura provocou revoltas como a Confederação do Equador (1824), movimento republicano e federalista no Nordeste que denunciava o "despotismo" imperial e a ilegitimidade da Constituição outorgada. Líderes como Frei Caneca defendiam um pacto social baseado na autonomia provincial, contrastando com o projeto unitário da Corte.

A repressão à Confederação evidenciou o uso da força para manter a unidade territorial, enquanto símbolos nacionais, como a bandeira e o hino, eram mobilizados para forjar uma identidade comum. O autoritarismo de D. Pedro I, no entanto, agravado por crises econômicas e sua associação a interesses portugueses, isolou-o politicamente, levando à sua abdicação em 1831. Assim, o Primeiro Reinado legou um Estado híbrido: formalmente moderno, porém socialmente arcaico; nominalmente liberal, mas praticamente autoritário – uma herança ambígua que moldaria as lutas políticas do século XIX.

Na prática

Atividade 1

Com base nas fontes e nos textos, analise.

Texto I

A Constituição de Pedro I

[...] a redação de uma Carta Magna era um instrumento essencial para o recém-criado Império. Para sua confecção [...] a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa instaurou-se em 3 de maio de 1823. Ao abri-la, d. Pedro, entretanto, logo se posicionou acima dos representantes da nação, ao repetir o que proclamara em sua coroação: juraria, sim, a "liberal Constituição", se digna do Brasil e de seu imortal defensor, ou seja, ele próprio. [...] Entre os deputados, não havia partidos estruturados. Constituíam correntes de opinião, que se agrupavam ou dividiam no decorrer dos debates [...]. Desde o início, a maior polêmica prendeu-se à concepção de "soberania", fundamental para definir as atribuições dos poderes Executivo e Legislativo, ressaltando, uma vez mais, as diferenças entre coimbrãos e brasilienses. [...] [Os brasilienses] Defendiam que a soberania residia na nação, representada por seus deputados, e negavam ao imperador não só o poder de veto absoluto, como também o direito de dissolver a futura Câmara. Para os coimbrãos, a soberania deveria ser partilhada entre o imperador e a Assembleia, com um Executivo forte, nas mãos de d. Pedro [...] Após a leitura do decreto que dissolvia a Assembleia, alguns deputados, como os irmãos Andrada, foram presos, partindo, logo depois, para longo exílio. Pedro I. por sua vez, justificou a atitude arbitrária por meio de uma proclamação aos brasileiros, conclamando todos a conservarem a adesão à causa da independência [...].

NEVES, L. B. P. A vida política. *In*: SCHWARCZ, L. M. *et al*. **Crise colonial e independência:** 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva; 2011.

1 **O que é possível afirmar, com base no texto historiográfico (Texto I), sobre a postura política de Pedro I diante da futura Constituição do Império? Havia concordância entre a Assembleia (que pretendia limitar o poder real) e o Imperador?**

A reflexão trazida pelo texto historiográfico possibilita afirmar que não houve consenso entre a Assembleia Constituinte, já bastante dividida em diferentes concepções, e Pedro I, que demonstrava postura autoritária ao afirmar que aceitaria a Carta Constitucional "liberal", desde que ela expressasse os seus interesses. A principal questão em debate no contexto era a soberania, que envolvia defini

os limites e funções dos poderes Legislativo (representado pelos deputados) e Executivo (exercido pelo imperador). Assim, durante as discussões da Assembleia Constituinte de 1823, formaram-se dois grupos de opinião: os coimbrãos, que defendiam a concentração de poder nas mãos do imperador, e os brasilienses [brasílicos], que buscavam restringir o poder do monarca.

Fonte I

O poder moderador

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)

Art. 15. O Imperador é o Chefe do Poder Executivo, e exerce a sua autoridade pela nomeação dos Senadores, e pela escolha dos Deputados entre os três mais votados nas Assembleias Eleitorais de Província [...].

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Políticos.

Art. 99. A Pessoa do Imperador é inviolável e Sagrada: Ele não está sujeito a responsabilidade alguma.

[...]

Art. 101. O Imperador exerce o Poder Moderador:

I – Nomeando os Senadores;

II – Convocando extraordinariamente a Assembleia Geral nos intervalos das sessões;

III – Sancionando os Decretos e Resoluções da Assembleia Geral;

IV – Prorrogando ou dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos extraordinários.

BRASIL. **Constituição Politica do Império do Brazil** (de 25 de março de 1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

2 A existência do "Poder Moderador" (Fonte I) revela os tipos de Estado e de política pretendidos pelo Imperador? Quais seriam?

A existência do Poder Moderador, descrito na Constituição de 1824, explicita como o Estado e a política pretendida por D. Pedro I eram marcados por uma forte centralização de seu poder, possibilitando-lhe atuar como "árbitro" entre os outros poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). Essa prerrogativa garantia seu controle sobre a política e a administração do Império, propiciando-lhe, por exemplo, nomear os presidentes de províncias (governadores), sem ligação com as elites locais, o que provocava conflitos, como no caso de Pernambuco. Essa tendência de caráter autoritário, na qual o imperador estava acima dos outros poderes (coordenando as relações entre os demais poderes), assegurava a manutenção de sua autoridade sem ser responsabilizado por suas ações (como destacado na inviolabilidade do artigo 99). O objetivo era preservar o equilíbrio político de forma controlada, evitando a limitação de seu poder, o que caracterizava um Estado monárquico com elementos liberais bastante limitados.

Fonte II

O Manifesto de Frei Caneca, 1824

Uma constituição não é outra coisa que o registro do pacto social, que fazem entre si os homens, quando se ajuntam e associam para viver em reunião ou sociedade. [...]. Estas relações, a que se dão os nomes de direitos e deveres, devem ser tais, que defendam e sustentam a vida dos cidadãos, a sua liberdade, a sua propriedade [...]. O projeto oferecido por Sua Majestade nada mais é do que um rascunho de constituição. [...]
O poder Moderador [...] é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele o imperador pode dissolver a câmara de deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo dos seus direitos o senado, que é o representante dos protegidos do imperador. Esta monstruosa desigualdade das duas câmaras [...] dá ao imperador o poder de mudar a seu bel-prazer os deputados que ele entender que se opõem a seus interesses pessoais.

(Manifesto de Frei Caneca quando do juramento da Constituição de 1824).

BONAVIDES, P.; AMARAL, R. **Textos Políticos da História do Brasil**. v. 1. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/81922. Acesso em: 30 set. 2024.

3 Segundo o manifesto do líder da Confederação do Equador (Fonte II), Frei Caneca, no que consistia a Constituição?

No Manifesto de Frei Caneca, a Constituição de 1824 não representava um pacto social, mas um "rascunho de constituição" que favorecia os interesses do Imperador. A carta estabelecia relações desiguais entre governantes e governados, garantindo ao Imperador poder absoluto, especialmente por meio do Poder Moderador. Ele criticava essa estrutura como um mecanismo de opressão, que possibilitava que o Imperador dissolvesse a Câmara de Deputados — representante do povo — enquanto mantinha o Senado, que representava os interesses dos apoiadores do Imperador. Isso criava, segundo Frei Caneca, uma profunda desigualdade e limitação da liberdade, propiciando que o Imperador controlasse o governo a seu bel-prazer.

4 O que suas críticas revelam sobre os conflitos entre o projeto centralizador do Império e as demandas das províncias?

As críticas de Frei Caneca contra a Constituição outorgada de 1824 revelam um conflito estrutural entre o projeto de Estado altamente centralizado, imposto por D. Pedro I, e as demandas por autonomia política e administrativa das províncias, especialmente aquelas localizadas no Nordeste. Esse embate não era meramente ideológico, mas refletia tensões concretas sobre a organização do poder no novo Estado independente.

Fonte III

Proclamações do presidente da Confederação do Equador, 2 de julho 1824

Brasileiros do norte! Pedro de Alcântara, filho de D. João VI, rei de Portugal, a quem vós por uma estúpida condescendência com os brasileiros do sul aclamastes vosso imperador, quer descaradamente escravizar-nos. Que desaforado atrevimento de um europeu no Brasil! Acaso pensará esse estrangeiro ingrato e sem costumes, que tem algum jus à Coroa e cetro, que indignamente empunha, por descender da casa de Bragança na Europa, de quem já somos independentes de fato e de direito? Não há delírio igual.

Brasileiros do Norte! Quando os vossos irmãos do Sul aclamaram esse europeu por seu Imperador, [...] se aceitam da tua mão, [...] o vil projeto de Constituição, que deveriam reputar como um novo insulto, depois da dissolução do Congresso; se finalmente querem ser teus escravos [...], que no Sul ficará circunscrito o teu Império. Entretanto vós, oh brasileiros do norte, habitantes do Equador, [...] não queremos um imperador criminoso, sem fé nem palavra; podemos passar sem ele! Viva a Confederação do Equador! Viva a Constituição que nos deve reger! Viva o governo supremo, que há de nascer de nós mesmos!

(Manuel de Carvalho Pais de Andrade, Presidente).

BONAVIDES, P.; AMARAL, R. **Textos Políticos da História do Brasil**. v. 1. Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/81922. Acesso em: 30 set. 2024.

5 Com a Proclamação da República em Recife, no dia 2 de julho de 1824 – apoiada por revolucionários de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará –, surgiu o movimento chamado Confederação do Equador. Ele mostra por que algumas províncias se rebelaram contra o Imperador. Explique a crítica contida na Fonte III, inclusive em relação às províncias do Sul.

O manifesto expressa uma crítica radical ao projeto imperial brasileiro, ataca a legitimidade dinástica de D. Pedro I, tratando-o não como um monarca brasileiro, mas como um "europeu", "estrangeiro ingrato" e "filho de D. João VI, rei de Portugal". Essa estratégia discursiva buscava desvincular o soberano de qualquer identidade nacional, apresentando-o como um agente externo e opressor, cujo governo seria uma continuidade disfarçada do domínio colonial. Denuncia também a imposição da Constituição de 1824 , classificando-a como um "vil projeto" e um "insulto" à soberania popular. Essa crítica reflete a rejeição ao centralismo político e ao Poder Moderador, que concentrava poderes absolutos no imperador e subordinava as províncias ao Rio de Janeiro. Por fim, o manifesto estabelece uma clivagem geopolítica entre Norte e Sul, acusando as províncias meridionais de aceitarem passivamente a escravização política imposta por D. Pedro I. Ao proclamar que "no sul ficará circunscrito o teu Império", os confederados do Equador não apenas rejeitam a autoridade do monarca, mas também propõem uma reorganização territorial baseada na autonomia das províncias do Norte, que se consideravam traídas por um pacto político que privilegiava os interesses da corte fluminense e das elites do Sudeste.

AULA

13

CENTRALISMO E AUTOGOVERNO PROVINCIAL: OS ANTAGONISMOS POLÍTICOS DO PERÍODO REGENCIAL

Resumo

O Período Regencial (1831-1840), previsto na Constituição de 1824 para governar durante a menoridade de Pedro II, foi marcado por profunda instabilidade política e conflitos entre projetos antagônicos para o Brasil. Com a abdicação de D. Pedro I, o país ficou sob o controle de regentes, mas sem uma liderança central consolidada, acirrando-se as disputas entre restauradores, moderados e exaltados.

Em meio a essa fragilidade institucional, o Ato Adicional de 1834 tentou conciliar interesses ao conceder maior autonomia às províncias por meio das Assembleias Legislativas, o que, na prática, intensificou os regionalismos e as tensões.

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Esse cenário de crise deu origem a uma série de revoltas de caráter social, político e regional, como a Farroupilha (1835-1845), mobilizada por elites gaúchas insatisfeitas com os impostos e a centralização; a Cabanagem (1835-1840), de base popular no Pará, contra a exclusão política e social; a Balaiada (1838-1841), reunindo sertanejos, escravizados e quilombolas no Maranhão; a Sabinada (1837-1838), movimento autonomista baiano, e a Revolta dos Malês (1835), levante de escravizados de matriz islâmica em Salvador.

Todas essas rebeliões, ainda que distintas em motivações e composição social, refletiam a dificuldade do Império em manter a unidade territorial sem ceder à pluralidade de demandas regionais nem abrir espaço para transformações sociais mais profundas. A repressão violenta, liderada por figuras como o futuro Duque de Caxias, garantiu a sobrevivência do Estado imperial, mas revelou suas contradições: um projeto nacional construído a partir da exclusão, da força e do silenciamento de vozes dissidentes.

Na prática

Atividade 1

Com base nos textos e documentos históricos, analise e responda ao que se pede.

O Ato Adicional de 1834

Fonte I

Ato Adicional de 1834

Art. 1º – As Províncias terão Assembleias Legislativas Provinciais, para deliberarem sobre os negócios mais peculiares de sua competência, na forma que adiante se declara.

Art. 2º – Pertence às Assembleias Legislativas Provinciais legislar sobre:

1º – divisão civil, judiciária e eclesiástica da Província, e mudança de suas comarcas, termos e freguesias;

2º – estabelecimento, supressão e mudança das cidades, vilas e lugares;

3º – polícia, obras públicas e repartição das contribuições provinciais;

4º – instrução pública e estabelecimentos próprios para promovê-la;

5º – desapropriação por utilidade provincial;

6º – todas as mais matérias que forem de utilidade ou interesse peculiar da Província.

BRASIL. **Ato Adicional de 1834**. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Disponível em: **https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html**. Acesso em: 7 ago. 2025.

Texto I

O Ato Adicional: “nem bem aqui, nem bem por lá”

Além de instituir a Regência Una, o Ato Adicional dissolveu o Conselho de Estado, criou Assembleias Legislativas provinciais (que deveriam dar maior autonomia para as províncias), estabeleceu um município neutro na corte (separado da província do Rio de Janeiro), mas manteve a vitaliciedade do Senado. Contraditório em seus termos e fruto de muitos acordos e negociações, o Ato centralizava, na figura de um só regente, cujo mandato seria de quatro anos, e descentralizava, por meio das Assembleias provinciais.

A medida também aumentava os poderes do presidente de província, que passava a ser a principal autoridade local. Sua nomeação era, contudo, prerrogativa do imperador, e o mandato não era fixo, podendo ser substituído a qualquer hora. O Ato era, assim, um verdadeiro retrato três por quatro do estado do governo: nem bem aqui, nem bem por lá; uma no cavalo e outra na ferradura.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M.. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Rebeliões Regenciais

Fonte II

A rebelião na Bahia, 1837

O monopólio da Corte se conserva; tudo para lá vai; tudo só lá se pode ver; [...] dinheiro só circula na Corte; a pobreza e a miséria das províncias vão em espantoso aumento. Vede a Bahia, a segunda capital do Império, a que se acha reduzida!

Jornal Baiano, 1837.

Em vista das [...] conhecidas más intenções do governo central, que todas as vezes procura enfraquecer as províncias do Brasil [...], delibera-se o seguinte:

Art. 1º - A província da Bahia fica inteiramente desligada do governo central do Rio de Janeiro e considerada Estado livre e independente [...].

Bahia, 7 de novembro de 1837.

PESSOA, R. C. **Uma ideia republicana no Brasil através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

Fonte III

Proclamação dos cabanos

Saibam, pois, o governo geral e o Brasil inteiro que os paraenses não são rebeldes; [...] os paraenses querem ser governados por um patrício paraense que olhe com amor para suas calamidades [...]. Os paraenses querem ser governados com a lei e não com arbitrariedades, [...] aliás, eles preferem morrer no campo de batalha a entregar de novo os seus pulsos às algemas e grilhões do despotismo.

Proclamação de Eduardo Angelim, um dos líderes dos cabanos.

RODRIGUES. D. S. **Revolução cabana e construção da identidade amazônida**. Belém: Pará. EDUEPA 2019.

Fonte IV

Manifesto dos farrapos

O Governo imperial [...] esmagou a nossa principal indústria, vexando-a ainda mais. A carne, o couro, o sebo, a graxa, além de pagarem nas alfândegas do país o duplo do dízimo [...], exibiam [eram taxados] mais 15% em qualquer dos portos do Império. [...] Repetidas reclamações de nossa parte sobre este assunto foram constantemente desprezadas pelo Governo Imperial [...].

Um só recurso nos restava, um único meio se oferecia à nossa salvação; e este recurso e este meio único era a nossa independência política e o sistema republicano [...].

Manifesto dos Farrapos,

Piratini, 29 de agosto de 1838

PESSOA, R. C. **Uma ideia republicana no Brasil através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.

O Ato Adicional de 1834

1 De que forma as medidas do Ato Adicional de 1834 produziram conflitos entre o governo central e as províncias? Explique a partir das perspectivas dos **grupos políticos antagônicos** que defendiam ou a centralização ou a autonomia das províncias.

Fica a dica: no Período Regencial, três grupos políticos se destacavam: os exaltados, os moderados e os restauradores.

O Ato Adicional resultou em conflitos ao conceder autonomia legislativa às províncias por meio das Assembleias Provinciais, atendendo às demandas dos federalistas por descentralização. Manteve, no entanto, o presidente de

província como autoridade nomeada pelo governo central, com poder para vetar as decisões das assembleias. Essa dualidade criou atritos permanentes: as elites locais viam os presidentes como representantes de um poder distante e opressor, enquanto o governo central os usava para conter tendências separatistas e manter o controle. O resultado foi um ciclo de insubordinação e repressão, evidenciado em revoltas como a Cabanagem e a Balaiada.

2 Com base no Texto II, qual a principal contradição do Ato Adicional de 1834, considerando a estrutura de poder que ele instituiu? Justifique sua resposta.

A principal contradição foi criar um sistema que descentralizava a legislação (via Assembleias Provinciais), no entanto centralizava a execução administrativa (via presidentes de província nomeados pelo poder central). Enquanto as províncias podiam legislar sobre seus interesses locais, a autoridade máxima em cada território ainda respondia ao governo regencial, não às demandas regionais. Essa estrutura fragmentou o poder sem efetivamente conceder autonomia, tornando-se fonte constante de instabilidade.

Rebeliões Regenciais

3 Como os documentos da Fonte II (1837) refletem a tensão entre o centralismo do governo regencial e as demandas por autonomia provincial, no entanto revelam contradições internas da Sabinada quanto ao seu carácter separatista e à sua base de apoio social?

Os documentos demonstram a tensão entre centralismo e autonomia por meio da crítica à concentração de recursos na Corte, expressa no jornal, e na declaração de independência da Bahia. Revelam, contudo, a contradição interna da Sabinada: o movimento proclamava a separação total, mas na prática mantinha lealdade à monarquia brasileira, limitando a independência ao período da menoridade de Pedro II. Essa ambiguidade, somada à exclusão de propostas abolicionistas, restringiu seu apoio social, alienando tanto escravizados quanto elites agrárias, enfraquecendo a coesão do movimento.

4 Como a proclamação de Angelim justifica a revolta cabana ao combinar o discurso de lealdade ao Brasil com a exigência de autonomia regional e o fim do despotismo?

A proclamação de Eduardo Angelim justifica a revolta ao afirmar que os cabanos não eram rebeldes, mas vítimas do despotismo do governo central. Ele exige um governante local (“patrício paraense”) que respeite as leis e enfrente as calamidades da província, ameaçando resistir pela força caso as arbitrariedades persistissem.

5 De que forma o Manifesto dos Farrapos atribui à política fiscal do Império a responsabilidade pela ruptura separatista, vinculando a crise econômica à defesa do republicanismo?

O manifesto atribui a ruptura separatista à política fiscal do Império, que sobrecarregou produtos gaúchos com impostos excessivos (duplo do dízimo e 15% em portos). Após terem suas reclamações ignoradas, os farrapos declararam a independência e o republicanismo como única solução contra a exploração econômica.

AULA

14

ENFIM, UMA NAÇÃO NOS TRÓPICOS!

Resumo

Durante o Segundo Reinado, a construção de uma identidade nacional foi um projeto político e cultural articulado pela elite imperial, com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) atuando como peça central. Sob a égide de D. Pedro II, o IHGB encarregou-se de forjar uma narrativa histórica que legitimasse o Estado, encomendando obras que exaltavam a monarquia e uma visão idealizada da nação.

O movimento romântico foi instrumentalizado nesse processo, com o indianismo convertendo os povos originários em um símbolo literário nobre e puro, mas desvinculado da realidade de extermínio e escravização, enquanto a vasta contribuição africana era sistematicamente omitida. Essa narrativa, eurocêntrica e seletiva, promoveu um mito fundador de três raças formadoras do país, mas sempre sob a hegemonia da civilização branca europeia.

Nesse contexto, a Guerra do Paraguai (1864-1870) foi aproveitada como catalisadora de um sentimento de unidade nacional, mascarando as profundas divisões sociais e a brutalidade da escravidão que ainda sustentava o país. O projeto, portanto, forjou uma ideia de pátria que silenciava conflitos e glorificava uma história única, servindo aos interesses de consolidação do império.

Na prática

Atividade 1

Em uma dinâmica de **Rotação por Estações,** analise.

Estação 1: A nação do Segundo Reinado

Texto I

Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado

Nesse esforço de bem costurar uma imagem para dentro e para fora do país, destacou-se a atuação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que, criado em 1838, congregou a elite carioca e cuidou da – boa – imagem do rei. O modelo vinha da Academia Real de História, que procurou recontar a própria história de Portugal no sentido da afirmação do poder régio, em associação com a história eclesiástica lusitana. O IHGB daria à monarquia brasileira uma nova história, uma iconografia original e uma literatura épica. Nele, enquanto o passado era relembrado de forma enaltecedora, a partir de uma natureza grandiosa e de indígenas envoltos em cenários românticos, já a realeza surgia como um governo acima de qualquer instituição, e a escravidão era, literalmente, esquecida. Especializada, também, na confecção de peças comemorativas e espetáculos rituais, coube a essa instituição, em associação com a Academia Imperial de Belas Artes, "inventar um passado", recuperar o presente e associar certa "aparência a uma essência": a de um Estado idealizado por meio de seu soberano e de suas instituições quase ausentes.

SCHWARCZ, L. M. Estado sem nação: a criação de uma memória oficial no Brasil do Segundo Reinado. **Artepensamento IMS**: ensaios filosóficos e políticos. [s.l.]. Rio de Janeiro: Instituto Moreira Salles/Edições Sesc; 2003. Disponível em: https://artepensamento.ims.com.br/item/estado-sem-nacao-a-criacao-de-uma-memoria-oficial-no-brasil-do-segundo-reinado/. Acesso em: 27 ago. 2025.

Texto II

O imaginário das raças: o "índio herói"

[...] foi no Império que a figura do [indígena] acabaria elevada à condição de símbolo genuíno da nacionalidade, espécie de matriz de uma brasilidade originária. Em termos oficiais, esse processo de elevação encontra seus primeiros brotos, ainda tímidos, no concurso promovido pelo **recém-criado IHGB**, na década de 1840, sobre "Como se deve escrever a história do Brasil". O primeiro coube ao naturalista alemão **Karl von Martius**, que destacou como eixo da formação histórica brasileira a fusão das três grandes raças, encarnadas no português, no [indígena] e no africano. Von Martius dedicou-se muito à contribuição dos portugueses, quase nada à dos africanos, e razoavelmente à contribuição indígena para a formação do Brasil. [...]

Mas foi no campo da literatura e das artes que o indígena acabaria alçado à categoria de símbolo romântico da nacionalidade originária. Um [indígena] idealizado, é certo, e não as culturas e povos indígenas concretos. O meado do século XIX viu florescer a literatura **indianista** de um Gonçalves Dias, autor de **Timbiras** (1857), ou José de Alencar,

de **Iracema** ou **O Guarani** (1857). [...] Difundiu-se, assim, o imaginário do "**índio**" herói, espécie de "cavaleiro" medieval à moda brasílica, como o Peri, de Alencar, notabilizado por sua coragem e por seu amor a Ceci.

VAINFAS, R. **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva; 2002.

Fica a dica: o naturalista bávaro Karl von Martius (1794-1868), "[...] utilizando a metáfora de um rio caudaloso, correspondente à herança portuguesa que acabaria por 'limpar' e 'absorver os pequenos confluentes das raças índia e etiópica", representava o país, a partir da singularidade e dimensão da mestiçagem de povos por aqui existentes.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

1 De que forma a produção cultural do IHGB forjou uma identidade nacional idealizada, omitindo contradições para servir ao projeto de poder do Império?

A produção cultural do IHGB forjou uma identidade nacional idealizada ao criar uma narrativa histórica e artística que enaltecia a natureza grandiosa, o indígena romântico e a monarquia como pilares simbólicos da brasilidade. Essa construção deliberada omitiu contradições fundamentais, como a escravidão e os conflitos sociais, para promover a imagem de um Império unificado, harmonioso e legitimado por um passado glorioso. Associado à Academia Imperial de Belas Artes, o instituto instrumentalizou a cultura para vincular a identidade nacional à figura do soberano e às instituições imperiais, consolidando um projeto de poder que privilegiava a elite e silenciava as fissuras reais da sociedade.

2 Como o Romantismo indianista transformou o indígena em um símbolo nacional idealizado, mascarando a realidade dos povos originários e omitindo a contribuição africana para a história do Brasil?

O Romantismo indianista transformou o indígena em um símbolo nacional idealizado ao criar uma figura literária desvinculada da realidade histórica, representada como nobre, heroica e pura – à imagem dos cavaleiros medievais europeus. Autores como Gonçalves Dias e José de Alencar promoveram essa visão edulcorada, que serviu para construir uma "origem gloriosa" para a nação, mas apagou a complexidade cultural e a violência sofrida pelos povos originários. Paralelamente, essa narrativa omitiu deliberadamente a fundamental contribuição africana, mencionada por Von Martius em sua teoria das três raças, mas depois ignorada na construção simbólica da identidade nacional, reforçando uma visão seletiva da história brasileira.

Estação 2: A Guerra do Paraguai e a ideia de nação

Texto I

O sentimento nacional

O principal fator de produção de identidade brasileira foi, a meu ver, a guerra contra o Paraguai. O Brasil lutou em aliança com a Argentina e o Uruguai, mas o peso da luta ficou com suas tropas. A guerra durou cinco anos (1865-1870), mobilizou cerca de 135 mil soldados vindos de todas as províncias, exigiu grandes sacrifícios e afetou a vida de milhares de famílias. [...] No início da guerra contra o Paraguai, as primeiras vitórias despertaram autêntico entusiasmo cívico. Formaram-se batalhões patrióticos, a bandeira nacional começou a ser reproduzida nos jornais e revistas, em cenas de partida de tropas e de vitória nos campos de batalha. O hino nacional começou a ser executado, o imperador D. Pedro II foi apresentado como o líder da nação, tentando conciliar as divergências dos partidos em benefício da defesa comum. A imprensa começou também a tentar criar os primeiros heróis militares nacionais. Até então, o Brasil era um país sem heróis.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2008. p. 76-7.

Fonte I

Quem não é pelo Brasil, é contra o Brasil

Diante de um inimigo feroz, que invade nosso território, que tala nossos campos, que exerce toda a sorte de cruezas, não há, nem deve haver duas opiniões. Em face de um tirano, que envergonha a grande América meridional, as paixões nacionais desaparecem, ódios e rivalidades mesquinhas em uma só aspiração: Guerra ao Despotismo.

Quem não pugna [luta] pela honra da nação, é inimigo da pátria, tens em frente das hostes [tropas] estrangeiras não abraça o adversário político, não ama o seu país, menospreza os laços da família e desdenha seus próprios interesses. [...]. Na balança do patriotismo pesam igualmente em tais circunstâncias as ideias divergentes dos partidos, ressentimentos pessoais dissidências [...]; um só pensamento deve brilhar em todos os espíritos [...] Brasileiros, união, concórdia! Salvemos o grande Império do Brasil!.

Revista Semana Illustrada, 25 de junho de 1865. [Transcrição – Grafia atualizada]

1 Quais os argumentos que o historiador José Murilo de Carvalho apresenta para relacionar a ideia de um "sentimento nacional" à Guerra do Paraguai? A ideia teria sido instrumentalizada pelo Estado Imperial para forjar uma identidade nacional, mascarando as contradições internas do país? Explique.

José Murilo de Carvalho argumenta que a Guerra do Paraguai (1865-1870) funcionou como um catalisador crucial para a formação de um sentimento nacional brasileiro, até então frágil. Ele sustenta que o conflito mobilizou soldados de todas as províncias, criando uma experiência compartilhada de sacrifício e esforço comum. Além disso, destaca que as primeiras vitórias provocaram um entusiasmo cívico que se materializou na exaltação de símbolos nacionais (como a bandeira e o hino), na glorificação do imperador como líder unificador e na construção dos primeiros heróis militares pela imprensa. Esse processo, intencionalmente promovido pelo Estado e pelas elites, buscou forjar uma identidade nacional coesa e mascarar as profundas contradições internas do Império, especialmente a escravidão (tendo em vista que muitos escravizados retornavam livres, mas encontravam a mesma condição de vida prévia), e as divisões políticas e regionais, criando uma narrativa de união em torno de uma causa comum.

2 Que mensagem o texto/charge da revista pretende difundir aos seus leitores? Quais ideias de patriotismo e de identidade são expressas e qual a relação com a Guerra do Paraguai?

A charge e o texto da **Revista Semana Illustrada** de 1865 buscam difundir uma mensagem de união nacional incondicional em torno do Império e da figura de D. Pedro II durante a Guerra do Paraguai. A narrativa construída tanto pela imagem como pelo texto apresenta o conflito como uma luta entre a civilização (representada pelo Brasil e seus aliados) e a barbárie (encarnada no "tirano" paraguaio Solano López e suas "cruezas").
O texto da imprensa da época promove o discurso da supressão de divergências internas em prol de uma única causa: a defesa da pátria, retratada como um dever moral e patriótico. Quem não aderisse à guerra era tratado como "inimigo da pátria", num claro mecanismo de coerção simbólica que associava patriotismo a apoio irrestrito ao esforço bélico. A charge, mostrando D. Pedro II apontando para a fortaleza de Humaitá, reforça a ideia do imperador como líder máximo e unificador, estrategista capaz de conduzir a nação à vitória. Essa representação pretendia forjar uma identidade nacional baseada no sacrifício coletivo, na lealdade à coroa e na defesa da honra nacional, omitindo as profundas divisões sociais e políticas do país, como a escravidão e os conflitos regionais. A guerra era, assim, instrumentalizada para criar uma narrativa de coesão e heroísmo que servia aos interesses de legitimação do Estado Imperial.

GEOGRAFIA

AULA

1

DEMOGRAFIA

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – População

A demografia é o estudo das populações humanas, com foco na análise de suas características, dinâmicas e transformações ao longo do tempo. Para compreender os processos demográficos, é fundamental conhecer alguns de seus principais conceitos, como:

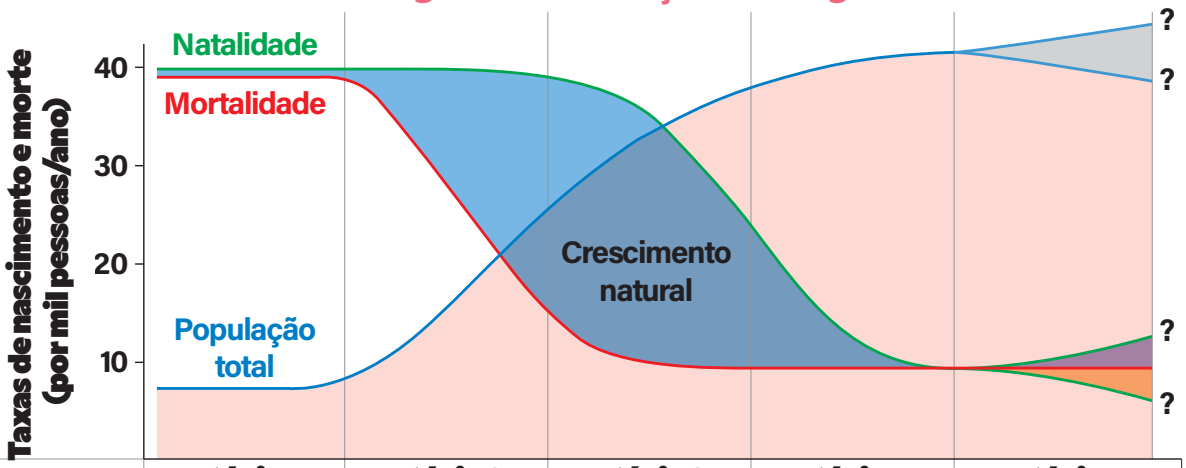
- **taxa de natalidade** – corresponde ao número de nascimentos por mil habitantes ao ano;
- **taxa de mortalidade** – corresponde ao número de mortes por mil habitantes ao ano;
- **crescimento vegetativo** – corresponde à diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade;
- **taxa de fecundidade** – corresponde à média de filhos por mulher em idade fértil.

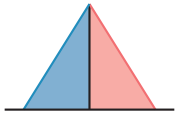
Um conceito central na demografia é o de **transição demográfica**, que se refere às mudanças nos padrões de natalidade e mortalidade das sociedades ao longo do tempo. Esse processo, geralmente dividido em fases, e está diretamente relacionado ao grau de desenvolvimento urbano-industrial dos países ou das regiões analisadas.

© GETTY IMAGES

Rua de comércio movimentada em São Luís (MA). A concentração de pessoas em áreas urbanas reflete transformações demográficas associadas ao crescimento populacional e à urbanização.

Os cinco estágios da transição demográfica



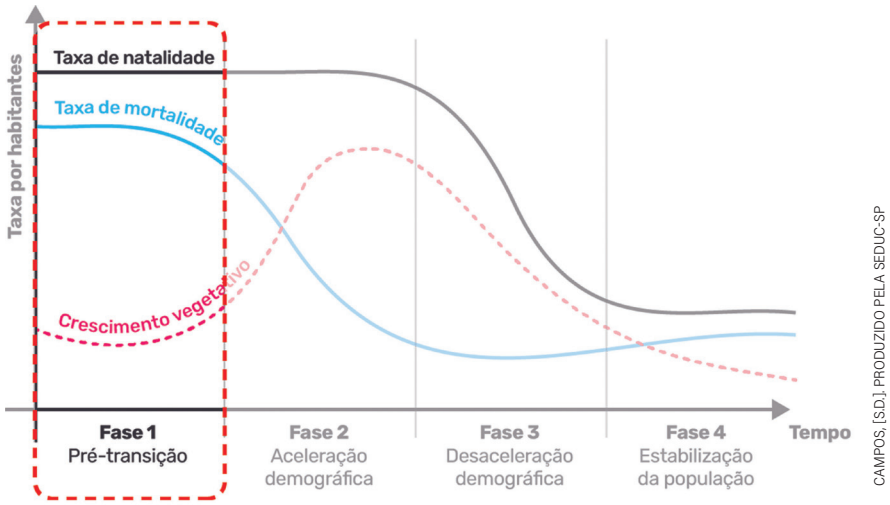
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Estágio 4	Estágio 5
Taxa de natalidade	Alta	Alta	Em queda	Baixa	Indefinida (pode cair mais, ou pode voltar a subir)
Taxa de mortalidade	Alta	Em queda rápida	Em queda mais lenta	Baixa	Baixa
Crescimento natural	Estável ou lento	Rápido	Em queda	Em queda e depois estável	Praticamente estável
Pirâmide populacional	Homem Mulher	 Homem Mulher	Homem Mulher	Homem Mulher	Homem Mulher

CAMPOS, [S.D.]. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Fases da transição demográfica, com a variação das taxas de natalidade, mortalidade e crescimento vegetativo ao longo do tempo.

- **Primeira fase:** observa-se uma alta natalidade, explicada pelo baixo acesso a contraceptivos e pela presença do trabalho infantil. Ao mesmo tempo, a mortalidade também é elevada, devido ao baixo acesso à saúde, ao saneamento precário e à ocorrência frequente de epidemias. Como resultado, o crescimento populacional é lento, embora as taxas de natalidade sejam altas.

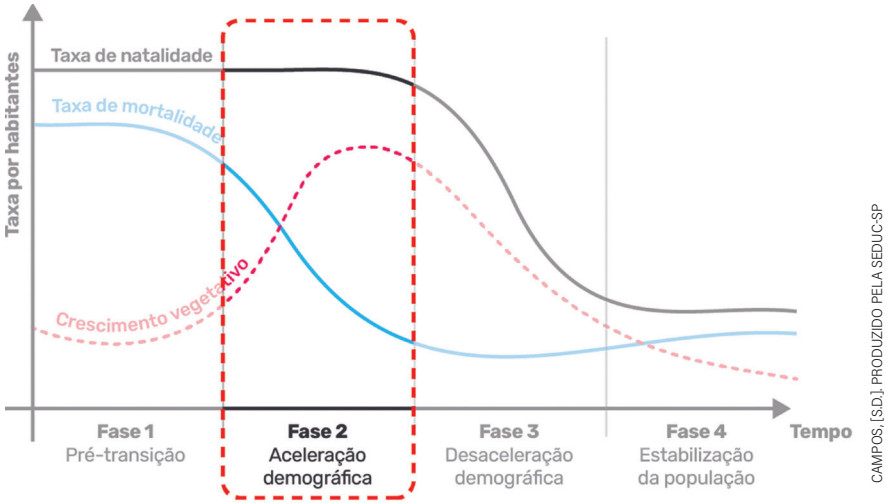
Transição demográfica – Fase 1



CAMPOS, [S.D.]. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

- **Segunda fase:** inicia-se a redução da mortalidade em função do avanço da urbanização e da melhoria do saneamento, da ampliação das campanhas de vacinação e dos avanços da medicina preventiva. A natalidade, no entanto, ainda permanece alta, o que leva a um crescimento populacional acelerado.

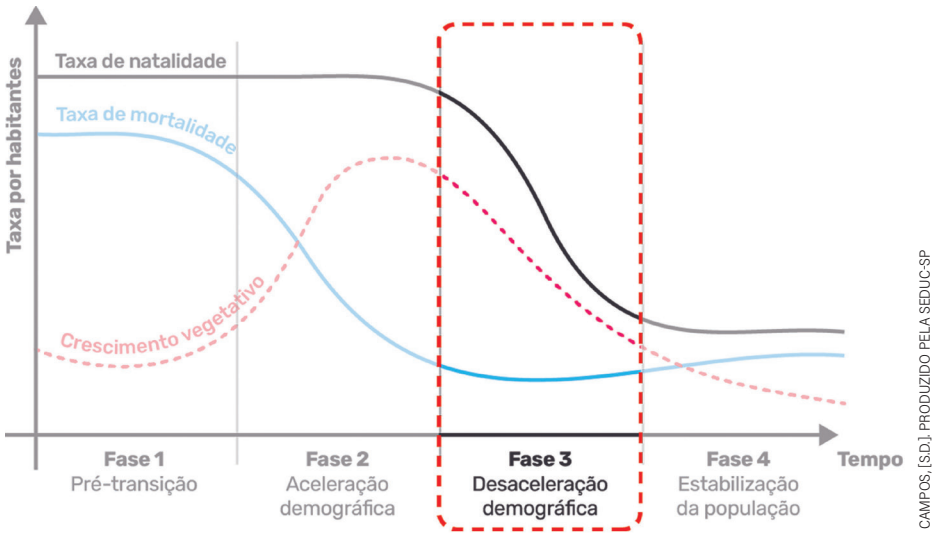
Transição demográfica – Fase 2



CAMPOS, [S.D.]. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

- **Terceira fase:** é marcada pela queda gradual da natalidade, impulsionada pelo aumento do custo de vida, decorrente da elevada urbanização, pela maior participação da mulher no mercado de trabalho, pelo uso de métodos contraceptivos, maior acesso à informação e pela prática do planejamento familiar. Como a mortalidade já se encontra em níveis baixos, o crescimento populacional torna-se mais moderado.

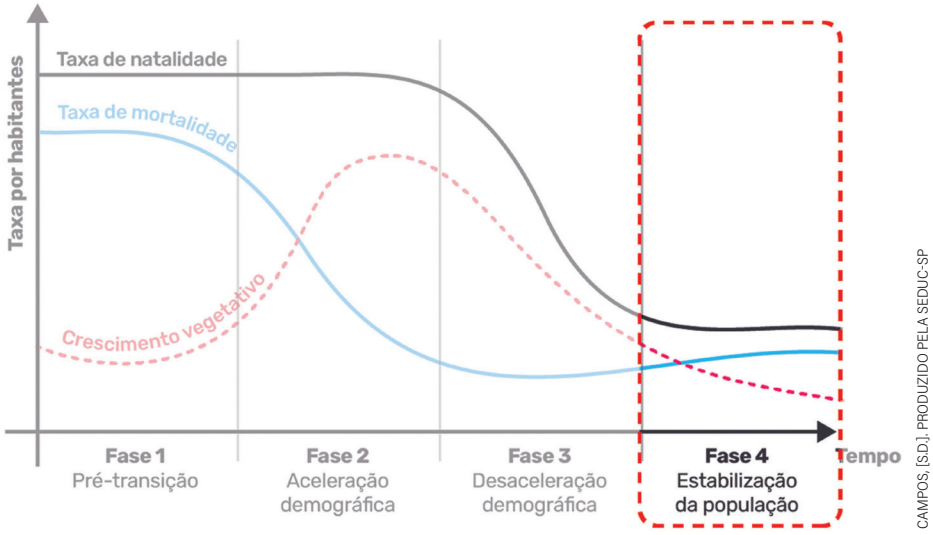
Transição demográfica – Fase 3



CAMPOS, [S.D.]. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

- **Quarta fase:** tanto a natalidade quanto a mortalidade se consolidam em patamares baixos, promovendo a estabilização do crescimento populacional. A estrutura etária da população tende ao envelhecimento, e o ritmo de crescimento torna-se lento ou nulo.

Transição demográfica – Fase 4



CAMPOS, [S.D.]. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

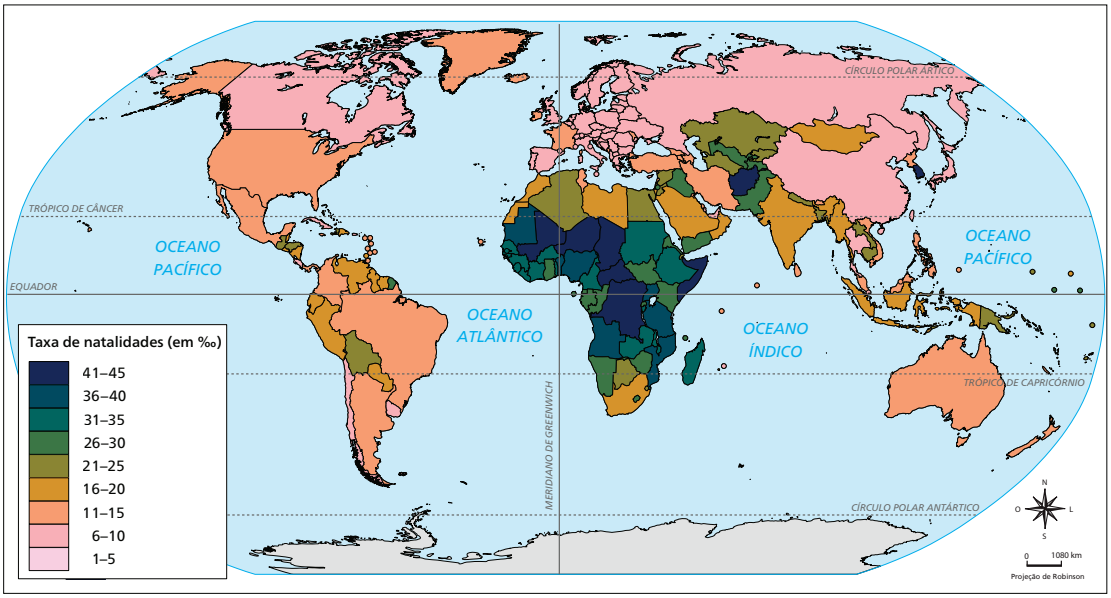
Alguns estudiosos propõem, ainda, uma **quinta fase**, observada em países onde a natalidade passou a ser inferior à mortalidade. Nesse cenário, ocorre uma redução da população total, intensificada pelo envelhecimento demográfico e por transformações sociais e econômicas que afetam a decisão de ter filhos.

Na prática

Atividade 1

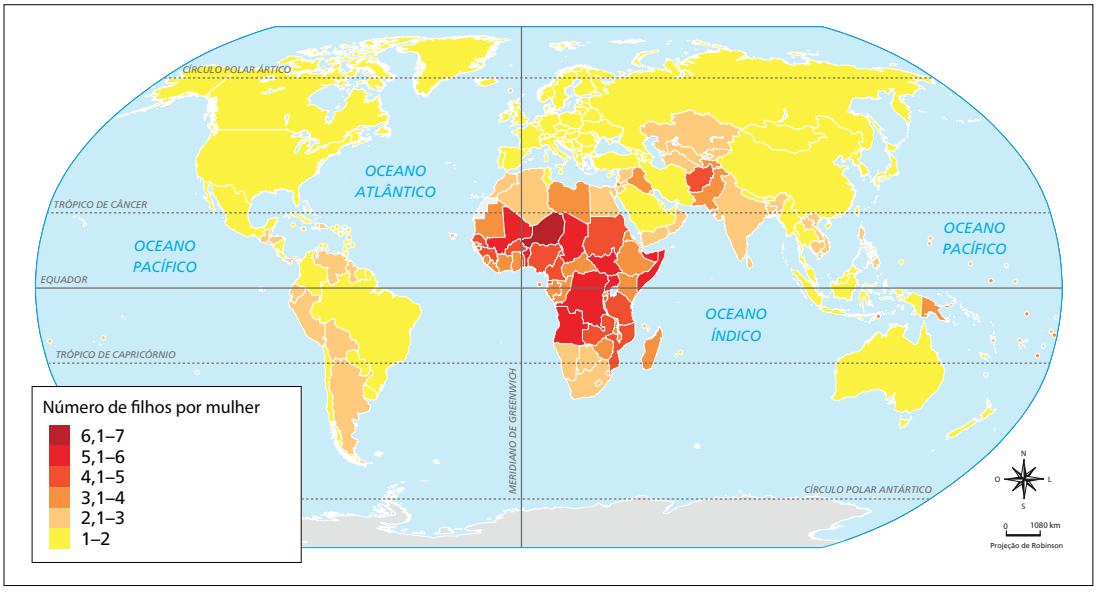
Observe os mapas a seguir.

Mundo: natalidade (2023)



KORAKYS/WIKIMEDIA COMMONS, 2024. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Mundo: fecundidade (2023)



KORAKYS/WIKIMEDIA COMMONS, 2024. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

1 Quais regiões apresentam elevadas taxas de natalidade e fecundidade?

De modo geral, os países da África, do Oriente Médio e do sul da Ásia apresentam elevadas taxas de natalidade e fecundidade. Nessas regiões, o acesso à educação, especialmente no caso das mulheres, ainda é limitado, o que está diretamente associado aos altos índices de fecundidade.

2 Quais fatores culturais e históricos podem explicar esses padrões?

A persistência de estruturas patriarcais, a valorização da maternidade como papel central da mulher e a limitada difusão de métodos contraceptivos contribuem para esse cenário. Além disso, a herança do colonialismo deixou marcas profundas nessas localidades, com efeitos duradouros sobre as políticas públicas, os sistemas de saúde e a desigualdade social. Em determinados contextos, a religião e as normas culturais reforçam o padrão de famílias numerosas.

Atividade 2

Um país está enfrentando as consequências de uma significativa queda na natalidade, que ocorre há décadas. Crie uma manchete de jornal e uma chamada explicativa curta que revelem:

- as consequências dessa queda para a população;
- as medidas que o poder público adotou (ou pretende adotar) para enfrentar esse desafio.

Possibilidade de manchete e chamada:

Governo amplia vistos de trabalho para conter efeitos da baixa natalidade.

Com a escassez de jovens no mercado de trabalho e o aumento da população idosa, o país aposta na imigração qualificada para manter o crescimento econômico e aliviar a pressão sobre a previdência.

AULA

2

DEMOGRAFIA BRASILEIRA

Resumo

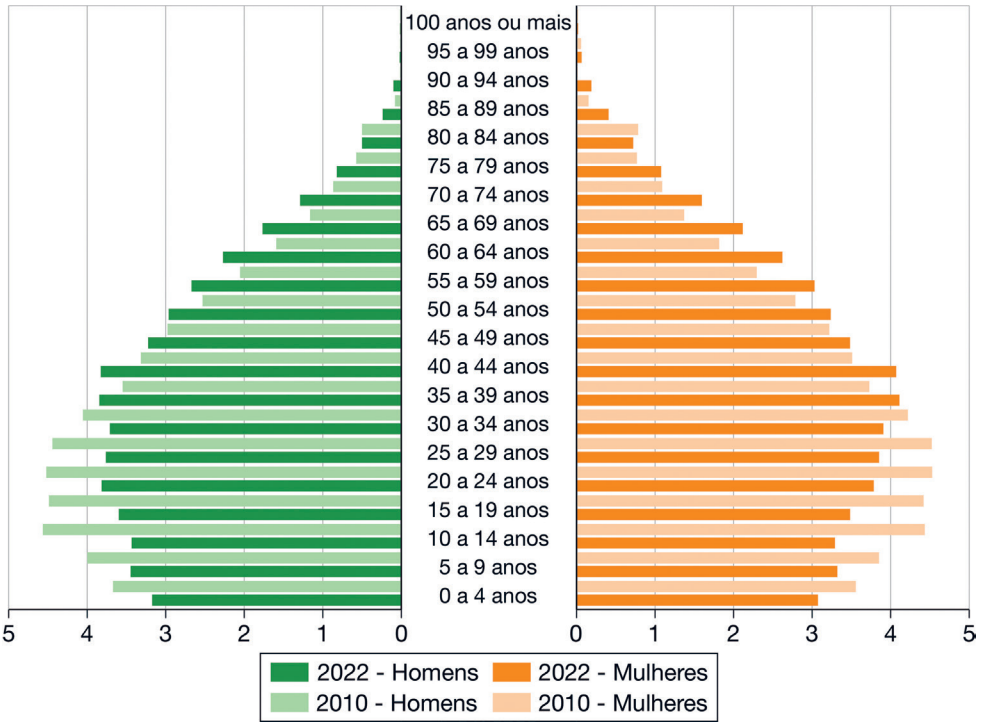
Extra: Caderno de Exercícios – População

A demografia brasileira apresenta uma complexa estrutura populacional. O Censo de 2022 reforçou que o **Brasil** é um país de renda média e em desenvolvimento, com uma pirâmide etária que reflete tanto características de países desenvolvidos quanto de nações em desenvolvimento. O país vivencia uma **transição demográfica** em curso, atualmente na **3ª fase**, marcada pela queda das taxas de fecundidade e um consequente processo de envelhecimento da população.

Pirâmide etária

População residente no Brasil (%)

Segundo sexo e grupos de idade, em 2010 e 2022



IBGE EDUCA. [S.D.]. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

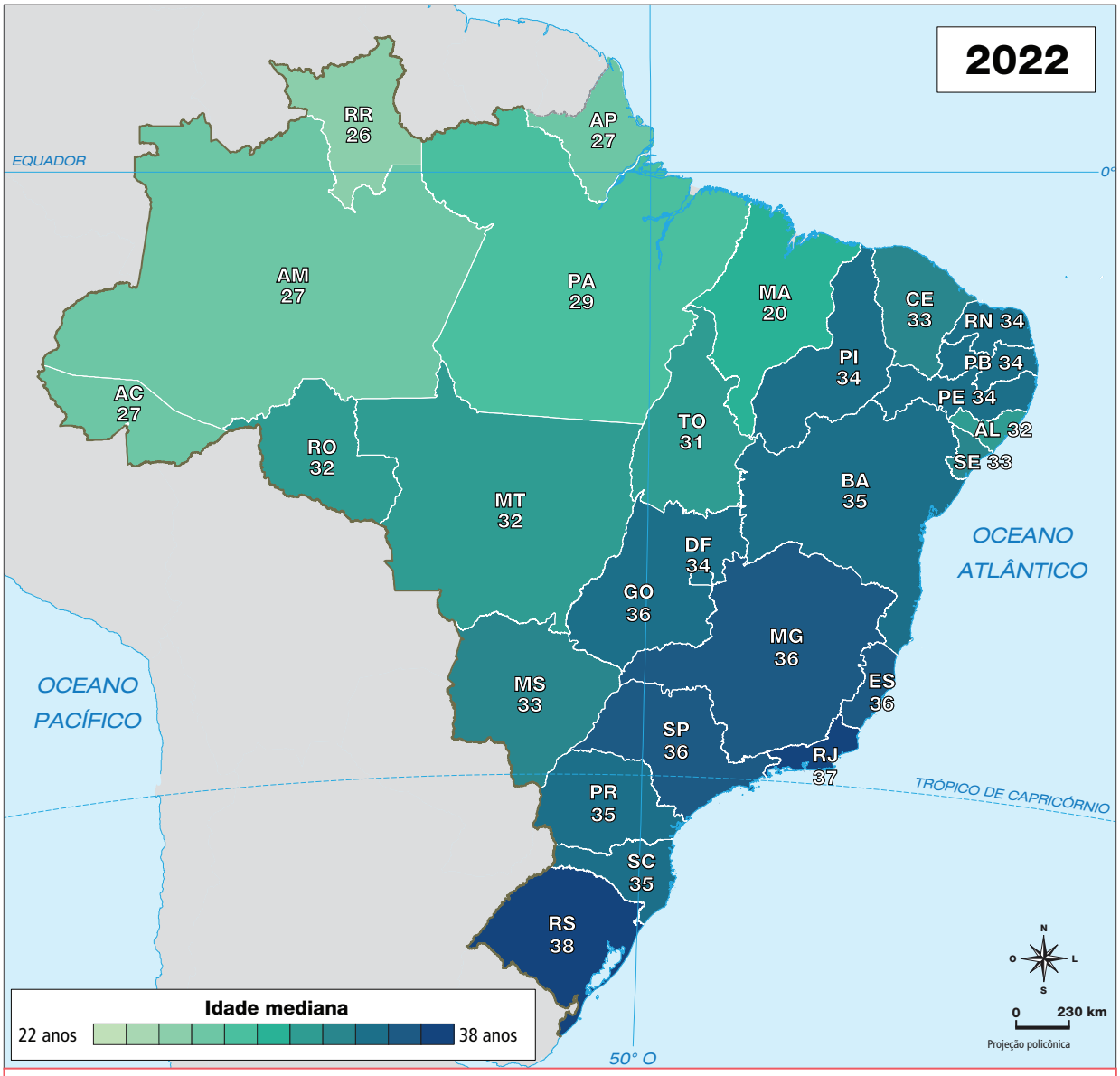
Nesse mesmo contexto, o Brasil vive o fechamento de um período conhecido como **bônus demográfico** – uma janela de oportunidade em que há uma proporção elevada de pessoas em idade economicamente ativa. Se bem aproveitado, esse momento pode impulsionar o crescimento econômico, já que há mais pessoas contribuindo com trabalho do que dependentes (crianças e idosos). No entanto, a ausência de políticas eficazes nas áreas de educação, qualificação profissional e geração de emprego pode fazer com que o país desperdice essa chance, chegando ao envelhecimento populacional sem ter convertido esse potencial em desenvolvimento.

As desigualdades socioeconômicas são um dos principais desafios enfrentados pelo Brasil nesse processo. A **desigualdade social no país é multiescalar**, manifestando-se em diferentes níveis – nacional, regional, metropolitano e local. Ela se materializa, por exemplo, na segregação urbana, com forte contraste entre centros e periferias, na distribuição desigual de renda e no acesso precário a serviços públicos, como saneamento básico, serviços hospitalares, de educação e infraestrutura de segurança.

Os mapas apresentados revelam informações importantes: o primeiro retrata como a mediana da população no Brasil (2022) explicita a distribuição etária pelo território nacional, destacando regiões com diferentes perfis demográficos e evidenciando áreas de maior presença de população jovem ou envelhecida. O segundo mostra os índices de alfabetização no Brasil em 2019, considerando a população com 15 anos ou mais. A análise revela desigualdades regionais marcantes, indicando que o acesso à educação básica ainda é desigual, refletindo fatores históricos, sociais e econômicos que afetam especialmente o Norte e o Nordeste.

Os dados também sugerem a **necessidade de políticas públicas mais eficazes** e direcionadas, especialmente nessas regiões de menor índice de alfabetização. A associação entre esses mapas aprofunda a compreensão dos desafios regionais, apontando como contextos demográficos distintos podem influenciar de forma significativa o perfil e a magnitude dos aspectos populacionais. A análise espacial desses indicadores contribui para diagnósticos mais precisos e para o planejamento de políticas públicas direcionadas às realidades locais.

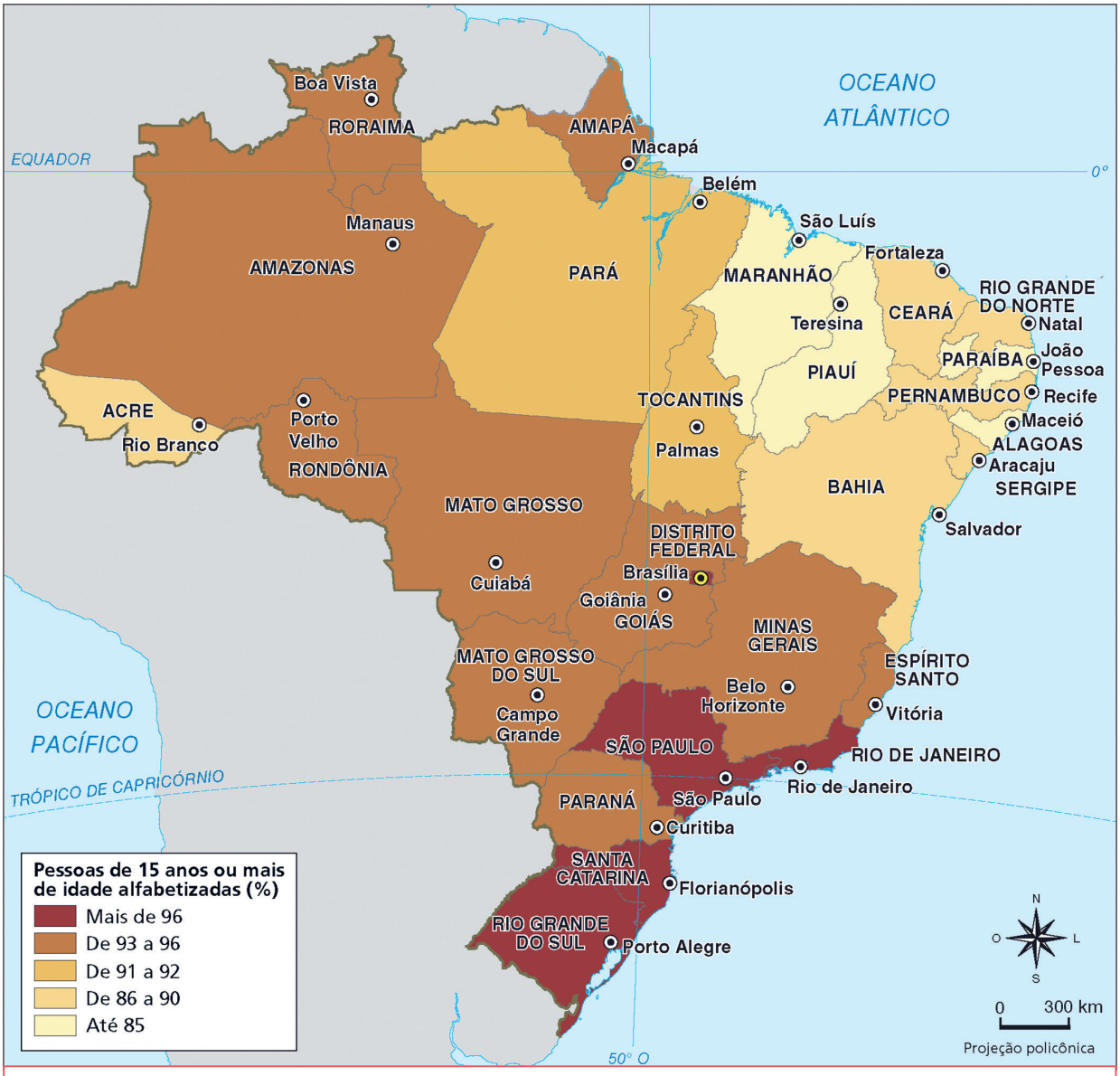
Brasil: mediana da população (2022)



IBGE EDUCA. [S.D.]. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

A mediana divide uma população em 50% mais jovens e 50% mais velhos. Quanto menor for a mediana, conclui-se que mais jovem é o perfil etário da população do estado brasileiro.

Brasil: taxa de alfabetização (2019)



IBGE EDUCA. [S.D.]. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

O mapa apresenta o percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade alfabetizadas.

A demografia brasileira, portanto, não pode ser analisada de forma isolada dos fatores sociais e econômicos que estruturam o território. Seus dados revelam mais do que números populacionais – evidenciam os contrastes, as carências e as possibilidades de transformação.

Na prática

Atividade 1

Observe o mapa e responda às questões.

Brasil: serviço de esgotamento sanitário (2019)

O mapa mostra o percentual de domicílios atendidos por rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário em cada Unidade da Federação.

1 Qual região do Brasil tem mais estados com cobertura acima de 60%? Qual região tem mais estados com cobertura de até 20%?

A região Sudeste tem mais estados com cobertura acima de 60%, enquanto a região Norte tem mais estados com cobertura de até 20%.

2 Dentro de um mesmo estado, todas as cidades têm acesso igual ao saneamento? Por quê?

Não, dentro de um mesmo estado, o acesso ao saneamento básico pode variar bastante entre as cidades. Isso acontece porque diferentes municípios têm níveis variados de desenvolvimento econômico, orçamento e capacidade de gestão pública. Além disso, áreas urbanas maiores e mais ricas costumam ter melhor infraestrutura do que cidades pequenas ou regiões rurais. Fatores como investimentos, planejamento urbano, geografia e prioridades políticas influenciam essa desigualdade no acesso ao saneamento dentro do mesmo estado.

3 Por que o acesso ao saneamento básico é um indicador importante de qualidade de vida?

O acesso ao saneamento é essencial para evitar doenças, proteger o meio ambiente e garantir qualidade de vida. O saneamento é um direito básico e sua ausência afeta a saúde, a dignidade e o desenvolvimento social.

AULA

3

PESQUISAS DEMOGRÁFICAS

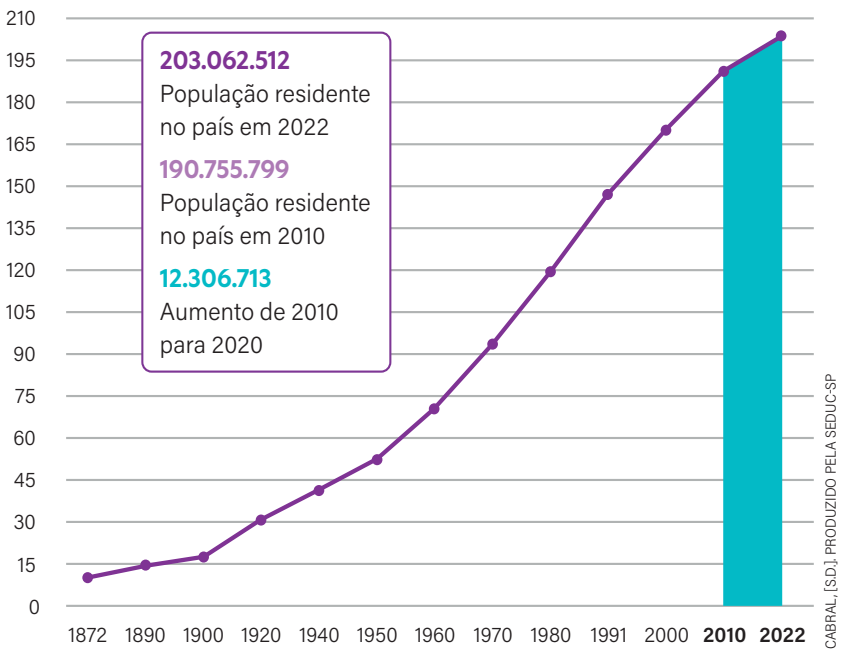
Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – População

O **Censo demográfico** é responsável pela **coleta e análise de dados sobre a população de um país**, oferecendo uma visão ampla e detalhada de suas características socioeconômicas. No Brasil, esse levantamento é realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que conduz o Censo Demográfico a cada dez anos, aproximadamente. Essas informações são essenciais para o planejamento governamental e para a criação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, como observado no gráfico com a evolução da população residente no Brasil.

BRASIL: POPULAÇÃO RESIDENTE (MILHÕES)

Série histórica



CABRAL, [S.D.]. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Ao longo dos 150 anos entre o primeiro e o mais recente Censo demográfico, a população brasileira cresceu mais de 20 vezes, somando um aumento de 193,1 milhões de pessoas. O maior salto populacional, em números absolutos, ocorreu entre as décadas de 1970 e 1980, com o acréscimo de 27,8 milhões de habitantes.

Uma das principais funções do Censo é fornecer dados que subsidiem a correta alocação de recursos. Com base nas informações coletadas, o governo pode identificar quais regiões ou grupos populacionais precisam de mais investimentos em áreas como saúde, educação, transporte e habitação. Por exemplo, se o Censo indicar um aumento significativo de jovens em uma determinada região, políticas educacionais e de emprego podem ser ajustadas para atender a essa demanda crescente. Da mesma forma, o mapeamento de desigualdades sociais e econômicas é facilitado, possibilitando que os governos criem estratégias voltadas para a redução dessas disparidades.

Além do impacto nas políticas públicas, o Censo é uma ferramenta para o setor privado e organizações não governamentais. Empresas utilizam esses dados para definir suas estratégias de mercado, enquanto as ONGs, por sua vez, podem utilizar as informações para orientar projetos sociais e humanitários, garantindo que seus esforços sejam direcionados para as áreas e os grupos que mais necessitam de assistência.

No campo da Educação, há um levantamento específico: o Censo escolar. Ele é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e realizado anualmente com a colaboração das redes de ensino. O Censo escolar reúne dados sobre matrículas, infraestrutura, profissionais da Educação e rendimento dos estudantes em todas as etapas da educação básica. Esses dados são fundamentais para a construção e a atualização dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das escolas, bem como para a definição de políticas educacionais, como a distribuição de recursos do Fundeb e a organização da oferta de ensino integral, transporte escolar e merenda.

O Censo, em suas diferentes formas, possibilita acompanhar mudanças e tendências ao longo do tempo, como crescimento populacional, urbanização, migrações internas e alterações na estrutura econômica. Essas mudanças impactam diretamente o planejamento a longo prazo, desde a infraestrutura urbana até a política ambiental. Por exemplo, um rápido crescimento urbano pode exigir novas redes de transporte e serviços públicos, enquanto o envelhecimento da população pode demandar uma readequação nos sistemas de saúde e previdência.

© GETTY IMAGES

Agente do IBGE coletando dados para o Censo demográfico no município de Cardeal da Silva (BA).

Na prática

Atividade 1

Em grupos, realizaremos um censo na sua comunidade escolar, para identificar as principais características demográficas do público da escola.

Utilizem o quadro para facilitar o planejamento do grupo.

Funções nos grupos			
Função operacional		Função especialista	
Liderança	Responsável por manter a organização do grupo, cobrar (respeitosamente) os papéis e tomar decisões de impasse.	Pesquisador I	Deve fazer o levantamento de dados e de informações, ou seja, a pesquisa em ferramentas e publicações.
Relógio	Controla o tempo e garante os prazos das atividades.	Pesquisador II	Deve fazer o levantamento de dados e de informações, ou seja, a pesquisa em ferramentas e publicações.
Anotador/ redator	Registra atividades e redige os textos.	Sintetizador de conteúdos	Deve resumir as informações pesquisadas.
Revisor	Monitora a qualidade dos materiais.	Analista de informática	Deve manusear as atividades com uso de ferramentas digitais e de informática.
Balizador	Responsável por coliderar o grupo e balizar as decisões do líder.	Desenhista	Deve criar imagens, modelos, esquemas e decidir o visual do trabalho.

Um bom questionário é essencial e deve ser pensado de acordo com os dados que se deseja obter.

As perguntas podem abordar temas como dados pessoais, socioeconômicos e informações sobre o cotidiano.

Todos os grupos usarão o mesmo questionário, com perguntas previamente definidas em conjunto, para garantir a uniformidade das informações coletadas.

Elaborem uma proposta de questionário final, que será utilizado por todos os grupos. O questionário pode ter algumas das questões a seguir. Vocês podem modificar, excluir ou incluir novas questões de acordo com as informações que queiram levantar.

Sugestões de questões:

1. Segmento (aluno, professor, funcionário, outros)
2. Idade
3. Gênero
4. Raça/etnia (branca, preta, amarela, vermelha, parda, outras)
5. Tem filhos? Quantos?
6. Tem irmãos? Quantos?
7. Função (cargo ou série)
8. Bairro onde vive
9. Tipo de moradia: apartamento, casa, moradia coletiva, outros
10. Moradia – possui esgotamento sanitário adequado?
11. Tem computador em casa? Quantas pessoas usam o computador?
12. Tem celular em casa? Quantas pessoas usam o mesmo celular?
13. Outras perguntas pertinentes

Utilizem o espaço ao final da atividade para registrar as principais informações e decisões do grupo.

Organização dos dados

Tabulação

Após a coleta, os dados devem ser organizados em tabelas para facilitar a análise e a comparação com o Censo 2022.

Os grupos devem se reunir para sistematizar todas as respostas, construindo um resultado organizado para cada pergunta.

Essa etapa é essencial para a produção de gráficos e para a apresentação dos resultados.

Análises e comparações

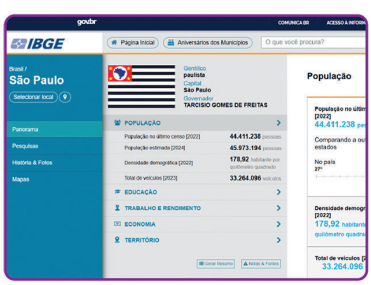
Comparem os dados do Censo escolar com os dados do Censo 2022 do IBGE para o município onde se localiza a escola.

Essa comparação possibilita:

1. identificação de padrões ou diferenças entre a comunidade escolar e a população do município;
2. compreensão de possíveis particularidades locais.

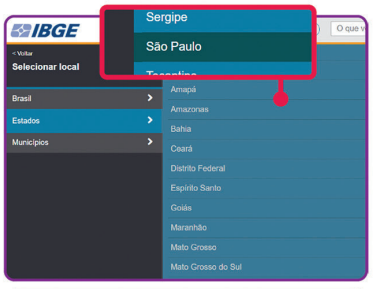
Acesse a página do IBGE Cidades e consulte os dados do município pelo link apresentado no material digital. Para localizar essas informações, realize o passo a passo descrito a seguir:

Acesso aos dados municipais no site do CENSO 2022 do IBGE

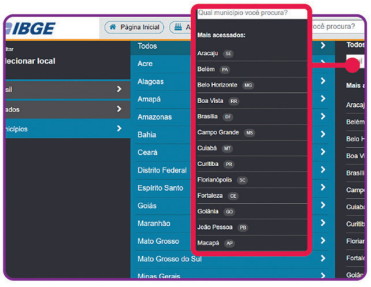


1º - Acesse o site do IBGE Cidades

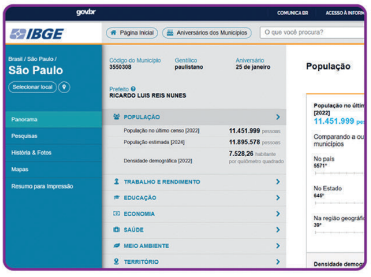
2º - Clique em "Selecionar local"



3º - Selecione o estado de São Paulo



4º - Digite o nome do seu município ou localize-o na lista



5º - Procure os dados para comparação

IBGE, [S.D.]. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Divulgação

Na próxima aula, os grupos deverão se organizar para apresentar os resultados.

Formatos de apresentação: os grupos deverão organizar seus resultados em gráficos, tabelas e cartazes para apresentação em sala.

Sugestão de cronograma do projeto:

- 1º momento: apresentação do projeto, divisão dos grupos e elaboração do questionário;
- 2º momento: coleta de dados nos horários estabelecidos (intervalos, entradas e saídas...);
- 3º momento: organização, análise dos dados e produção dos materiais;
- 4º momento (próxima aula): apresentação dos resultados e discussão em aula específica.

AULA

4

DEMOGRAFIA DA COMUNIDADE ESCOLAR

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – População

Um desafio foi proposto: transformar informações da escola em conhecimento geográfico. Para isso, os estudantes produziram seus próprios **censos escolares**, levantamentos simples, baseados em perguntas feitas a colegas, professores e funcionários. Esse tipo de atividade ajuda a enxergar melhor quem faz parte da escola e como diferentes grupos vivem realidades sociais distintas dentro do mesmo espaço.

Ao organizar os dados, é possível usar conceitos importantes, como **maioria e minoria**. Um grupo é considerado maioria quando representa a maior parte entre os entrevistados. Já uma minoria aparece em menor número, mesmo que seja socialmente muito relevante. Por exemplo: em algumas turmas, estudantes e professores pardos e pretos formam a maioria, enquanto entre os demais funcionários o grupo branco é predominante. Em outro caso, estudantes indígenas podem ser minoria nas turmas, o que revela desigualdades no acesso à educação e na permanência desses grupos na escola.

Além de identificar quantidades, essa pesquisa permite perceber **correlações de dados**. Isso significa observar como duas informações diferentes podem estar relacionadas. Por exemplo: quem tem menor renda costuma morar em bairros mais periféricos e ter menos acesso à internet ou a dispositivos tecnológicos. Grupos com menor renda também são os que mais acessam programas sociais. A cor ou raça das pessoas, em muitos casos, também se relaciona a essas desigualdades. Isso não quer dizer que uma coisa implique sempre a outra, mas que há padrões sociais que podem se mostrar repetitivos e que merecem atenção.

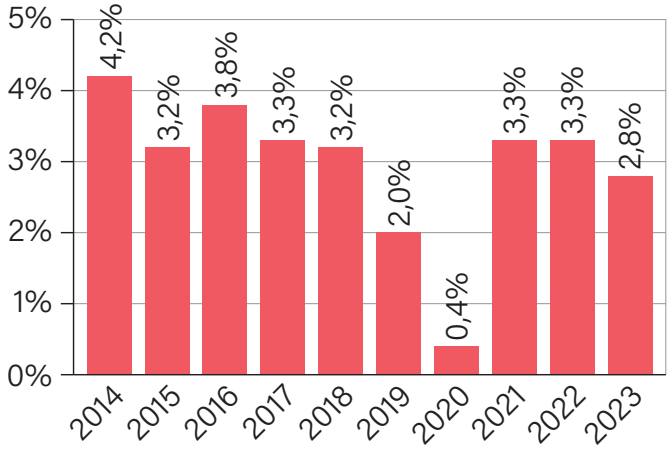
A análise de dados ajuda a perceber que a escola não está isolada do mundo. Ela reflete as desigualdades presentes na sociedade. Por isso, é importante olhar para os números com cuidado, sem reforçar preconceitos ou estereótipos. A geografia trabalha justamente com esse tipo de leitura: entender como o espaço, as relações sociais e os

dados se conectam. Ao fazer esse exercício na própria escola, os estudantes praticam um dos papéis centrais da disciplina: interpretar o lugar em que vivem e propor reflexões a partir dele.

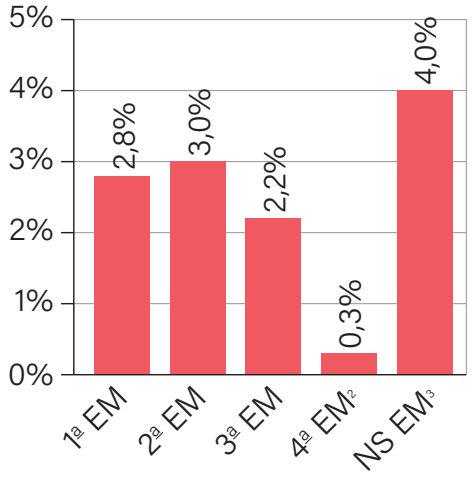
Um exemplo prático da importância desses dados pode ser expresso com as taxas de abandono dos estudantes do Ensino Médio no estado de São Paulo, que variaram de 4,2% (2014) a 0,4% (2020), atingindo 2,8% em 2023.

Proporção de estudantes que deixaram de frequentar a escola após a data de referência do Censo Escolar – Ensino Médio, estado de São Paulo

Taxas de rendimento (abandono) – Ensino Médio (classe comum) – São Paulo – 2014-2023



Taxas de rendimento (abandono) – Ensino Médio (classe comum) – São Paulo – 2023



[2] 4ª EM: Cursos técnicos e outras modalidades
[3] NS: Não Seriado

Não podemos, no entanto, simplesmente olhar para os dados de abandono escolar de forma estática. É fundamental adotar um olhar crítico e atento, considerando o contexto no qual esses números surgem, como o impacto da pandemia e outras questões sociais. Diante disso, é importante refletir: quais são, de fato, os motivos do abandono escolar? Como essa realidade afeta a vida dos estudantes e de suas famílias? E quais ações poderiam ser implementadas para reduzir ou até eliminar o abandono escolar? Esses são apenas alguns dos inúmeros questionamentos que podem ser levantados a partir da análise dos dados apresentados.

Na prática

Atividade 1

Etapa 1

Para uma apresentação eficaz de censo demográfico, inicie contextualizando e definindo o objetivo, siga com a apresentação clara dos dados e tendências mais relevantes, e finalize discutindo as implicações desses resultados.

O espaço a seguir é destinado as anotações e organização da apresentação

Etapa2

Após as **apresentações dos dados coletados**, compare os resultados de cada grupo utilizando a tabela a seguir.

Estudantes	Professores	Funcionários
Resposta pessoal, exemplo: espera-se que os estudantes tenham entre 14 e 17 anos (Ensino Médio).	**Resposta pessoal**, exemplo: espera-se que os professores tenham curso superior, em alguns casos, pós-graduação (*lato ou stricto sensu*).	**Resposta pessoal**, exemplo: espera-se que os funcionários morem no bairro da escola, ou em bairros vizinhos.

Etapa 3

Após o preenchimento da tabela, responda.

1 Em cada pesquisa, quais são as semelhanças e as diferenças entre os grupos entrevistados?

Resposta pessoal, com base nas respostas coletadas. Espera-se que estudantes analisem os dados, sendo capazes de traçar semelhanças e diferenças de forma responsável e crítica.

2 Qual a importância, para a equipe gestora e para os professores de uma escola, de conhecer profundamente a comunidade escolar? Como esse conhecimento pode ser utilizado no planejamento pedagógico e nas ações educativas da escola?

Conhecer a fundo a comunidade escolar é fundamental para a equipe gestora e para os professores, pois possibilita compreender as características, necessidades, expectativas e realidade dos estudantes. A partir desse conhecimento, é possível planejar ações pedagógicas mais significativas e conectadas com a vida dos estudantes, promovendo uma educação contextualizada e inclusiva. O planejamento escolar torna-se mais efetivo, porque pode considerar, por exemplo, os temas e pontos de atenção reais da comunidade, tornando o currículo mais próximo da vivência dos estudantes e, assim, mais motivador e relevante. Dessa forma, o conhecimento da comunidade escolar transforma-se em ferramenta essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e para a construção de um ambiente escolar mais democrático, participativo e promotor de aprendizagens significativas.

Atividade 2

A partir das informações coletadas pelos estudantes na pesquisa e nos dados disponíveis sobre o município em que está a escola, responda:

Há correlações entre os dados? Em caso positivo, quais? Discuta com o seu grupo.

Possíveis respostas:

Sim, há correlações importantes. Os dados do município X apresentados pelo IBGE (Censo 2022) e o censo organizado pela escola têm o mesmo percentual de brancos, amarelos e pardos, sendo: 67,11% brancos, 0,27% amarelos e 29,06% pardos. Fica evidente que os percentuais não são iguais em sua totalidade, e há uma predominância significativa da população branca em relação aos outros grupos.

AULA

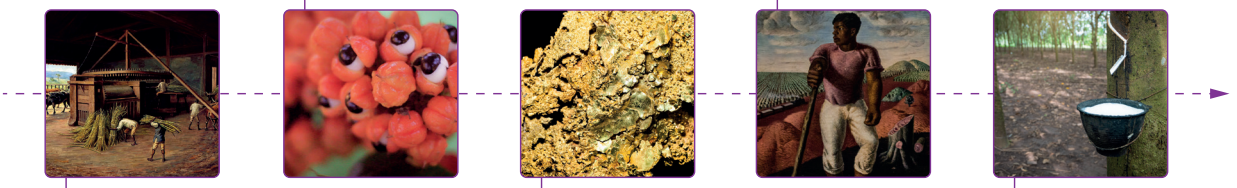
5

ECONOMIA DO BRASIL

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Economia do Brasil

A história econômica do Brasil começa com uma forte dependência da exportação de produtos primários. No **período colonial**, o açúcar dominava a economia, especialmente no Nordeste. Com o tempo, outras atividades ganharam importância, como as drogas do sertão na região amazônica, o ouro em Minas Gerais no século XVIII e o café no Sudeste durante o século XIX, tornando-se a base da economia por décadas. No mesmo período, a borracha se destacou na Amazônia, especialmente no final do século XIX e início do XX.



Ciclo da cana (séc. XVI): início da colonização portuguesa no Nordeste

Drogas do sertão (séc. XVII): exploração de especiarias e ervas na Amazônia

Ciclo do ouro (séc. XVIII): exploração do ouro, principalmente em Minas Gerais

Ciclo do café (séc. XIX): produção de café no Sudeste e no Sul

Ciclo da borracha (fim do séc. XIX e início do XX): extração de látex na Amazônia para produção de borracha

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © GETTY IMAGES

No século XX, o país começa a substituir a economia agrária por uma economia mais urbana e industrial. A **industrialização** avançou, principalmente a partir da década de 1930, e a agricultura passa a conviver com setores industriais em crescimento. Apesar disso, ainda hoje o Brasil é dependente da exportação de produtos primários e da importação de bens industrializados de maior valor agregado — uma combinação que limita a autonomia produtiva do país.

Nas últimas décadas, o setor de serviços cresceu com vigor, impulsionado pela urbanização e pela expansão do comércio e dos serviços públicos e privados. Essa modernização, no entanto, aconteceu ao lado de um processo de **desindustrialização** precoce, ou seja, a indústria perde espaço na economia antes de marcas nacionais do setor industrial se consolidarem. Para ganhar competitividade no mercado global e produzir mais renda e emprego para os brasileiros, é fundamental que o país realize mais investimentos em pesquisa e desenvolvimento, buscando maior valor agregado em suas atividades produtivas

Brasil: potência econômica regional e sua produtividade

De agrária a industrial
Ao longo do século XX, a economia agrária foi sendo substituída para uma economia mais industrial.

Diminuição da dependência
Apesar do desenvolvimento industrial, o país precisa diminuir a dependência das exportações primárias e das importações do setor secundário.

Serviços: o pilar da economia moderna
O crescimento do setor terciário nas últimas décadas reflete a modernização da economia, com a urbanização e a expansão dos serviços no país.

Desafios futuros
O país se desindustrializa precocemente e precisa ampliar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para conseguir acompanhar as tendências econômicas globais.

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © GETTY IMAGES

O desenvolvimento econômico, contudo, também depende da estabilidade monetária. Ao longo do século XX, o Brasil enfrentou sérios problemas com a **inflação**, que é o aumento contínuo e generalizado dos preços. Esse problema se agravou nos anos 1980, quando o país entra em um cenário de hiperinflação. Os preços subiam tão rápido que a população perdia o poder de compra, os salários se desvalorizam rapidamente e as empresas tinham dificuldade de planejar suas atividades. A incerteza econômica atingia a vida cotidiana e ampliava as desigualdades sociais.

Em 1994, o **Plano Real** buscou romper esse ciclo. O governo criou uma moeda, o real, e adotou medidas como o controle de gastos, juros altos e câmbio valorizado. O plano conseguiu conter a inflação e trouxe estabilidade, com mais previsibilidade nos preços, confiança no sistema econômico e um ambiente mais favorável aos investimentos produtivos. Esse foi um passo importante para reorganizar a economia brasileira e abrir caminho para novos desafios no século XXI.

O mapa a seguir ilustra a importância estratégica da economia brasileira, destacando a distribuição regional das atividades produtivas que impulsionam o desenvolvimento nacional. Enquanto o Centro-Oeste se destaca na agropecuária, o Sudeste concentra a indústria e a Amazônia mantém seus valiosos recursos naturais — juntos formando um ecossistema econômico integrado. Esses setores não só fortalecem o mercado interno,

como também consolidam o Brasil como potência global em commodities, criando empregos e riqueza em todas as regiões. A análise demonstra como essa diversidade produtiva é vital para o crescimento sustentável do país, combinando vantagens naturais com capacidade industrial. O Brasil consolida-se, assim, como uma economia complexa e multifacetada, cuja força reside precisamente nessa complementaridade regional.

Destaques regionais da PAM 2018

Valor da produção e principais produtos das Grandes Regiões

Nordeste

Valor da produção
R$41,2 bilhões

Principais produtos
1 Soja
2 Cana-de-açúcar
3 Algodão herbáceo

Bahia
R$ 19,6 bilhões
Unidade da Federação com maior valor de produção

São Desidério – BA
R$ 3,6 bilhões
Município com maior valor de produção

Norte

Valor da produção
R$20,3 bilhões

Principais produtos
1 Soja
2 Mandioca
3 Açaí

Pará
R$ 10,4 bilhões
Unidade da Federação com maior valor de produção

Igarapé-Miri – PA
R$ 890,6 bilhões
Município com maior valor de produção

Sudeste

Valor da produção
R$95,8 bilhões

São Paulo
R$ 53,1 bilhões
Unidade da Federação com maior valor de produção

Itapeva – SP
R$ 977,5 milhões
Município com maior valor de produção

Principais produtos
1 Cana-de-açúcar
2 Café arábico
3 Soja

Centro-Oeste

Principais produtos
1 Soja
2 Milho
3 Cana-de-açúcar

Valor da produção
R$95,9 bilhões

Mato Grosso
R$ 50,2 bilhões
Unidade da Federação com maior valor de produção

Sapezal – MT
R$ 3,3 bilhões
Município com maior valor de produção

Sul

Principais produtos
1 Soja
2 Milho
3 Arroz

Valor da produção **R$90,3** bilhões

Paraná
R$ 41,3 bilhões
Unidade da Federação com maior valor de produção

Guarapuava – PR
R$ 794,0 milhões
Município com maior valor de produção

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © GETTY IMAGES

Na prática

Atividade 1

Desafios e oportunidades para o futuro.

Brasil pode assumir a liderança na economia verde com aposta em energias renováveis

Com projeções que indicam um crescimento de 2,2% no PIB potencial e uma receita adicional de até R$ 120 bilhões até 2030, o Plano de Transformação Ecológica pavimenta o caminho para um futuro sustentável, próspero e justo para o Brasil.

BRASIL pode assumir a liderança na economia verde com aposta em energias renováveis. **Ministério da Fazenda**, 7 de mai. de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/brasil-pode-assumir-a-lideranca-na-economia-verde-com-aposta-em-energias-renovaveis. Acesso em: 12 out. 2025.

A economia verde busca conciliar o crescimento econômico com a sustentabilidade. O Brasil tem potencial para liderar essa transição global, aproveitando seus recursos naturais e investindo em inovação para a impulsionar um novo ciclo do econômico sustentável.

1 Por que o Brasil pode liderar as transformações para a economia verde global?

Porque o país possui abundância de recursos naturais, como água doce, biodiversidade e vastas áreas com potencial para produção de energia limpa (solar, eólica, hidrelétrica e biomassa); tem experiência consolidada com fontes renováveis, como o etanol e a energia hidrelétrica; tem grande potencial para a produção de hidrogênio verde, aproveitando suas fontes renováveis; é um dos maiores produtores de alimentos e pode adotar práticas agrícolas sustentáveis para ampliar sua influência global no setor.

2 Quais são os principais desafios econômicos que o Brasil enfrenta atualmente para liderar essa transformação?

Baixo investimento em ciência, tecnologia e inovação; falta de infraestrutura adequada para a expansão das energias renováveis e do transporte sustentável; carência de qualificação da mão de obra para atuar em setores da nova economia verde; desigualdades regionais que dificultam a implementação uniforme de políticas sustentáveis; dificuldade em alinhar o crescimento econômico com a conservação ambiental em setores como o agronegócio e a mineração.

AULA

6

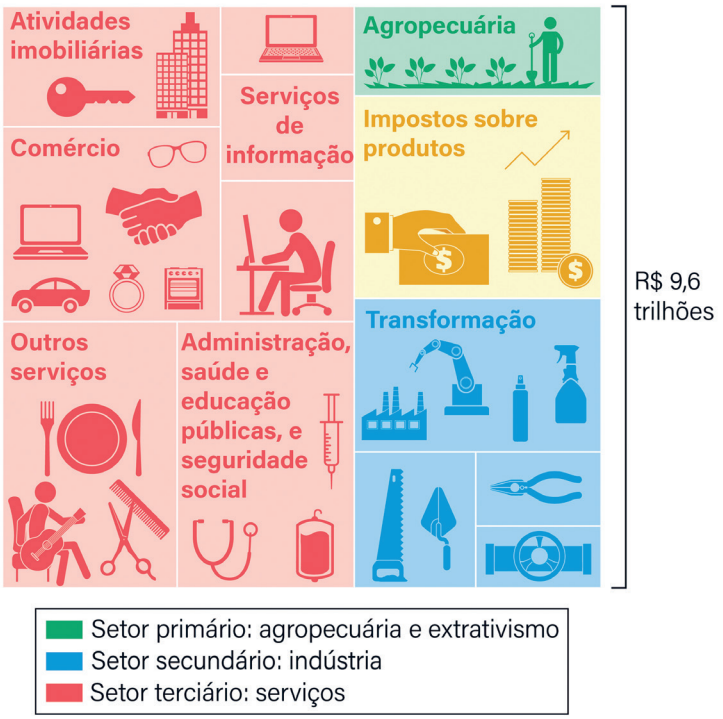
O BRASIL NA ECONOMIA MUNDIAL

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Economia do Brasil

Em 2024, o Brasil registrou um Produto Interno Bruno (PIB) de aproximadamente **US$ 2,179 trilhões**, mantendo-se como a décima maior economia do planeta. O **setor primário**, ligado à agropecuária e à mineração, teve participação de 7,1% no PIB nacional. No primeiro semestre de 2024, o agronegócio respondeu por quase 50% das exportações brasileiras. Apesar do avanço em produtividade e no uso de tecnologias sustentáveis nos últimos anos, a agropecuária continua sendo a principal responsável pelo desmatamento no país, configurando um desafio para o setor.

Composição do PIB do Brasil (2022)



PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

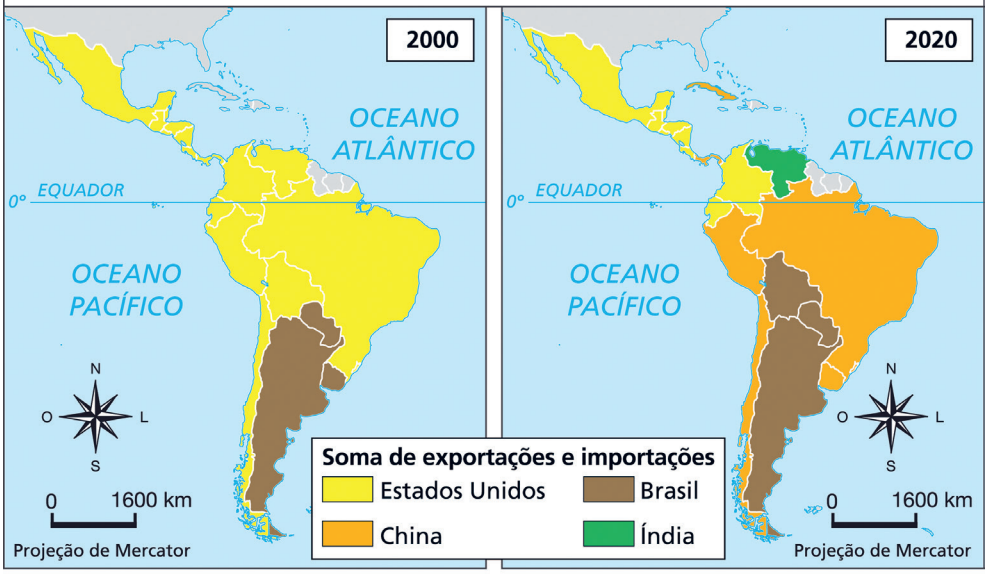
O **setor secundário**, que compreende a indústria e a produção de energia, ganhou força a partir da crise de 1929, quando a queda nas exportações de café impulsionou a **política de substituição de importações**. Com isso, a industrialização brasileira avançou, embora desde os anos 1980 tenha perdido participação no PIB.

Já o **setor terciário** concentra cerca de 70% da População Economicamente Ativa (PEA) e responde por quase 70% do PIB nacional.

No cenário internacional, o Brasil está inserido na **Divisão Internacional do Trabalho (DIT)** como um país de economia diversificada, exportador de bens manufaturados, semi-manufaturados e primários. Como sabemos, contudo, o país se mantém dependente das exportações de *commodities* agrícolas e minerais, enquanto é grande importador de bens industrializados de maior aporte tecnológico, que apresentam maior valor agregado.

Ainda no plano econômico internacional, a **China** se apresenta como o maior parceiro comercial do Brasil. O país asiático importa grandes volumes de soja, minério de ferro e petróleo, ao mesmo tempo que vende para o Brasil uma grande variedade de produtos, com destaque para equipamentos de telecomunicações, veículos automotores e seus componentes, produtos químicos, aparelhos elétricos, além de produtos farmacêuticos. A China também vem expandindo sua cooperação com o Brasil em áreas como infraestrutura, energia renovável e tecnologia. Além disso, desde a década de 2000, o Brasil tem buscado fortalecer alianças com países emergentes, por exemplo, por meio do **BRICS** (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia, Indonésia e Irã), e tem ampliado o comércio com nações da Ásia, África e América Latina. O Brasil também vem se destacando no **G20**, grupo de cooperação financeira que reúne as 19 maiores economias do mundo e a União Europeia.

Parceiros comerciais mais importantes dos países da América Latina (2000 e 2020)



Fonte: Banco Mundial (2000) e oec.world (2020).

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

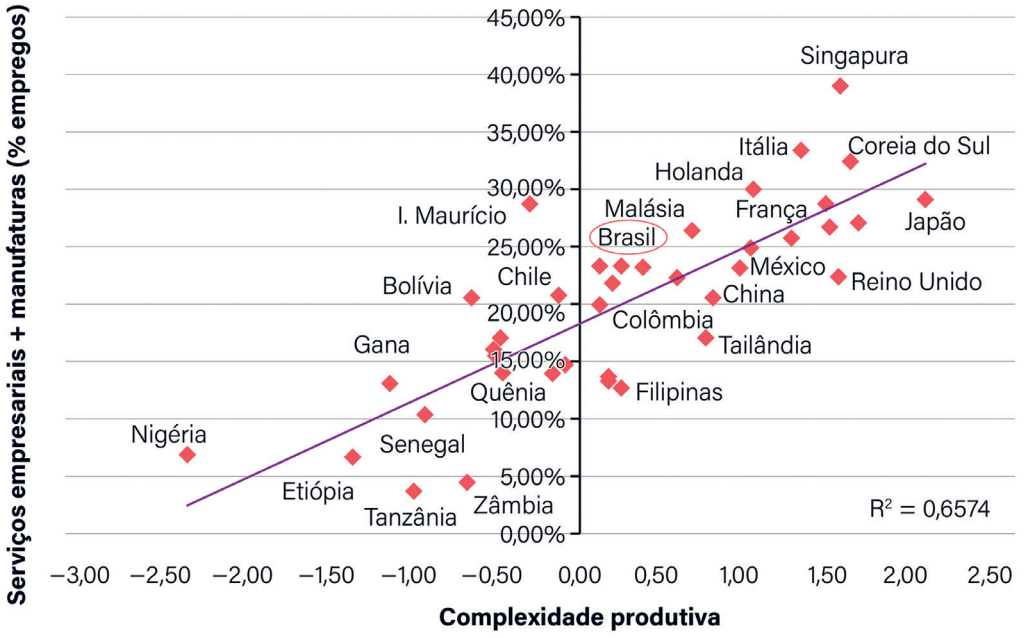
Essa inserção em uma **economia multipolar**, ou seja, com vários centros de poder econômico, tem ocasionado consequências importantes para o país, como a redução da dependência dos mercados ocidentais, o fortalecimento das exportações para países emergentes e a ampliação da influência brasileira em fóruns multilaterais e em negociações globais.

Na prática

Atividade 1

Compare a porcentagem de empregos em serviços empresariais e manufatura do Brasil com outros países emergentes.

Estrutura produtiva (diversos países - 2010)



PAULO GALA, 2023. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

1 Como você interpreta a posição do Brasil no gráfico em termos de desenvolvimento produtivo e tecnológico?

O Brasil tem uma participação de empregos em serviços empresariais e manufatura em torno de 25%, o que está abaixo da verificada em países emergentes como China e México. Os estudantes devem notar que o Brasil está próximo do centro do gráfico, indicando uma complexidade produtiva moderada, nem muito baixa nem alta.

2 Quais estratégias podem aumentar a complexidade produtiva no Brasil?

O investimento em inovação e tecnologia pode ampliar a produção de bens com maior valor agregado; o fortalecimento da educação técnica e científica é importante para qualificar a mão de obra; a melhoria da infraestrutura de transporte é fundamental para aumentar a competitividade.

3 De que forma a participação em grupos econômicos internacionais pode contribuir para essa mudança?

Ampliando as oportunidades de exportação; atraindo investimentos estrangeiros diretos; trazendo tecnologia e conhecimento; estimulando a cooperação em inovação, pesquisa e desenvolvimento com outros países-membros.

AULA

7

BRASIL: INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

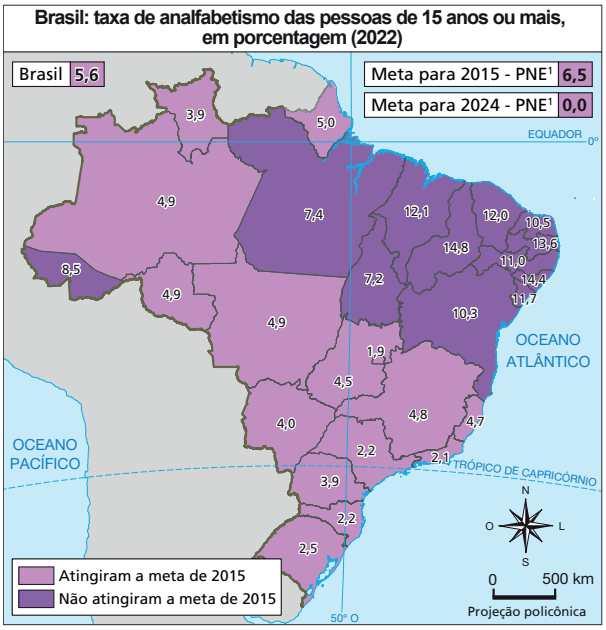
Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Economia do Brasil

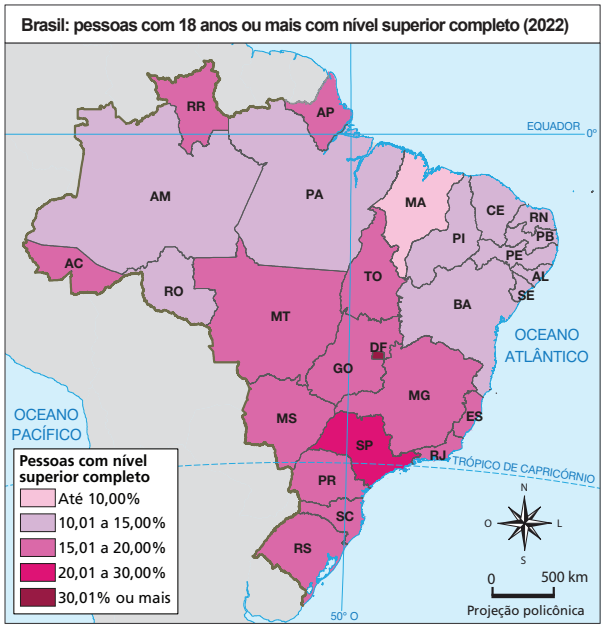
Indicadores socioeconômicos são ferramentas fundamentais para compreender as condições de vida da população e orientar políticas públicas. Eles fornecem dados sobre aspectos como **renda, saúde, educação, habitação e segurança,** possibilitando avaliar o desenvolvimento humano em diferentes regiões do país.

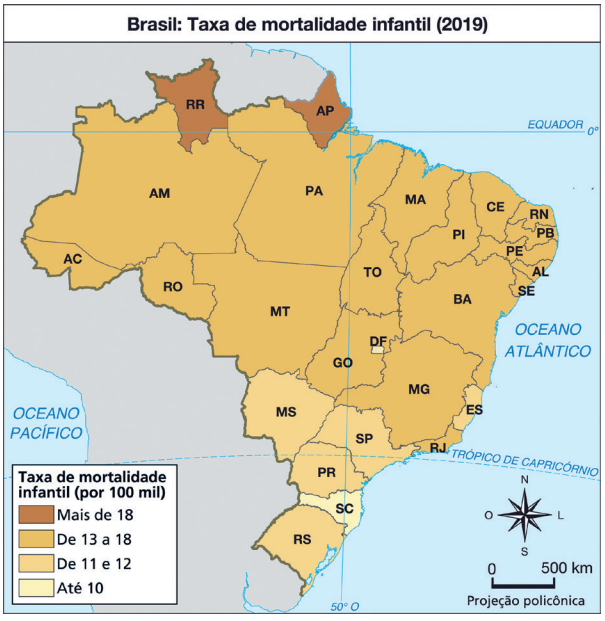
Entre os principais indicadores está o **Produto Interno Bruto (PIB),** que mede a soma de todos os bens e serviços produzidos por um país em determinado período. Embora seu crescimento possa indicar dinamismo econômico, ele é insuficiente para avaliar se houve, de fato, melhoria nas condições de vida da população. Por isso, costuma-se analisá-lo em conjunto com outros dados, como a renda per capita e a taxa de desemprego. Essa combinação propicia uma visão mais ampla do cenário socioeconômico, mas ainda assim apresenta limitações, já que a renda per capita é uma média que não revela como a riqueza está distribuída entre os grupos sociais, podendo ocultar fortes desigualdades.

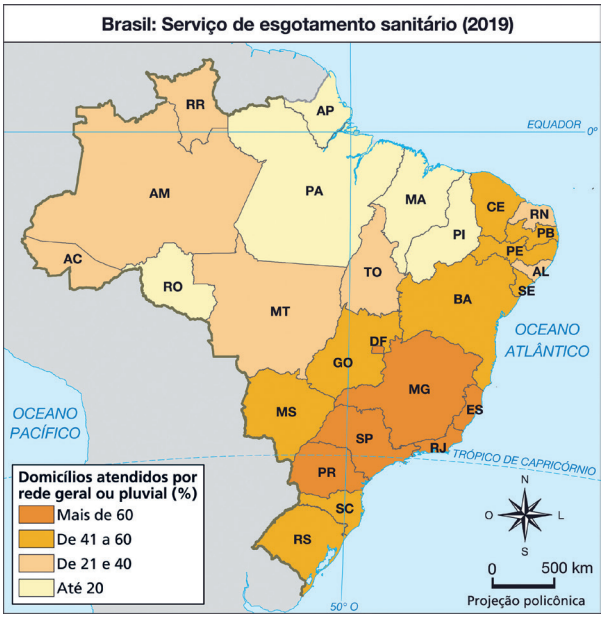
No Brasil, indicadores atuais de educação, como **taxa de alfabetização** e **escolaridade média**, têm demonstrado avanços e desafios. O Brasil apresenta 93% de alfabetização, mas apenas 8 anos de escolaridade média, valor inferior à média global. Isso demonstra limitações na continuidade dos estudos e na qualidade da formação, especialmente em regiões mais vulneráveis. Os mapas a seguir trazem importantes dados para analisar a educação no Brasil.



¹Plano Nacional de Educação



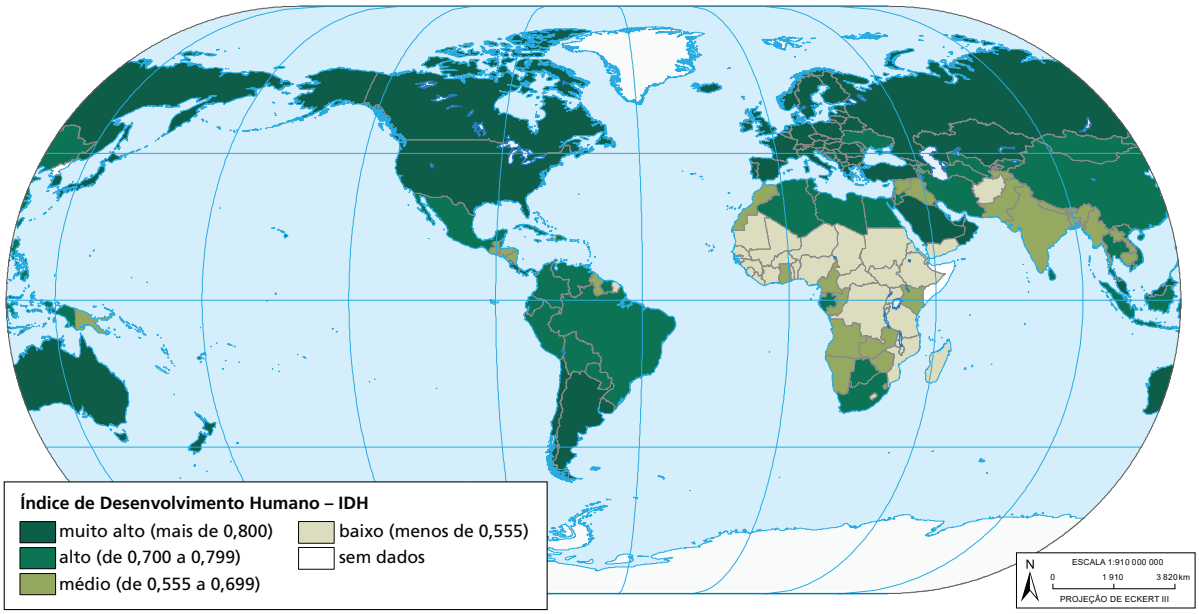




Na **área da saúde**, o país apresenta expectativa de vida acima da média mundial (**76,4 anos em 2022**), mas ainda enfrenta taxas elevadas de mortalidade infantil, além de desigualdades no acesso ao saneamento básico. A ausência desses serviços compromete a saúde pública e evidencia falhas estruturais.

Para integrar **aspectos de renda**, escolaridade e saúde na avaliação da qualidade de vida das populações, é comum a utilização do **Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)**, que combina expectativa de vida, educação e renda per capita. Apesar de o Brasil apresentar um IDH considerado alto, o índice oculta desigualdades internas significativas.

Mundo: Índice de Desenvolvimento Humano – 2019



PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Os **indicadores socioeconômicos** são, portanto, importantes para compreender a realidade brasileira e orientar políticas públicas. Entretanto, devem ser interpretados com cautela, pois frequentemente ocultam desigualdades e não capturam toda a complexidade da vida social. Uma leitura crítica e contextualizada desses dados é essencial para que sirvam de base a ações realmente eficazes no combate às desigualdades e na promoção da justiça social.

Na prática

Atividade 1

1 Com a orientação de seu professor, analise a tabela para responder ao que se pede.

Região	Renda per capita (R$)	Taxa de desemprego (%)	Expectativa de vida (anos)	Taxa de alfabetização (%)
A	2 100	8,5	77,2	96,0
B	1 400	13,2	71,8	88,5
C	3 300	6,7	79,1	98,2

a) Qual das regiões parece ter o melhor desempenho socioeconômico? Justifique com base em pelo menos três indicadores.

A Região C apresenta o melhor desempenho socioeconômico. Ela tem a maior renda per capita (R$ 3.300,00), a menor taxa de desemprego (6,7%), a maior expectativa de vida (79,1 anos) e a maior taxa de alfabetização (98,2%).

b) Em qual região você acredita que as políticas públicas deveriam ser mais urgentes? Por quê?

A Região B parece demandar ações mais urgentes, pois apresenta a menor renda per capita (R$ 1.400,00), a maior taxa de desemprego (13,2%), a menor expectativa de vida (71,8 anos) e a menor taxa de alfabetização (88,5%).

c) Esses dados representam a realidade completa das pessoas que vivem nessas regiões? O que pode estar "escondido" nos números?

Não. Os dados ajudam a ter uma visão geral, mas não mostram as desigualdades internas. Por exemplo: uma alta renda per capita pode esconder desigualdade de distribuição (concentração de renda). Uma boa média na taxa de alfabetização pode não revelar disparidades entre áreas urbanas e rurais.

Atividade 2

1 Analise cuidadosamente a tabela apresentada e responda às questões a seguir, fundamentando suas respostas nos dados e em referenciais teóricos pertinentes.

País	Expectativa de vida	Média de anos de estudo	Renda per capita (US$)	IDH
A	81 anos	11,2 anos	19 000	0,810
B	68 anos	9,5 anos	6 200	0,699
C	60 anos	10,5 anos	3 400	0,610
D	70 anos	8,2 anos	8 900	0,703
E	75 anos	5,8 anos	14 500	0,721

a) A partir da análise dos indicadores presentes na tabela, identifique o país que apresenta o mais elevado padrão de qualidade de vida e, em contraposição, aquele com o padrão mais reduzido. Fundamente sua resposta com base nos valores apresentados.

Com base no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que aglutina indicadores de saúde (expectativa de vida ao nascer), educação (anos médios de estudo) e renda per capita, o País A apresenta o melhor padrão de qualidade de vida (IDH: 0,810), evidenciado pelos elevados valores de expectativa de vida, escolarização e renda. Em contrapartida, o País C exibe o menor IDH (0,610), refletindo piores condições nesses mesmos indicadores.

b) Considerando o país que apresenta os piores indicadores de qualidade de vida, proponha políticas públicas que possam contribuir para a elevação dos índices de saúde, educação e renda, fundamentando suas sugestões em referenciais teóricos e experiências internacionais.

Espera-se que o estudante indique políticas públicas como: expansão da educação primária com foco em acesso universal; prevenção de doenças e promoção da saúde; investimento em saneamento básico (acesso à água potável e esgotamento sanitário), significativamente associado à redução de doenças infecciosas; a universalização do acesso escolar desde a infância, associada à diminuição da evasão e à melhoria da aprendizagem; valorização e formação continuada de professores, elevando a qualidade do ensino; políticas de geração de emprego e renda, como incentivos a empreendimentos locais; e desenvolvimento de cadeias produtivas regionais, dentre outros.

AULA

8

DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Economia do Brasil

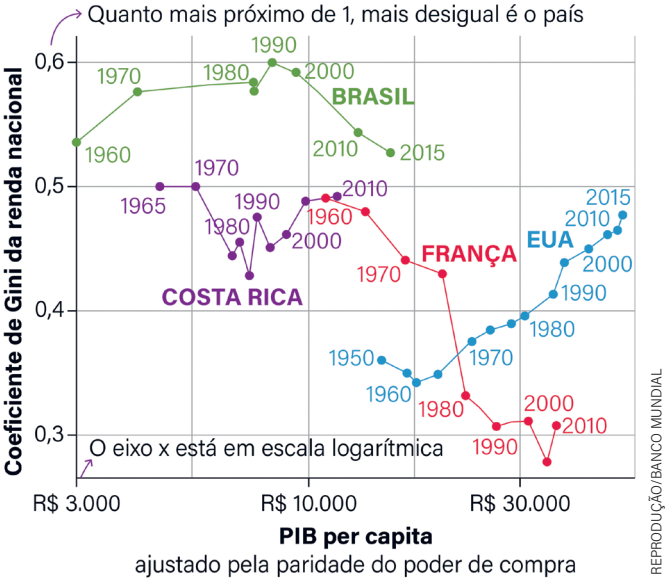
A **desigualdade socioeconômica** é uma das marcas mais persistentes da sociedade brasileira, referindo-se às disparidades no acesso à **renda, à saúde, à educação, à moradia** e à **oportunidades** entre diferentes grupos sociais. Essas desigualdades comprometem a coesão social, dificultam o desenvolvimento sustentável e limitam o bem-estar da população como um todo.

Uma forma central de medir essa desigualdade é o **índice de Gini**, que varia de 0 (igualdade total) a 1 (desigualdade extrema). O Brasil apresenta um dos índices mais altos do mundo: em 2024, o valor era de 0,506, o que nos posiciona entre os países com maior concentração de renda. Apenas 1% da população concentra mais de 76% da riqueza nacional, enquanto as classes A e B representam somente 8% da população total.

Essas desigualdades também têm recortes raciais e de gênero. Dados mostram que, historicamente, a população negra recebe salários e rendas médias significativamente menores do que a população branca. Mesmo nos períodos de crescimento, os indicadores nunca se igualaram. As causas desse abismo incluem o racismo estrutural, a exclusão educacional e a dificuldade de acesso a empregos formais. Mulheres, jovens e populações indígenas também enfrentam maiores **barreiras sociais e econômicas**.

Coeficiente de Gini e renda média per capita

Ajustada pela paridade do poder de compra, em países selecionados



REPRODUÇÃO/BANCO MUNDIAL

Desigualdade social no Brasil

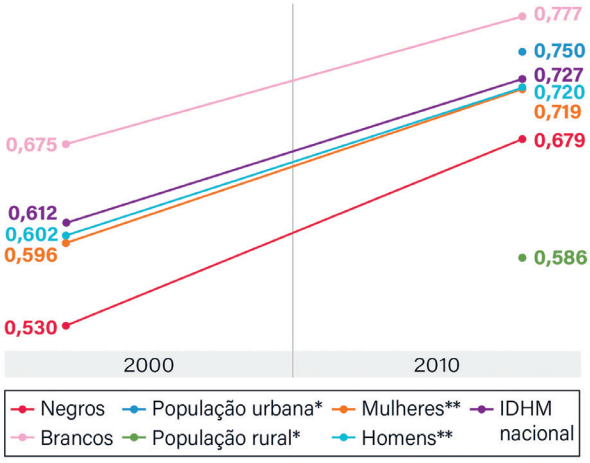
Indicadores sociais por cor, sexo e domicílio

	IDHM	Expectativa de vida ao nascer	População com mais 18 anos com ensino fundamental completo	Renda, em R$
Etnia				
Negros	0,679	73,2	47,78%	508,90
Brancos	0,777	75,3	62,14%	1.097,00
Sexo*				
Mulheres	0,720	77,3	56,67%	1.059,30
Homens	0,719	69,8	53,04%	1.470,73
Situação de domicílio				
Rural	0,586	71,5	26,51%	312,74
Urbano	0,750	74,6	59,72%	882,64

*Ajustado à renda do trabalho.

Evolução do IDHM

Diferença entre os índices diminuiu em 10 anos

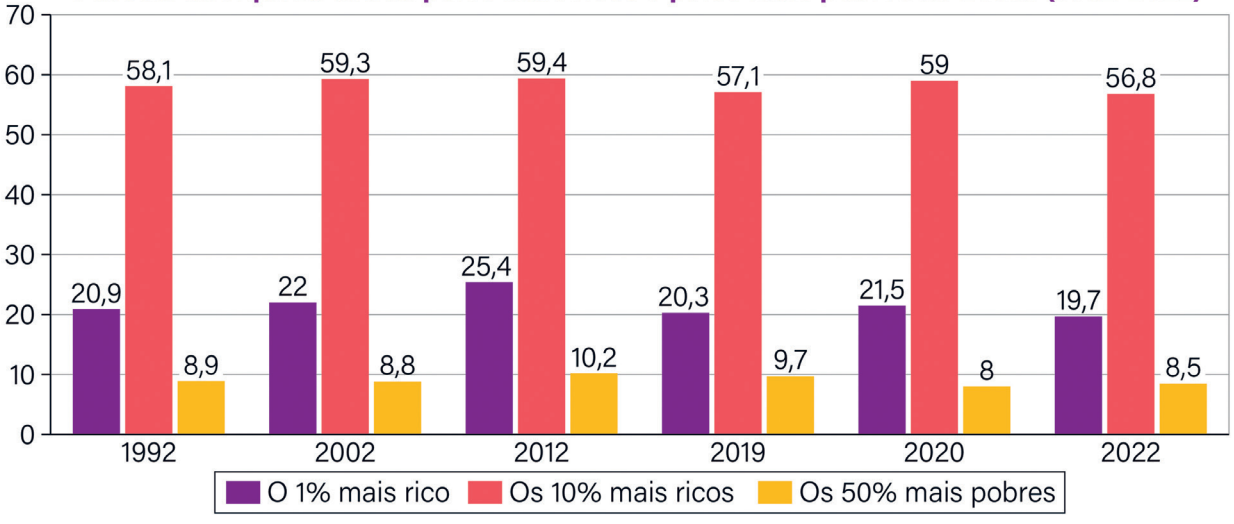


*Dados de 2000 não disponíveis.
**Ajustado à renda do trabalho.

REPRODUÇÃO/IPEA, PNUD, FJP

No campo, a **desigualdade** se expressa na concentração fundiária: cerca de 1% dos proprietários detêm quase metade das terras agrícolas do país e recebem a maior parte do crédito rural, enquanto pequenos produtores enfrentam dificuldades para obter financiamento. Já nas cidades, o problema se manifesta na segregação socioespacial, no crescimento de favelas, no acesso precário a serviços públicos e na violência urbana, mais intensa nas áreas com menor presença do Estado.

Parcela da riqueza detida pelos mais ricos e pelos mais pobres no Brasil (1992-2022)



REPRODIÇÃO/WID

A **criminalidade**, por sua vez, é tanto consequência quanto causa da desigualdade. A falta de oportunidades formais, aliada à exclusão social e ao abandono de territórios vulneráveis, favorece o crescimento de economias ilegais e o agravamento da insegurança. Isso desvaloriza áreas urbanas, aumenta a evasão escolar e restringe o acesso a direitos básicos.

Superar esse cenário exige políticas públicas integradas. A adoção de impostos progressivos, programas de transferência de renda, investimentos em educação de qualidade, promoção da igualdade racial e fortalecimento dos serviços públicos são medidas essenciais para reduzir as desigualdades e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável.

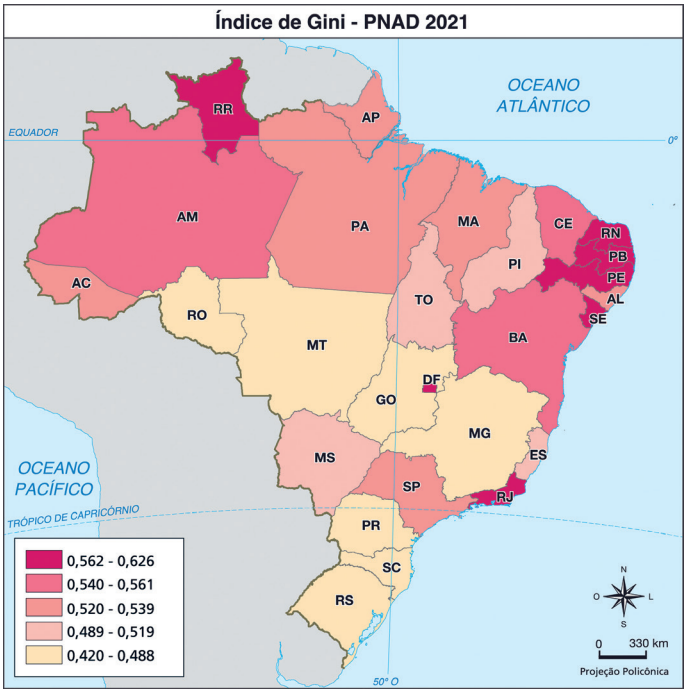
Na prática

Atividade 1

Com base no mapa do índice de Gini – PNAD 2021, elabore uma redação dissertativo-argumentativa sobre a desigualdade socioeconômica no Brasil. Analise as diferenças regionais evidenciadas no mapa, relacione as possíveis causas e as consequências dessa realidade. Por fim, proponha medidas para atenuar o problema.

Etapas de escrita:

- introdução;
- análise do mapa (cite os dados do mapa);
- causas da desigualdade;
- consequências;
- conclusão;
- reflexão final.



Espera-se que os estudantes indiquem os tópicos a seguir.

- Desigualdade no Brasil (o país figura entre as nações mais desiguais do mundo);
- disparidades regionais de renda: grandes diferenças de renda entre regiões, com Norte e Nordeste mais desiguais (representados pelos tons de vermelho) e Sul, menos (representado pelo tom amarelo);
- causas da desigualdade: fatores históricos, precariedade de serviços públicos e sistema tributário regressivo;
- consequências sociais: dificuldade de acesso a direitos básicos (como saúde, educação, emprego etc.), além de violência e marginalização;
- soluções propostas: reforma tributária progressiva, investimentos em educação e saneamento e projetos de desenvolvimento regional.

AULA

9

O TRABALHO NO BRASIL

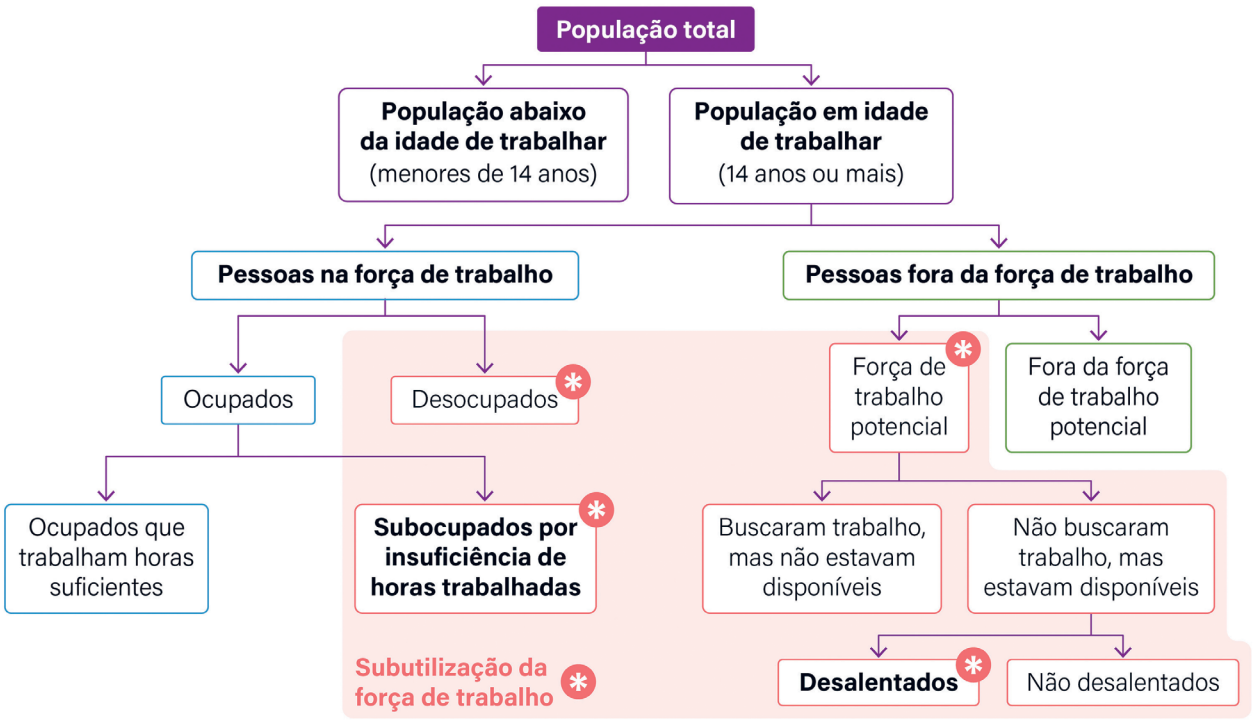
Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Economia do Brasil

Ao longo da história do Brasil, as formas de trabalho mudaram bastante e, para regulá-las, houve o surgimento de leis importantes. Entre elas, destaca-se a **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, criada em **1943** – com algumas alterações importantes, como as introduzidas em **2017** e **2022** –, que reúne os direitos básicos dos trabalhadores formais, como jornada máxima de 8 horas diárias e 44 horas semanais, férias remuneradas, 13º salário, carteira assinada, FGTS, licença-maternidade e paternidade, aviso-prévio e pagamento de horas extras. O objetivo da CLT é equilibrar a relação entre patrão e empregado, promovendo dignidade, formalização do emprego e proteção contra abusos.

Os desafios contemporâneos do trabalho no Brasil envolvem a busca por empregos de qualidade e a diminuição da informalidade, dentre outros. A **Constituição Federal de 1988** ampliou os direitos dos trabalhadores e reforçou a importância da **seguridade social**, garantindo proteção em casos de doença, desemprego e aposentadoria. Garantir o cumprimento dessas normas diante das mudanças no mercado de trabalho, contudo, ainda é um grande desafio, exigindo atualização das leis e fiscalização constante para assegurar inclusão, justiça e proteção social para todos.

As divisões do mercado de trabalho



*A subutilização da força de trabalho, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda desde 2013 que seja medida pelos órgãos oficiais de estatística, engloba os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas.

A taxa de subutilização da força de trabalho é a porcentagem que esta subutilização representa dentro da força de trabalho ampliada (pessoas na força de trabalho somadas à força de trabalho potencial).

IBGE, 2025. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Em relação ao trabalho, a população brasileira é classificada em dois grandes grupos, sendo o primeiro o daqueles que se encontram **abaixo da idade mínima para trabalhar** (menos de 14 anos) e o segundo, o **daqueles em idade de trabalhar** (14 anos ou mais). Ainda entre as pessoas em idade de trabalhar, há novamente duas grandes divisões: a chamada **força de trabalho**, que inclui ocupados e desocupados (quem está procurando emprego); e aqueles **fora da força de trabalho**, que contempla quem não procura emprego, como estudantes e aposentados.

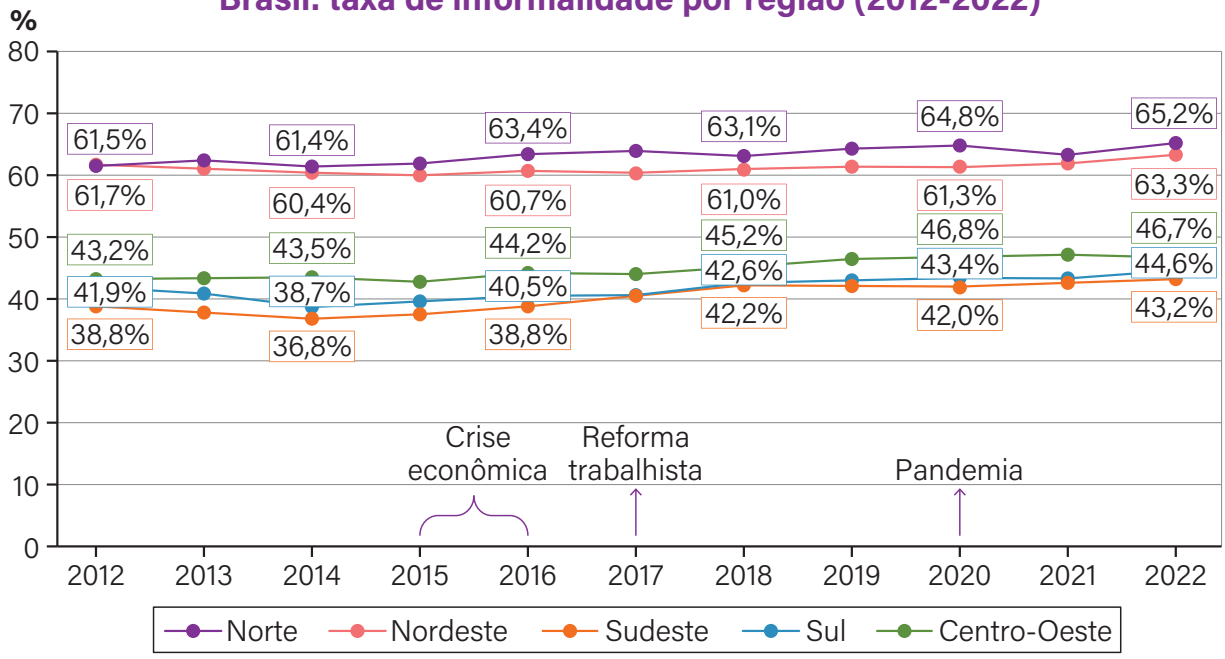
Outro ponto importante é o conceito de **subutilização da força de trabalho**. Esse grupo é destacado em vermelho e abrange não só os desocupados, mas também pessoas subocupadas por insuficiência de horas (trabalham menos do que gostariam) e pessoas classificadas como força de trabalho potencial (como os desalentados, que desistiram de procurar trabalho, mas estariam disponíveis).

Assim, o diagrama mostra que avaliar apenas o desemprego não basta para entender a eficiência do mercado de trabalho de um país; é preciso considerar também todos os grupos com potencial produtivo não aproveitado.

Além das formas tradicionais de contratação, surgiram práticas como a **pejotização** e a **terceirização**. A pejotização ocorre quando o trabalhador é contratado como se fosse

uma empresa (pessoa jurídica [PJ]), abrindo um CNPJ e emitindo notas fiscais para prestar serviços, mesmo mantendo um vínculo típico de um funcionário. Nessa situação, o trabalhador perde direitos garantidos pela CLT, como férias, 13º salário e FGTS. Quando utilizada para burlar direitos trabalhistas, essa prática é considerada ilegal. Já a terceirização acontece quando uma empresa contrata outra para fornecer mão de obra ou serviços, como limpeza ou segurança, em vez de contratar diretamente esses trabalhadores. Atualmente, a terceirização pode ser usada em qualquer setor. Embora possa criar empregos, frequentemente resulta em condições de trabalho mais precárias e salários menores, pois os trabalhadores terceirizados, em geral, têm menos benefícios.

Brasil: taxa de informalidade por região (2012-2022)



FUNDO BRASIL. 2022. . PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

O cenário do **trabalho no Brasil** enfrenta grandes desafios, como a elevada informalidade, desigualdades de raça, gênero e região, baixa qualificação profissional e desemprego. A informalidade dificulta o acesso a direitos e reforça desigualdades sociais, muitas vezes ocultando o desemprego real, já que inclui pessoas em "bicos" instáveis e sem proteção.

Na prática

Atividade 1

1 A legislação trabalhista mudou o modelo de trabalho no Brasil, mostrando-se fundamental na garantia de proteção da relação historicamente desigual entre empregadores e trabalhadores. Assim, vamos discutir a importância da legislação trabalhista neste contexto.

a) Qual é a importância da CLT no Brasil?

A CLT protege os direitos dos trabalhadores, garantindo salários justos, jornada de trabalho regulamentada, férias, descanso semanal e segurança no ambiente de trabalho. Ela ajuda a equilibrar a relação desigual entre empregadores e trabalhadores; estes muitas vezes contam com menos poder para negociar condições. Contribui para a estabilidade social e econômica, evitando abusos e garantindo que o trabalho seja digno. Promove a formalização do emprego, o que assegura benefícios como aposentadoria, FGTS e acesso a serviços previdenciários. Ajuda a diminuir a informalidade e a precarização do trabalho no país.

b) Se a CLT não existisse, como você imagina que seria a vida de um trabalhador brasileiro hoje? Quais direitos e garantias poderiam estar em risco?

Os trabalhadores poderiam sofrer jornadas exaustivas, sem limite de horas e sem direito a descanso ou férias. Poderiam receber salários abaixo do justo, sem garantias mínimas e sem proteção contra demissões arbitrárias. Não teriam acesso a benefícios como FGTS, seguro-desemprego ou auxílio-doença. Ficariam mais vulneráveis a condições inseguras de trabalho, com maior risco de acidentes e sem amparo legal. A informalidade e a exploração seriam ainda maiores, dificultando o acesso a direitos básicos e à justiça trabalhista. A ausência da CLT poderia provocar mais desigualdade social e instabilidade no mercado de trabalho.

Atividade 2

1 Nos últimos anos, tem ocorrido um movimento de flexibilização da legislação trabalhista, especialmente com relação à CLT.

A partir das leituras, reflexões e conhecimentos prévios, com a orientação do professor, organizem-se em grupos de até quatro estudantes para debater e responder às questões propostas. Ao final, registrem as respostas.

a) Como a flexibilização da legislação trabalhista, promovida por reformas recentes na CLT, impactou as relações de trabalho no Brasil?

A flexibilização propiciou maior negociação direta entre empregadores e empregados, possibilitando novas formas de contratação, como o trabalho intermitente. Embora tenha aumentado a autonomia empresarial e reduzido custos, também intensificou inseguranças contratuais para trabalhadores e, em alguns setores, aumentou a precarização.

b) De que forma a manutenção de altas taxas de trabalho informal revela desafios persistentes à aplicação da legislação trabalhista no Brasil?

O elevado índice de informalidade demonstra que milhões de brasileiros estão fora da proteção da CLT, sem direitos básicos, como férias, 13º salário e previdência. Isso evidencia limitações na fiscalização, dificuldades de acesso ao emprego formal e grande disparidade regional, perpetuando a vulnerabilidade social.

c) Listem até três iniciativas que possam melhorar simultaneamente a vida do empregador e a do empregado, explicando, de forma objetiva, como cada uma pode ser implementada na prática.

Horários flexíveis e trabalho remoto: possibilita que o empregado equilibre vida pessoal e profissional e que o empregador reduza custos operacionais. Pode ser implementado por meio de acordos formais sobre escalas e uso de ferramentas digitais para monitoramento e produtividade.

Programas de capacitação contínua: aumenta a empregabilidade e a satisfação dos funcionários, enquanto eleva a eficiência e a inovação na empresa. Pode ser viabilizado por parcerias com plataformas de ensino online,, treinamentos internos e apoio para participação em cursos externos.

Canais de comunicação abertos e feedback construtivo: cria um ambiente de confiança, facilita a resolução de conflitos e melhora o engajamento dos funcionários, beneficiando todo o ambiente de trabalho. Pode ser aplicado com reuniões regulares, avaliação de desempenho transparente e incentivo à participação ativa dos empregados nas decisões relevantes.

AULA

10

ESTADO, NAÇÃO E TERRITÓRIO

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Estado, nação e território

Os conceitos de Estado, nação e território são fundamentais para compreender a organização política, cultural e espacial do mundo contemporâneo. Cada um possui um significado próprio e está associado a diferentes dimensões da vida social.

Território é o espaço apropriado por algum tipo de poder, seja político, econômico, cultural ou simbólico. Mais do que um simples recorte geográfico, o território se define pelas relações sociais que nele se estabelecem. Pode assumir diferentes escalas: local, como um bairro ou uma escola; regional, envolvendo municípios ou estados; nacional, correspondendo ao país; e global, articulando-se por meio de blocos econômicos e relações internacionais.

Todo território envolve disputas e formas de organização, mesmo fora da institucionalidade estatal. É importante compreender que o poder territorial pode ser exercido também por agentes não estatais. Quando grupos armados impõem regras em favelas ou territórios periféricos, por exemplo, há um controle territorial, mesmo sem respaldo legal. Isso demonstra que o território não se define apenas pela presença do Estado, mas sim pelas diversas relações de poder que se manifestam sobre o espaço.

Estado é uma instituição política que exerce soberania sobre um território e sua população, por meio de estruturas como governo, Judiciário e forças de segurança. Essa soberania se expressa na capacidade de impor leis e tomar decisões sem interferência externa. Para existir, o Estado precisa de três elementos básicos: um território definido, uma população permanente e um governo capaz de exercer autoridade. A soberania do Estado se projeta espacialmente por meio das fronteiras, que delimitam onde termina a autoridade de um Estado e começa a de outro.

Fundamentos do Estado

1	**Soberania:** o Estado possui a autoridade suprema dentro de suas fronteiras, sendo capaz de tomar decisões independentes e exercer o poder sem a interferência de outras nações ou entidades.
2	**Território:** o Estado está vinculado a um espaço geográfico definido com fronteiras claras, sobre o qual exerce jurisdição. Esse território inclui terra, águas e o espaço aéreo correspondente.
3	**População:** para existir, o Estado deve ter uma população que viva dentro de seu território. Essa população é composta por cidadãos e outras pessoas que estão sujeitos às leis e à autoridade do Estado.
	Jurisdição: é a função do Poder Judiciário, ou seja, aplicar o direito e as leis utilizando a força e o poder do Estado.

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

As **fronteiras** podem ser naturais, baseadas em acidentes geográficos, como rios e montanhas, ou artificiais, estabelecidas por acordos políticos. Além disso, cumprem funções políticas, estratégicas e simbólicas: controlam fluxos migratórios, reforçam a segurança nacional e expressam identidade e pertencimento. A fronteira entre México e Estados Unidos, por exemplo, separa muito mais do que espaços físicos, pois demarca desigualdades econômicas, culturais e sociais.

Tipos de Fronteiras

Fronteiras naturais

Limites estabelecidos por elementos da natureza, como rios, montanhas, lagos e florestas.

Fronteiras artificiais

Criadas por meio de acordos e tratados entre países, e não seguem necessariamente características naturais do terreno.

Fronteiras políticas

Limites legalmente estabelecidos que definem a extensão do poder de um Estado. Podem ser naturais ou artificiais.

Fronteiras culturais

São divisões que separam regiões com diferentes identidades culturais, linguísticas ou étnicas.

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © GETTY IMAGES E ANTONIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL, 2024

Nação, por sua vez, é um grupo humano que compartilha elementos culturais como língua, religião, memória histórica e tradições. Trata-se de um sentimento de pertencimento, que pode existir independentemente da existência de um Estado. Há diversas nações sem território soberano, como os curdos, os palestinos e os tibetanos. No Brasil, a noção de "nação brasileira" foi construída ao longo do tempo, frequentemente às custas da "invisibilização" de outras nações presentes no território, como as indígenas e afrodescendentes.

Na prática

Atividade 1

Em grupos, discutam o texto a seguir.

> Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território.
>
> SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Agora, respondam aos questionamentos, sempre justificando com exemplos.

1 Um território pode existir sem Estado?

Sim. Um território pode ser ocupado por grupos sociais ou nações sem que haja um Estado soberano constituído. Exemplo: o território palestino, onde há disputa por soberania, e o Curdistão, região habitada por curdos distribuídos entre vários países, sem um Estado próprio.

2 Toda nação possui um Estado?

Não. Muitas nações compartilham cultura, identidade e história, mas não possuem um Estado soberano. Exemplo: os curdos, os povos indígenas latino-americanos (como os guaranis e mapuches) e os palestinos são nações sem um Estado próprio.

3 O que define um território?

Um território é definido não apenas por seus limites geográficos, mas pelo domínio político, social ou simbólico exercido sobre ele. Exemplo: um bairro pode ser considerado um território ao ser apropriado por seus moradores, que estabelecem regras e formas de uso do espaço. A favela também é um território, mesmo que nem sempre reconhecido oficialmente.

AULA

11

FORMAÇÃO DOS ESTADOS E DAS NAÇÕES NO MUNDO

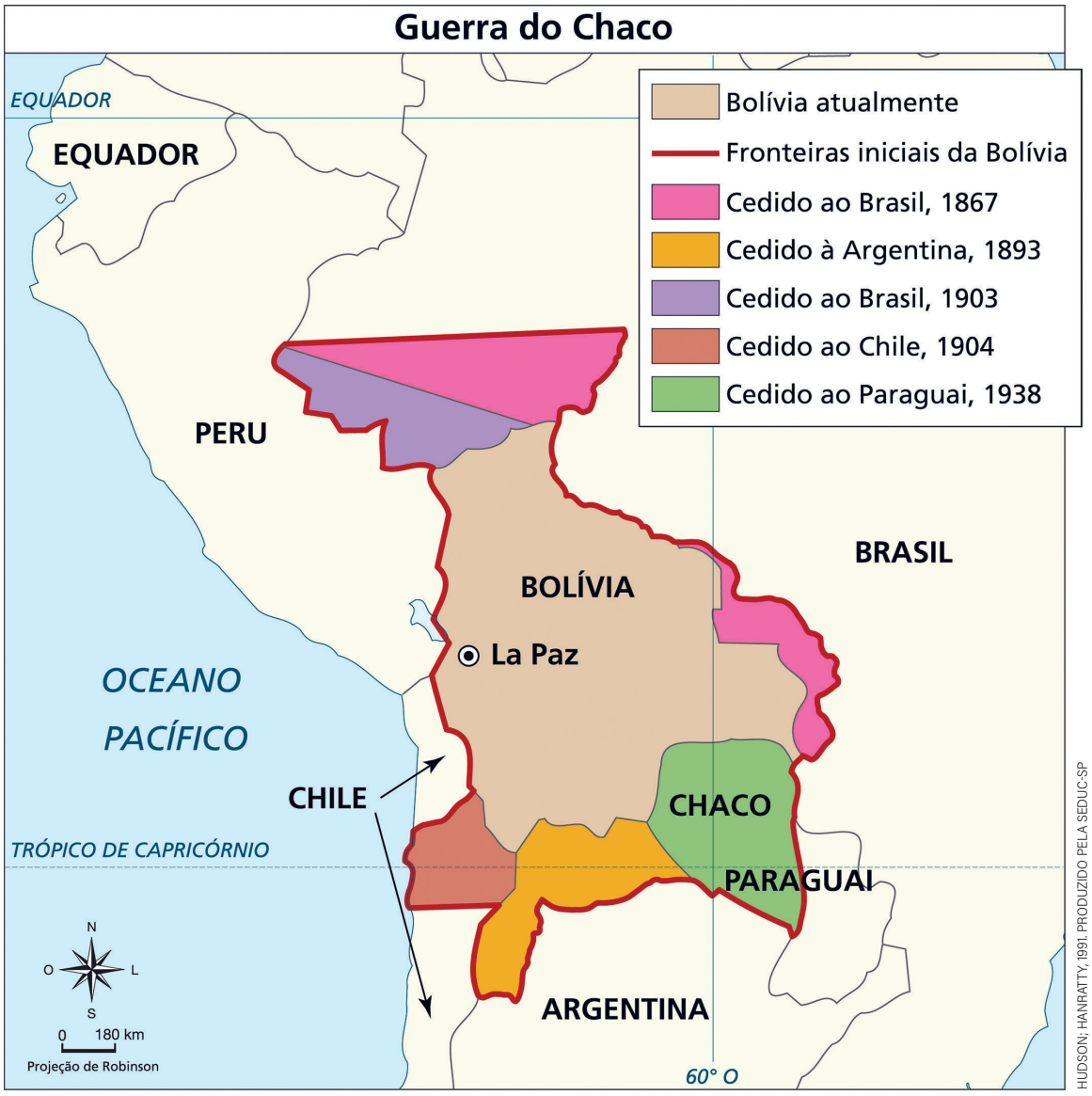
Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Estado, nação e território

A organização política atual é baseada no **Estado moderno**, que surgiu na Europa entre os séculos XV e XVII, substituindo o **sistema feudal**. Esse novo modelo concentrou o poder em governos nacionais, criando instituições como exércitos permanentes e sistemas de impostos unificados. Um marco fundamental foi a **Paz de Westfália** (1648), que estabeleceu os princípios de soberania estatal e inviolabilidade das fronteiras, bases do sistema internacional contemporâneo.

No século XIX, o **nacionalismo** tornou-se uma força poderosa, levando tanto à unificação de países (como Alemanha e Itália) quanto a conflitos por territórios considerados partes essenciais de uma nação. Atualmente, os Estados são definidos basicamente por três elementos: **território delimitado, população permanente e governo soberano**. Muitas fronteiras, porém, permanecem em disputa, frequentemente envolvendo recursos naturais estratégicos.

A Guerra do Chaco (1932-1935) entre Paraguai e Bolívia ilustra como disputas de fronteira colonial podem levar a conflitos armados. A região disputada, rica em potencial petrolífero (que não se confirmou) e com acesso ao estratégico rio Paraguai, foi em sua maior parte concedida ao Paraguai pelo tratado de paz de 1938. Já o Saara Ocidental representa o último caso de descolonização inconclusa na África, cujo território é controlado pelo Marrocos desde 1975, motivado pelas vastas reservas de fosfatos (usados em fertilizantes) e possíveis jazidas de petróleo. A ONU considera a região como "não autônoma", mas o processo de **autodeterminação** do povo saarauí permanece estagnado.



Outro caso emblemático é a Crimeia, anexada pela Rússia em 2014 devido ao seu valor estratégico – principalmente a base naval de Sebastopol – e supostos vínculos históricos. A comunidade internacional, porém, não reconhece essa anexação, mantendo-a como parte da Ucrânia. Esses conflitos demonstram como questões territoriais combinam fatores **históricos, identitários e econômicos,** com recursos naturais frequentemente servindo como catalisadores das disputas.

Embora o princípio da **soberania nacional** permaneça fundamental, essas controvérsias fronteiriças mostram os desafios da ordem internacional em conciliar direitos territoriais, autodeterminação dos povos e interesses geopolíticos. A persistência de tais disputas revela que a construção de Estados nacionais é um processo inacabado, em que mapas políticos e identidades coletivas continuam em transformação.

Na prática

Atividade 1

Reflita e responda individualmente.

Explique por que a Paz de Westfália (1648) é considerada um marco na construção do sistema internacional moderno. Na sua resposta, apresente o conceito de soberania e como ele passou a orientar as relações entre os Estados a partir desse momento histórico.

A Paz de Westfália (1648), que pôs fim à Guerra dos Trinta Anos, é considerada um marco na formação do sistema internacional moderno porque consagrou o princípio da soberania estatal. A partir dela, os Estados passaram a ser reconhecidos como as unidades políticas legítimas para governar seus próprios territórios, sem interferência externa. A soberania significa que cada Estado tem autoridade suprema dentro de suas fronteiras, podendo criar leis, controlar sua população e administrar seus recursos de forma autônoma. Esse princípio passou a organizar as relações internacionais com base no respeito às fronteiras e na não intervenção, moldando a estrutura política do mundo até hoje.

Atividade 2

Com a orientação de seu professor, responda às questões.

a) O que é soberania em um Estado-nação? Diferencie suas dimensões internas e externas e indique limites contemporâneos a esse princípio.

A soberania de um Estado-nação é o princípio que garante a autoridade suprema e independente de um país sobre seu território, população e governo, sem submissão a poderes externos. Isso inclui a capacidade de criar leis, manter a ordem e estabelecer políticas sem interferência estrangeira. É um conceito fundamental do direito internacional e da política global.

b) Defina o conceito de nacionalismo e cite um efeito positivo e um risco associado a ele, com exemplos.

O nacionalismo é uma ideologia que valoriza a identidade, cultura e interesses de uma nação, muitas vezes promovendo união e orgulho coletivo. Um efeito positivo é o fortalecimento da coesão social e da independência política. Um ponto de atenção é o risco de extremismos, como xenofobia ou conflitos com outros povos.

c) Guerra do Chaco (1932–1935): quais foram os principais fatores que motivaram a disputa entre Bolívia e Paraguai? Qual foi o desfecho territorial e político?

A disputa pelo Chaco (1932–1935) entre Paraguai e Bolívia foi motivada pela suposta presença de petróleo, pela indefinição de fronteiras herdada do período colonial e pelo desejado acesso ao rio Paraguai. O conflito, um dos mais sangrentos da América do Sul, terminou com o tratado de paz de 1938, que concedeu a maior parte do território ao Paraguai, enquanto a Bolívia recebeu uma pequena área e acesso ao rio Paraguai.

d) Cite ao menos duas disputas territoriais recentes ou atuais nas quais os recursos naturais estratégicos têm papel central. Identifique o recurso e por que ele é estratégico.

Crimeia (Rússia x Ucrânia): disputa pela anexação russa em 2014, motivada pelo acesso a reservas de gás natural no Mar Negro e pela base naval estratégica de Sebastopol, vital para o poder marítimo russo.

Saara Ocidental: conflito entre o Marrocos e a Frente Polisário por fosfatos, essenciais para fertilizantes agrícolas, e potencial *offshore* de hidrocarbonetos.

AULA

12

POVOS SEM ESTADO

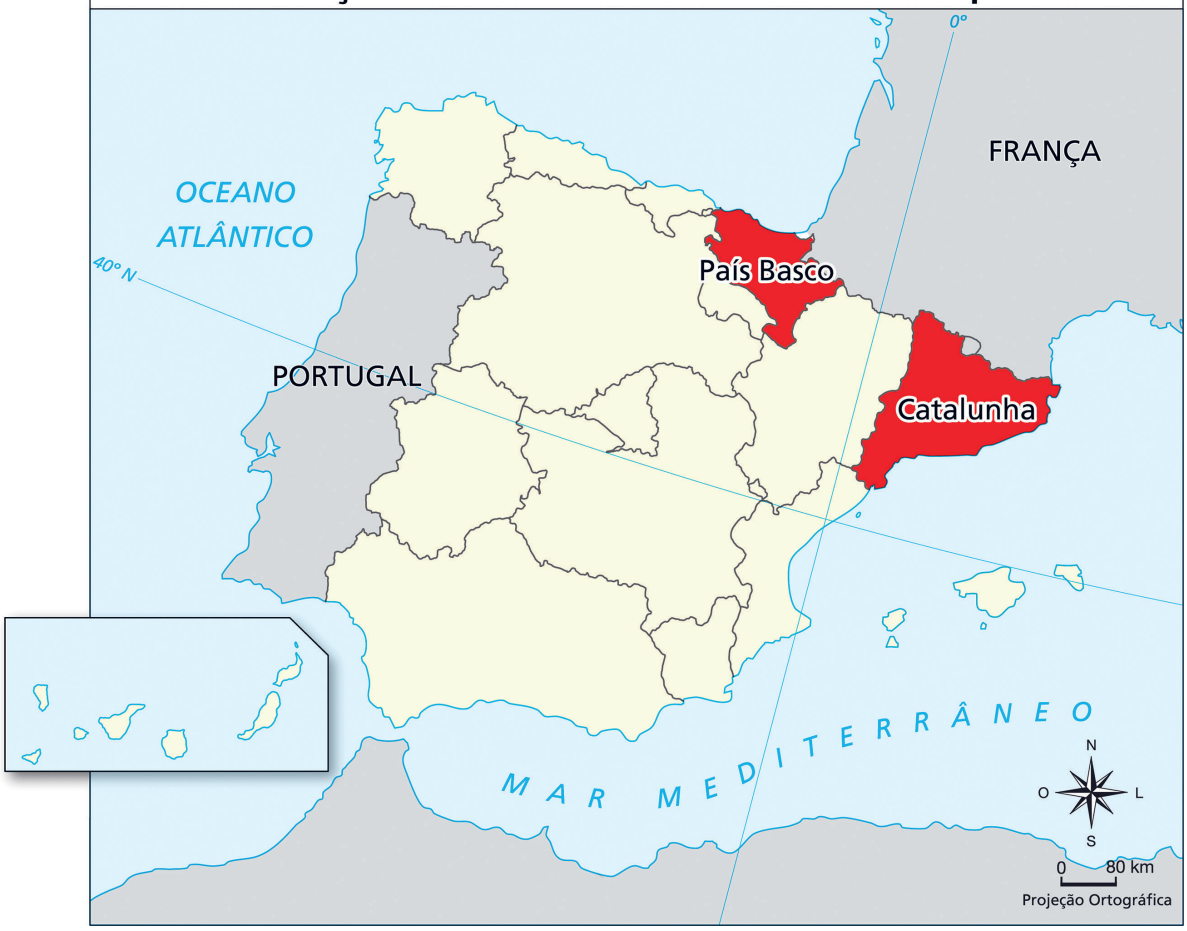
Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Estado, nação e território

Povos sem Estado são comunidades com identidade coletiva (língua, cultura, história) que reivindicam autonomia ou reconhecimento, mas não possuem um Estado soberano. Sua situação resulta de fronteiras históricas que não respeitaram distribuições identitárias. Sob a perspectiva dos direitos humanos, é essencial garantir não discriminação, proteção de minorias, liberdade cultural e participação política, priorizando a autodeterminação "interna" (autogoverno dentro de um Estado) e reservando a independência para casos extremos.

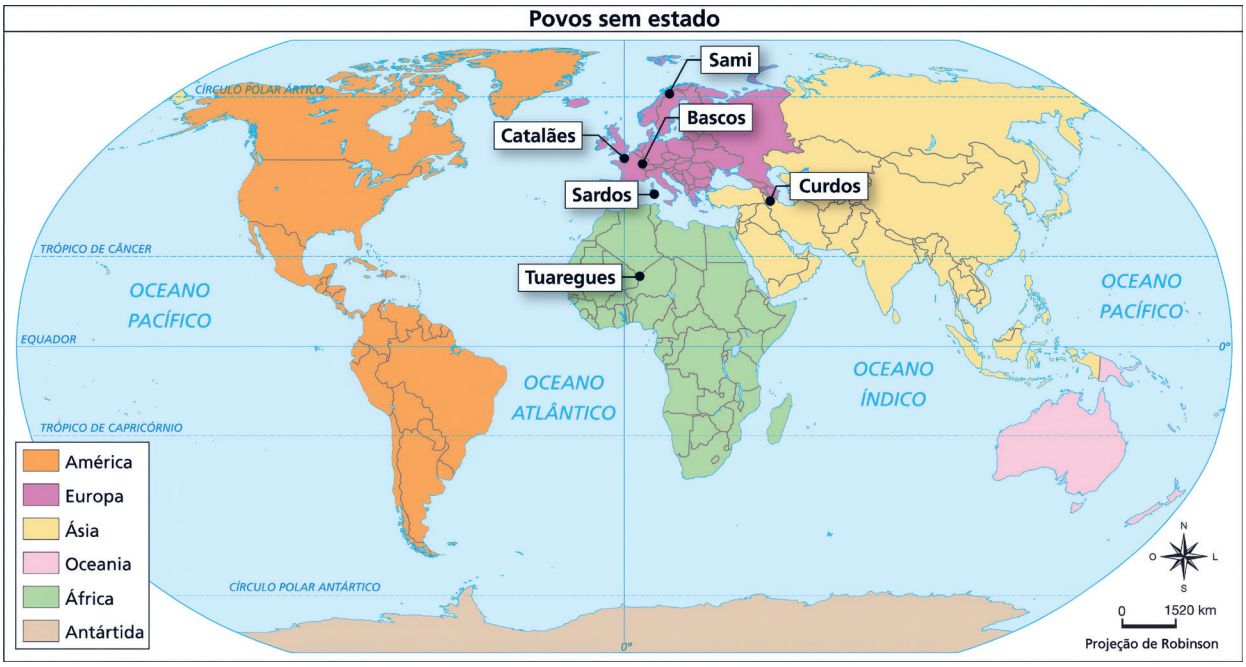
- **Curdos**: distribuídos entre Turquia, Iraque, Irã e Síria, enfrentam realidades distintas. No Iraque, o Curdistão possui autogoverno constitucional, enquanto na Síria há uma administração autônoma multiétnica (Rojava). Na Turquia e no Irã, sofrem restrições culturais e repressão. Soluções incluem educação em língua curda, representação política e justiça transicional.
- **Tuaregues**: povo berbere do Sahel (Mali, Níger) que enfrenta marginalização, conflitos armados e impactos climáticos. Acordos de paz prometem descentralização, mas sua implementação é irregular. Direitos humanos exigem participação institucional, adaptação cultural (como escolas nômades) e desenvolvimento inclusivo.
- **Catalães e bascos** (Espanha): têm autonomia avançada, com cooficialidade linguística e regimes fiscais diferenciados. O País Basco superou a violência do movimento pela independência ETA, enquanto a Catalunha vive tensões entre independência e limites constitucionais. Soluções passam por diálogo institucional e garantias linguísticas.

Localização da Catalunha e do País Basco na Espanha



PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

- **Os sardos**, povo originário da Sardenha (Itália), possuem uma identidade cultural distinta, com língua própria (o sardo) e tradições ancestrais. Apesar de terem autonomia regional desde 1948, muitos defendem maior autogoverno ou até independência, argumentando que a ilha tem características históricas e culturais únicas. Seu movimento autonomista, porém, é menos intenso que o de outros povos sem Estado, como catalães ou bascos, concentrando-se mais na preservação linguística e cultural.
- **Os sami**, povo indígena nativo do norte da Escandinávia e da península de Kola (Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia), mantêm uma cultura tradicional baseada no pastoreio de renas, artesanato e línguas próprias do tronco urálico. Reconhecidos como minorias nacionais nos países onde vivem, enfrentam desafios como a perda de terras para exploração mineral e as mudanças climáticas, que ameaçam seu modo de vida ancestral. Apesar disso, conquistaram direitos políticos limitados, como parlamentos próprios em alguns países, fortalecendo sua autonomia cultural e territorial.



Esses exemplos convergem no debate sobre **Estados plurinacionais**. Um Estado plurinacional reconhece, no próprio texto constitucional, a existência de múltiplas "nações" ou povos no interior de uma mesma ordem estatal, e traduz esse reconhecimento em instituições e direitos diferenciados: línguas oficiais múltiplas, circunscrições próprias, justiça comunitária onde aplicável, representação garantida e formas de autogoverno territorial (federalismo, autonomias assimétricas) e não territorial (direitos culturais exercidos em todo o país). Experiências como a da Bolívia (Constituição de 2009) e a do Equador (2008) tornaram explícita a plurinacionalidade, com avanços na valorização linguística e na interculturalidade, ainda que enfrentem tensões de implementação. Em outras democracias, o princípio aparece de modo implícito ou setorial: o Canadá combina federalismo com reconhecimento de Quebec e de Nações Originárias; o Reino Unido opera devoluções assimétricas; a Espanha debate a ideia de "nação de nações", apesar de não se autodefinir formalmente como plurinacional. Para povos como os curdos no Iraque, a autonomia do Curdistão exemplifica um arranjo plurinacional parcial; para catalães e bascos, aprofundar a cooficialidade, a participação intergovernamental e a gestão fiscal pode materializar dimensões de plurinacionalidade sem ruptura do Estado.

Do ponto de vista normativo, a abordagem plurinacional compatibiliza dois princípios: a igualdade (proibição de discriminação e acesso equitativo a direitos) e o reconhecimento (direito de ser diferente, inclusive na linguagem, na educação e nas práticas culturais). Para que essa compatibilização funcione, são fundamentais salvaguardas de "minorias dentro de minorias" (por exemplo, falantes de outras línguas em territórios autônomos, comunidades religiosas distintas, migrantes), mecanismos de partilha de

poder no centro (câmaras territoriais, comissões paritárias, veto qualificado em matérias sensíveis) e *accountability* mútuo. Instrumentos internacionais oferecem parâmetros e boas práticas: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (artigo 27) protege minorias; o sistema europeu inclui a Convenção-Quadro para a Proteção das Minorias Nacionais e a Carta Europeia das Línguas Regionais ou Minoritárias; diretrizes da OSCE/Alto Comissário para Minorias Nacionais orientam políticas linguísticas e educativas; convenções da UNESCO tratam de patrimônio cultural material e imaterial.

Na prática

Atividade 1

Leia o excerto a seguir e responda ao que se pede.

> Povos sem Estado são comunidades que compartilham elementos identitários (língua, história, cultura) e reivindicam graus variados de autonomia política ou reconhecimento, sem possuir um Estado soberano próprio. Exemplos incluem os curdos (distribuídos entre Turquia, Iraque, Irã e Síria), os tuaregues (Sahel central, em países como Mali e Níger), armênios de Nagorno-Karabakh (sul do Cáucaso), além de catalães e bascos (Península Ibérica). Tais grupos podem vivenciar restrições culturais, disputas por autonomia e desafios de participação política. À luz dos direitos humanos, a proteção de minorias, a não discriminação, a liberdade cultural e linguística, e a participação cívica são princípios centrais para prevenir violência e promover soluções pacíficas e inclusivas.

a) Explique o que são "povos sem Estado", destacando os elementos que os caracterizam e a diferença em relação a minorias nacionais em Estados consolidados.

Povos sem Estado são comunidades que compartilham elementos identitários, como língua, história e cultura, e que reivindicam diferentes graus de autonomia política ou reconhecimento, sem possuírem um Estado soberano próprio. Diferenciam-se de minorias nacionais em Estados consolidados porque, além de preservarem uma identidade própria, articulam projetos políticos de autogoverno que podem ir da proteção cultural ampliada à autonomia regional ou mesmo à independência. Exemplos incluem os curdos, distribuídos entre Turquia, Iraque, Irã e Síria, que demandam reconhe-

cimento de direitos linguísticos e formas de autogoverno; e os catalães, na Península Ibérica, que combinam políticas de preservação da língua catalã com a busca por maior autonomia dentro da Espanha. Em ambos os casos, a ausência de um Estado próprio resulta em disputas sobre competências políticas, recursos e proteção de direitos culturais.

Definição de "povos sem Estado": identidade compartilhada + reivindicação de autonomia/reconhecimento + ausência de Estado soberano próprio.

b) Analise dois desafios enfrentados por povos sem Estado (por exemplo, restrições culturais, disputas por autonomia, dificuldades de participação política). Mostre como os princípios de direitos humanos mencionados no texto (proteção de minorias, não discriminação, liberdade cultural e linguística, participação cívica) podem orientar respostas pacíficas e inclusivas a esses desafios

Entre os desafios enfrentados por povos sem Estado, destacam-se as restrições culturais e linguísticas e as dificuldades de participação política. No primeiro caso, políticas estatais que marginalizam o uso público de línguas minoritárias, a educação na língua de herança ou referências simbólicas (nomes de lugares, festividades) limitam a liberdade cultural e a continuidade da identidade coletiva. À luz dos direitos humanos, a proteção de minorias e a liberdade cultural e linguística justificam medidas como cooficialização de línguas, educação bilíngue, apoio a meios de comunicação e à produção cultural, além da proteção de patrimônios imateriais. No segundo caso, barreiras de acesso a cargos, sub-representação e a frágil escuta institucional minam a participação cívica. Os princípios de não discriminação e participação cívica orientam reformas eleitorais que ampliem a representação, conselhos consultivos permanentes, mecanismos de consulta prévia e processos de descentralização que aproximem as decisões das comunidades. Ao conectar esses princípios a políticas concretas, é possível reduzir tensões, prevenir violência e promover soluções pacíficas e inclusivas.

AULA

13

CONFLITOS TERRITORIAIS E GEOPOLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Estado, nação e território

A **geopolítica** tem como foco o estudo de como os Estados e outros atores disputam poder e influência sobre o espaço geográfico, analisando fatores como localização estratégica, recursos naturais, rotas comerciais, capacidades militares e alianças políticas. Esses elementos explicam por que certas regiões são alvo de disputas e como os conflitos moldam as relações internacionais. Historicamente, teóricos como Friedrich Ratzel (com seu conceito de Lebensraum ou "espaço vital"), Halford Mackinder (e sua teoria do Heartland) e Nicholas Spykman (que defendia o controle do Rimland) influenciaram estratégias de expansão territorial, muitas vezes justificando guerras, anexações e ocupações.

Os conflitos territoriais podem envolver **Estados soberanos**, movimentos separatistas ou povos sem reconhecimento estatal, sendo frequentemente motivados por rivalidades históricas, disputas por recursos naturais, localizações estratégicas ou diferenças étnicas e religiosas. Mesmo sem uma guerra formalmente declarada, essas tensões resultam em consequências graves, como violações de direitos humanos, repressão política e deslocamentos populacionais em massa.

No cenário internacional, os Estados podem desempenhar papéis distintos, atuando como mediadores ou, ao contrário, intensificando as disputas. Muitas vezes, governos invocam a "**segurança nacional**" para legitimar intervenções militares, ocupações ou sanções econômicas. Organizações multilaterais, como a ONU, buscam mitigar esses conflitos por meio de mediação diplomática, envio de missões de paz e imposição de sanções. A eficácia dessas ações, no entanto, é limitada pelo poder de veto dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (Estados Unidos, China, Rússia, França e Reino Unido), que frequentemente priorizam seus interesses nacionais em detrimento da resolução pacífica de disputas.

No século XXI, novas formas de **conflito geopolítico** ganharam destaque, como a guerra comercial entre Estados Unidos e China, iniciada em 2018, que envolveu tarifas alfandegárias e restrições comerciais mútuas. Essa disputa expôs as fragilidades da Organização Mundial do Comércio (OMC), especialmente após os Estados Unidos bloquearem a nomeação de juízes em seu órgão de apelação, paralisando seu mecanismo de resolução de controvérsias. Paralelamente, os dois países travam uma batalha pela supremacia tecnológica, ilustrada pela disputa em torno do 5G e da empresa chinesa Huawei. Os Estados Unidos alegam riscos à segurança cibernética e pressionam seus aliados a excluir a Huawei de suas infraestruturas, enquanto a China acusa os estadunidenses de promover um bloqueio comercial disfarçado de preocupação com segurança. A falta de regras globais claras sobre cibersegurança e privacidade digital intensifica essas tensões, criando um cenário de incerteza no qual rivalidades geopolíticas e avanços tecnológicos se entrelaçam cada vez mais.

Na prática

Atividade 1

Refletindo sobre o cenário geopolítico do Lago Chade.

Com mediação do professor, leia os tópicos a seguir, respondendo às questões na sequência.

Disputas territoriais e pressão sobre recursos hídricos

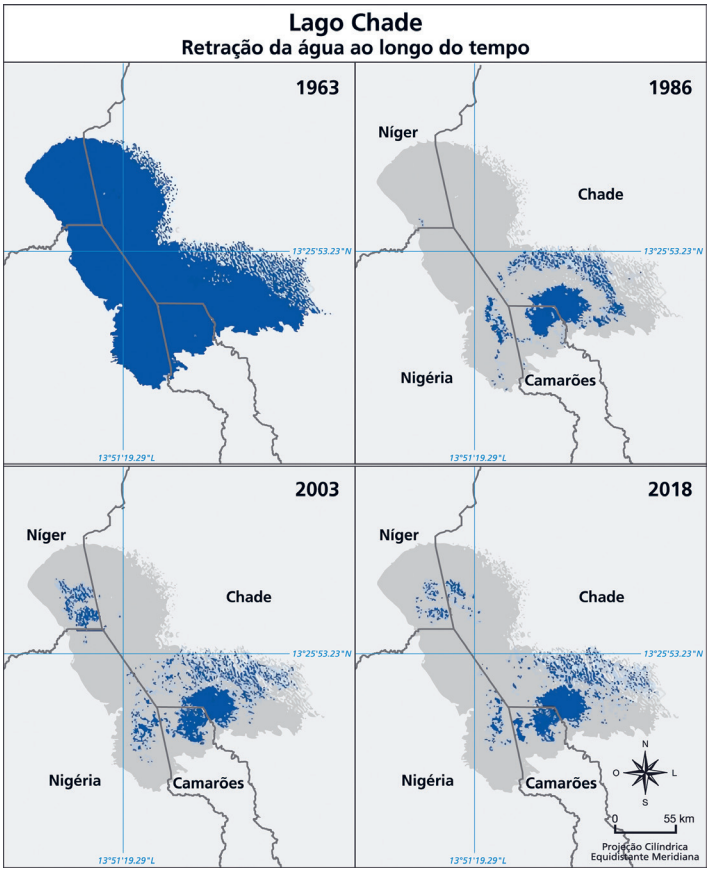
O Lago Chade, que já perdeu aproximadamente 90% de sua superfície desde a década de 1960 (ONU, 2022), tornou-se epicentro de complexas disputas territoriais entre Nigéria, Níger, Chade e Camarões. A intensificação desses conflitos decorre diretamente da redução drástica dos recursos hídricos, com a área atual estimada em menos de 1 500 km² contra os originais 25 000 km² (NASA, 2021). Essa escassez tem exacerbado tensões históricas entre comunidades agropastoris, como evidenciado pelo aumento de 300% nos confrontos entre pastores Fulani e agricultores Kanuri entre 2010-2020 (ACLED, 2023). A ausência de um marco jurídico claro sobre o uso transfronteiriço das águas do rio Chari, responsável por 90% do abastecimento do lago, agrava a situação, demonstrando a falência dos mecanismos de governança regional.

Insegurança e exploração por grupos armados

A crise ambiental criou condições ideais para a proliferação de grupos insurgentes, particularmente o Boko Haram, que aproveita a vulnerabilidade socioeconômica para recrutamento. Dados do Instituto de Economia e Paz (2023) revelam que 60% dos recrutas do grupo provêm de comunidades lacustres afetadas pela seca. A organização estabeleceu controle sobre 32% das ilhas remanescentes (UNSC, 2022), utilizando-as como bases logísticas para tráfico de armas e pessoas. Esse panorama é agravado pelo deslocamento forçado de 2,9 milhões de pessoas (ACNUR, 2023), criando um vácuo de autoridade estatal que facilita a atuação desses grupos. Paradoxalmente, as operações militares conjuntas dos países da região, como a Força-Tarefa Multinacional, têm sido criticadas por causar danos colaterais à população civil, conforme documentado pela Anistia Internacional (2023).

Geopolítica e interesses estratégicos

A importância geopolítica do Lago Chade transcende sua crise ambiental. Estudos geológicos sugerem a existência de reservas petrolíferas de até 2,3 bilhões de barris na bacia (USGS, 2020), atraindo interesses de potências extrarregionais. A China, por exemplo, investiu US$ 1,2 bilhão em infraestrutura na região entre 2015-2022 (SAIS-CARI, 2023), enquanto a França mantém 5 000 soldados na operação Barkhane. A indefinição das fronteiras lacustres – apenas 40% são delimitadas (LCBC, 2021) – impede a implementação efetiva da Comissão da Bacia do Lago Chade, criada em 1964. Essa conjuntura transforma a região em um microcosmo das tensões globais contemporâneas, onde mudanças climáticas, segurança energética e rivalidades geopolíticas se entrelaçam de forma particularmente aguda.



a) Como a redução drástica do volume do Lago Chade intensificou as disputas territoriais entre os Estados ribeirinhos e quais os impactos diretos nas comunidades agropastoris?

A redução drástica do Lago Chade, causada por mudanças climáticas e o uso insustentável da água, intensificou disputas territoriais entre Nigéria, Chade, Níger e Camarões devido à escassez de recursos hídricos e terras férteis. Essa competição agravou conflitos entre comunidades agropastoris, que dependem do lago para agricultura e pecuária. Os impactos diretos incluem queda na produção agrícola, insegurança alimentar, migração forçada e aumento da pobreza, criando um cenário propício para tensões sociais e violência.

b) Analise o paradoxo abordado no texto: enquanto grupos armados como o Boko Haram se fortalecem pela vulnerabilidade socioeconômica, as operações militares estatais são criticadas por danos colaterais. Qual o papel efetivo dos Estados nacionais e da Comissão da Bacia do Lago Chade na resolução dessa crise? Proponha alternativas que equilibrem segurança e direitos humanos.

O paradoxo reside na vulnerabilidade socioeconômica, que facilita o recrutamento pelo Boko Haram, enquanto operações militares estatais, embora necessárias, causam danos colaterais e violações de direitos humanos. Os Estados nacionais e a Comissão da Bacia do Lago Chade (LCBC) atuam com ações militares e cooperação regional, mas falham em resolver as causas estruturais. Alternativas eficazes devem incluir investimentos em desenvolvimento sustentável (agricultura resiliente), fortalecimento da governança local, inclusão política e mecanismos de proteção aos civis, equilibrando segurança e direitos humanos para evitar radicalização.

AULA

14

IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E TERRITÓRIO

Resumo

Extra: Caderno de Exercícios – Estado, nação e território

A **identidade** de um grupo social é construída pela relação dialética com o espaço. Locais vividos coletivamente, como praças, escolas, vilas e quilombos, transcendem sua materialidade para se tornarem lugares de memória, portadores de afetos, tradições e sentidos de pertencimento que desafiam **fronteiras físicas**. Esses espaços não são meros cenários, mas atores na formação de identidades, em que histórias individuais e coletivas se entrelaçam.

A **territorialidade** manifesta-se nas práticas cotidianas que imprimem marcas simbólicas no espaço: festas populares reativam laços comunitários, rituais religiosos consagram trajetórias, línguas e vestimentas codificam resistências. Tais expressões não apenas refletem a cultura, mas também reivindicam o direito de existir e ressignificar o território. Esse processo cria uma **geografia invisível**, um mapa afetivo e político, frequentemente tensionado por conflitos, deslocamentos ou tentativas de apagamento histórico.

Símbolos nacionais (bandeiras, hinos, monumentos) operam como artefatos de **poder**. Seu uso oscila entre a construção de coesão e a exclusão dissimulada: podem unir sob narrativas de "patriotismo", mas também podem silenciar vozes marginalizadas. A apropriação desses símbolos revela que a identidade nacional é um campo de disputa onde projetos políticos antagônicos se confrontam.

A desterritorialização por guerras, expulsões ou migrações forçadas fragiliza vínculos culturais, ameaçando línguas, saberes e modos de vida. Contudo, mesmo na ausência de um território físico, a resistência persiste sob outras formas: narrativas orais, gestos cerimoniais, objetos ritualísticos e performances artísticas convertem-se em trincheiras simbólicas. Como escreveu o geógrafo Milton Santos, "**o espaço é um sistema de valores em movimento**", e a cultura é seu lastro.

Na era da **globalização**, a tensão entre homogeneização e diferenciação torna-se evidente. Enquanto fluxos globais padronizam hábitos, comunidades reagem reafirmando singularidades. Até **corporações multinacionais**, em estratégias de **glocalização**, adaptam produtos a contextos locais – prova de que a identidade é um ativo político e econômico.

Geopoliticamente, identidades são instrumentalizadas como armas discursivas. Conflitos territoriais frequentemente se revestem de retóricas que mobilizam memórias seletivas e símbolos emocionais para legitimar a dominação. Do **nacionalismo** exacerbado aos movimentos indígenas e diaspóricos, a afirmação identitária é tanto escudo contra a assimilação como lança na luta por reconhecimento.

Diante de **violências** espaciais, a arte emerge como ato de insurgência: grafites denunciam invisibilidades, cantos preservam línguas ameaçadas, danças reencenam histórias silenciadas. Mesmo sem um chão reconhecido, a identidade sobrevive, porque, como ensina a poeta Conceição Evaristo, "**eles combinaram de nos apagar, mas esqueceram de avisar nossa alma**".

©GETTY IMAGES

Crítica visual ao controle militar e à perda de direitos vivida pela população palestina. A cena inverte a dinâmica comum de poder. O grafite é atribuído ao artista britânico Banksy.

Glocalização: é um termo que combina "globalização" e "localização", refletindo a interação entre as tendências globais e as realidades locais.

Na prática

Atividade 1

Banksy é um artista conhecido por **criar imagens impactantes com poucas palavras**, usando **metáforas visuais, contrastes e silhuetas** para criticar injustiças, guerras e desigualdades. Sua arte convida à reflexão, e não à resposta direta.

Inspirando-se no artista, crie uma tirinha ou desenho único que represente o sentimento de alguém que **perdeu seu território ou vive em um lugar que não reconhece sua cultura**.

Como a arte pode ajudar povos que não possuem território soberano a resistirem e se fazerem ouvir?

WIKIMEDIA COMMONS

Grafite no muro que separa Israel de cidades palestinas, na Cisjordânia. A imagem de uma menina sendo levada por balões simboliza o desejo de liberdade diante da opressão territorial.

Os estudantes devem perceber que a arte é uma forma de expressão política e cultural, capaz de dar visibilidade a situações de injustiça e exclusão. É esperado que mencionem ideias como: a arte pode denunciar violências simbólicas e materiais e/ou pode preservar a memória e as tradições de grupos marginalizados; ajuda a sensibilizar outras pessoas sobre as causas desses povos; possibilita que identidades sejam afirmadas mesmo na ausência de um território físico; atua como resistência simbólica diante da repressão ou do apagamento cultural.

LÍNGUA INGLESA

AULA

1

FITNESS AND HEALTH (PART 1)

Summary

Ler em inglês não exige saber todas as palavras. Use o contexto (as palavras e ideias ao redor) para descobrir significados.Por exemplo: Se o texto elogia alguém e aparece uma palavra nova, ela provavelmente é positiva.

Em provas de vestibulares e Enem, aplique o que aprendeu. Use o contexto para entender palavras novas e ...

Use palavras que já conhece para entender o texto.

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP COM © FLATICON.COM

Time to practice

Activity 1

The following text will be used in **Activities 1 and 2.**

Physical health

Physical health means having your body functions working well, not just being free from **disease**. It involves regular exercise, eating a balanced diet, and getting enough rest. People also **seek** medical treatment when needed. To stay healthy, it's important to live a lifestyle that reduces the risk of illness. Keeping fit **improves** your heart, **lungs**, muscles, and flexibility. Other ways to protect your health include **avoiding** tobacco, alcohol, and drugs; using contraception; practicing good hygiene; and getting recommended vaccines when traveling.

FELMAN, A. What is good health? **Medical News Today,** 19 abr. 2023. Disponível em: https://www.medicalnewstoday.com/articles/150999#types. Acesso em: 18 ago. 2025.

In pairs, read the text and try to guess the meaning of the highlighted words

a) Disease.

b) Seek.

c) Improves.

d) Lungs.

e) Avoiding.

Disease: doença.

Seek: procurar.

Improves: melhora.

Lungs: pulmões.

Avoiding: evitar.

Activity 2

Go back to the text and answer the following question.

De acordo com o texto **Physical health**, a saúde física é essencial para uma vida plena e ativa. Quais são os fatores mencionados no texto que contribuem para a manutenção de uma boa saúde física?

a) A saúde física depende apenas da ausência de doenças, como a depressão e a ansiedade.

b) A saúde física é garantida quando não há problemas físicos que afetem o bem-estar emocional.

c) A capacidade de viver um estilo de vida que evite o risco de doenças, como fazer exercícios regularmente, manter uma dieta balanceada e descansar.

d) A saúde física é apenas relacionada à estabilidade emocional, sem influências externas.

A pergunta é sobre uma boa saúde física e as ações citadas estão nas frases: "It involves regular exercise, eating a balanced diet, and getting enough rest. People also seek medical treatment when needed. To stay healthy, it's important to live a lifestyle that reduces the risk of illness." Além disso, há erros claros nas outras alternativas, então, esta é a única que pode ser correta.

AULA

3

FITNESS AND HEALTH (PART 2)

Summary

Criar hipóteses é uma estratégia importante para entender um texto.

Quando encontramos palavras desconhecidas, usamos as palavras próximas para deduzir os significados e, assim, fazer suposições sobre o assunto/tema principal do texto.

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Time to practice

Activity 1

Match the words below to their definitions.

Carbs - Balanced diet – Protein - Calories

a) Calories: the energy that food gives to your body. When you eat food, your body uses it to do things like move, think, and stay alive.

b) Balanced diet: means eating different kinds of foods in the right amounts. It includes fruits, vegetables, proteins, carbohydrates, and fats to keep your body healthy and strong.

c) Protein: a type of nutrient that helps your body grow and repair itself. Foods like meat, fish, beans, and nuts are high in it.

d) Carbs: a type of nutrient that gives your body energy. Foods like bread, pasta, and potatoes are rich in it. They are a source of energy for your body.

Activity 2

Now, go back to the text from Activity 1 and do the following:

1. Circle in the text the elements that led you to answer "calories" in item A.
2. Circle in the text the elements that led you to answer "balanced diet" in item B. Try to translate the word "amounts" using the context.
3. Circle in the text the elements that led you to answer "protein" in item C.
4. Circle in the text the elements that led you to answer "carbs" in item D. Try to translate the word "sources" using the context.

Activity 3

Read the text and choose True (**T**) or False (**F**).

Should you take daily vitamins?

"Dietary supplements" include vitamins like A, B, C, D, E, and K; minerals like calcium; and multivitamins. Some products are made for specific groups, like seniors or women. Although supplements are popular, they may not always help with health. For most healthy adults, a balanced diet with fruits and vegetables is enough for vitamins and minerals. However, some people may need supplements, like those with vitamin deficiencies, digestive problems, or conditions like osteoporosis. Before taking a supplement, talk to a doctor to see if it's necessary.

MARSHALL, M. Nutrition. **Harvard Health Publishing**, 31 jan. 2023. Disponível em: https://www.health.harvard.edu/topics/nutrition. Acesso em: 18 ago. 2025.

(F) Os suplementos alimentares são sempre necessários para uma alimentação saudável.

(T) A maioria dos adultos saudáveis pode obter todas as vitaminas e todos os minerais necessários por meio de uma dieta equilibrada.

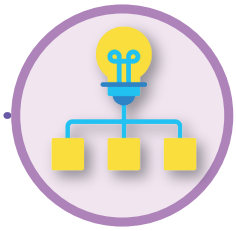
AULA

5

FITNESS AND HEALTH (PART 2)

Summary

É possível descobrir o significado de palavras e expressões desconhecidas em inglês observando o contexto em que aparecem e relacionando-as aos conhecimentos que já temos acerca do assunto principal do texto.



PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Time to practice

Activity 1

The following text will be used for **Activities 1, 2, and 3.**

Read the text and identify the information and vocabulary that match your initial hypothesis about it. Then, write down the meaning of the correct keywords.

Mental disorder

A **mental disorder** is a condition that affects how a person thinks, feels, or behaves. It can cause distress and problems in daily life. Mental disorders are also called mental health conditions, a term that includes psychosocial **disabilities** and other mental states linked to distress or self-harm. In 2019, about 1 in 8 people worldwide, or 970 million, had a mental disorder, with **anxiety** and **depression** being the most common. The COVID-19 pandemic in 2020 caused these numbers to rise sharply. Sadly, many people lack proper **treatment** and face stigma and discrimination.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Mental disorders**, 8 jun. 2022. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-disorders. Acesso em: 4 ago. 2025.

Mental disorder: transtorno mental.

Anxiety: ansiedade.

Depression - depressão.

Treatment: tratamento.

Disabilities: deficiência.

Activity 2

Read the sentences below and locate them in the text. Using the context, decide whether each sentence highlights a positive or negative trait of the subject.

a) "It can cause distress".

NEGATIVA: a primeira oração no texto define que um distúrbio mental é algo que "afeta como uma pessoa pensa, se sente ou se comporta". Quando a oração seguinte fala o que isso pode causar, certamente há de ser algo negativo. DISTRESS – sofrimento. Perceba que você não precisava saber a tradução exata para inferir isso.

b) "[...] caused these numbers to rise sharply".

NEGATIVA: Os números abordados no texto são de casos de ansiedade e depressão. Pelo contexto da pandemia de covid e pelos efeitos na população mundial, podemos inferir que "to rise sharply" indica que esses números subiram (rise) de forma intensa (sharply).

Activity 3

Go back to the text and answer the following questions.

a) Quais são os dois tipos mais comuns de distúrbios psiquiátricos mencionados no texto?

Ansiedade e depressão.

b) O que aconteceu com o número de casos de distúrbios psiquiátricos durante a pandemia de covid-19?

O número aumentou muito.

c) Quantas pessoas no mundo tinham um distúrbio psiquiátrico em 2019?

Cerca de 970 milhões de pessoas, ou uma em cada oito no mundo.

d) Quais problemas as pessoas com distúrbios psiquiátricos podem enfrentar além da falta de tratamento?

Elas podem sofrer estigma e discriminação.

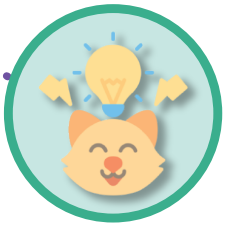
AULA

7

FITNESS AND HEALTH (PART 4)

Summary

A leitura de um texto em inglês é uma chance de aprender novas palavras. Após ler, volte ao texto, identifique termos desconhecidos e descubra seus significados. Isso amplia seu vocabulário e facilita reconhecê-los em outras leituras.



PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Time to practice

Activity 1

In this class, we'll read an article from **Fit Tech** magazine about digital fitness influencers. Read the expressions below and write them into the correct column, considering the positive and negative effects that influencers can have on their followers.

Overexercising / Eat healthier / Unrealistic body images /
Exercise more / Body dissatisfaction / Anxiety

Positive effects	Negative effects
eat healthier	overexercising
exercise more	unrealistic body images
	body dissatisfaction
	anxiety

Activity 2

Read the text and answer the following questions.

Fitness influencers

New research shows that following fitness influencers on social media can encourage young people to exercise more and eat healthier, including more fruits and vegetables in their diet. However, it can also harm their mental health. A study of 1,022 people aged 18 to 25 found that followers of fitness influencers exercised more and ate better, but they also experienced more stress, anxiety, and depression compared to non-followers. The study suggests that influencers may promote unrealistic body images and strict diets, which can lead to body dissatisfaction and unhealthy habits like over-exercising.

HUDSON, K. Fitness influencers have a negative impact on mental health. **Fit Tech News**, 28 maio 2024. Disponível em: https://www.fittechglobal.com/fit-tech-news/Social-media-health-influencers-found-to-have-a-negative-impact-on-mental-health/353301. Acesso em: 4 ago. 2025.

1 De acordo com o texto, qual é uma das consequências de seguir fitness influencers?

a) Aumento do consumo de fast-food.

b) Possibilidade de maior motivação para atividades físicas e alimentação saudável.

c) Redução de problemas emocionais, como estresse e ansiedade.

d) Diminuição do interesse por exercícios e dieta equilibrada.

2 De acordo com o texto, seguir fitness influencers pode trazer efeitos negativos porque eles:

a) promovem a prática de exercícios físicos perigosos.

b) sempre publicam informações baseadas na ciência.

c) podem criar expectativas irreais sobre corpos e hábitos alimentares.

d) podem levar seus seguidores a dietas saudáveis.

Activity 3

Go back to the text and identify four unknown words. Write down their meanings in Portuguese and try to memorize them for future use.

Resposta pessoal.

AULA

9

FITNESS AND HEALTH (PART 5)

Summary

Para falar sobre práticas saudáveis e nutrição, podemos usar palavras como:

Healthy practices: stretch your body, lift weights, sleep well, play sports, ride a bike, take a break, avoid stress.

Healthy eating habits: eat healthy, drink plenty of water, don't skip meals, avoid junk food, have whole grains, avoid soda.

E para falar sobre a frequência dos nossos hábitos saudáveis, usamos os **adverbs of frequency**.
Os principais são:

Always – *sempre*
Usually – *frequentemente*
Sometimes – *às vezes*
Hardly ever – *quase nunca*
Never – *nunca*

Quando queremos **perguntar com que frequência alguém faz algo**, usamos a expressão: **How often...?**
Ex.: ***How often*** *do you go to the gym?*

PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Time to practice

Activity 1

Watch the video and choose the alternative that best summarizes it.

a) O vídeo descreve as atividades físicas que uma clínica de saúde especializada em adolescentes oferece às famílias.

b) O vídeo traz recomendações de um pediatra sobre hábitos saudáveis para adolescentes, envolvendo temas como nutrição e exercícios.

c) O número "5 210" referem-se à quantidade de pacientes adolescentes que esse médico já atendeu em sua carreira.

Activity 2

Watch the video again. Complete the recommendations given by the doctor with the missing words:

a) "5 means the number of ___fruits___ or ___vegetables___ that your teenager should be eating in a given day."

b) "2 is the maximum number of hours that you should ___spend___ ___on___ ___television___ or ___on___ ___video games___ or any kind of entertainment form on screens."

c) "1 is the number of hours, minimum, that you should spend ___exercising___ per day, that can be ___walking___, that can be ___hiking___, doing a ___YouTube___ ___video___ on aerobics... anything like that is perfect."

d) "Zero is the number of ___sugary___ ___drinks___ you should be having per day, that includes Gatorade, ___juice___ and ___soda___."

Dr. Stoffel - Murfreesboro Medical Clinic.

Activity 3

Listen, repeat and match the following.

1 Practice Yoga	**(3)** Fazer uma caminhada
2 Stretch your body	**(9)** Evitar estresse
3 Go for a walk	**(4)** Levantar pesos
4 Lift weights	**(7)** Andar de bicicleta
5 Sleep well	**(1)** Fazer yoga
6 Practice sports	**(2)** Alongar o corpo
7 Ride a bike	**(8)** Fazer uma pausa
8 Take a break	**(6)** Praticar esportes
9 Avoid stress	**(5)** Dormir bem

Activity 4

Listen and complete the sentences with the missing words.

a) Isabella: "I stretch my body every day in the morning before going to work."

b) Ricardo: "I usually lift weights with my friends 4 times a week."

c) Eduardo and Theo: "We practice Yoga at the park on Saturdays."

d) The Benson family: "We go for a walk every weekend."

Helpful vocabulary

practice Yoga / stretch my body / swim / lift weights / run /go for a walk

Activity 5

Listen, repeat and match the following.

1 Eat fruits and vegetables	**(3)** Comer de forma saudável
2 Drink plenty of water	**(5)** Evitar comer alimentos não saudáveis
3 Eat healthy	**(9)** Comer salada
4 Don't skip meals	**(6)** Comer proteínas
5 Avoid eating junk food	**(8)** Evitar refrigerantes
6 Eat protein	**(1)** Comer frutas e vegetais
7 Have whole grains	**(2)** Beber bastante água
8 Avoid soda	**(4)** Não pular refeições
9 Eat salad	**(7)** Comer grãos integrais

Activity 6

Listen to Julia and Lucas' conversation. Classify the statements into true (**T**) or false (**F**).

a) Julia always eats fruits and vegetables. **(T)**

b) Lucas never eats salad. **(F)**

c) Julia includes protein in her meals. **(T)**

d) Lucas always eats junk food. **(T)**

e) Julia never drinks water. **(F)**

Helpful vocabulary

fruits / vegetables / whole grains / protein / salad /water

Activity 7

Are you a healthy teenager? If so, write at least **3 sentences** describing your healthy habits. If not, write at least **3 activities** that you could include in your daily life to become healthy.

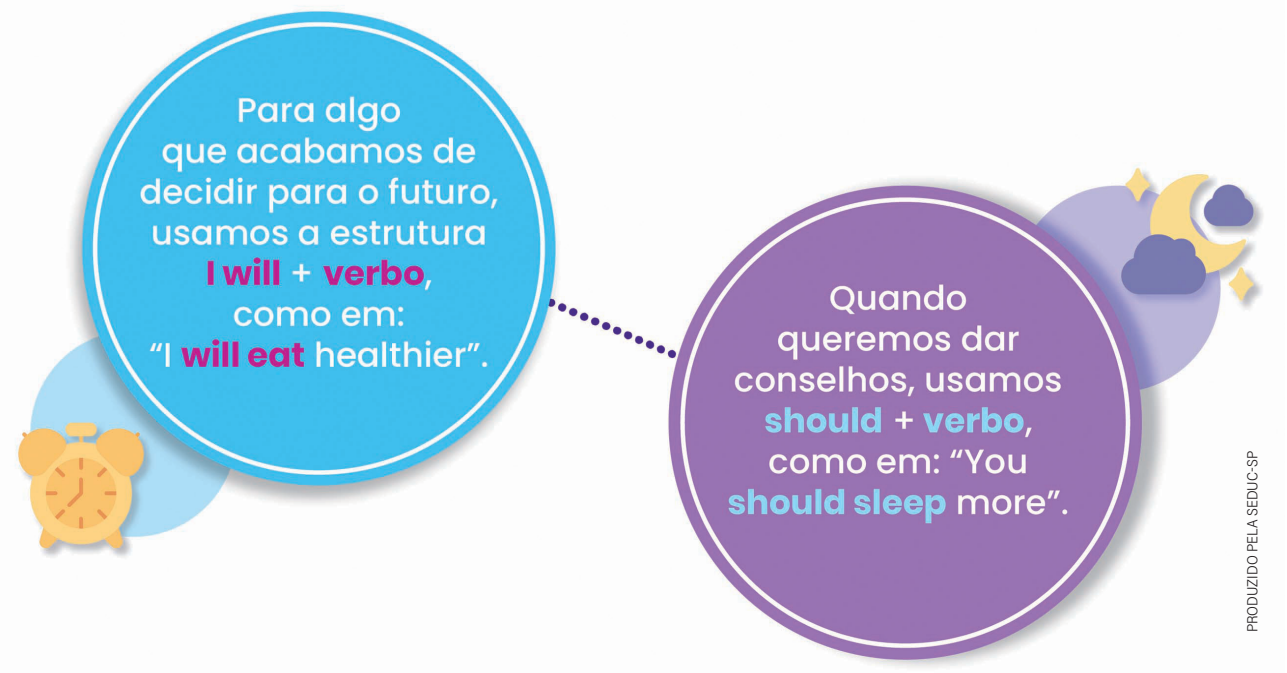
Resposta pessoal.

AULA

11

FITNESS AND HEALTH (PART 6)

Summary



Time to practice

Activity 1

Healthier decisions

1 Listen and read the dialogue below.

Lucas: Hey, Beatriz. I've been feeling really tired lately. I think I need to change my habits.

Beatriz: Me too! I've been eating too much junk food and not sleeping well.

Lucas: Same here. Let's go for a walk after lunch today. A little exercise could help.

Beatriz: Good idea! Also, you should sleep more. Sleep is really important for energy.

Lucas: You're right. I usually go to bed too late. What about food? I want to eat better.

Beatriz: Me too. From now on, I will eat healthier. More fruits and vegetables, and less sugar.

Lucas: Sounds great. Let's go shopping together on Sunday and buy some healthy food.

Beatriz: Perfect! And let's try to drink more water every day too. I will carry my water bottle all the time.

Lucas: That will work! Step by step, we will get healthier.

2 Classify the statements as true (**T**) or false (**F**).

(T) Lucas doesn't have a healthy life.

(F) Beatriz and Lucas sleep 8 hours every day.

(F) They want to order food from a healthy restaurant.

(T) They want to drink more water by carrying their water bottle all the time.

3 Reread the dialogue and highlight the following:

a) a plan that Beatriz has to improve her habits.

Possíveis respostas: she will eat healthier, eat more fruits and vegetables, and less sugar. She will also drink more water every day.

b) a piece of advice she gives to Lucas.

Possíveis respostas: she tells Lucas he should sleep more.

Activity 2

Write a piece of advice for each person according to their statements. Remember to use "should". Follow the example:

"I am overweight, and I eat fast food every weekend" - Alex, 34.

Advice: You should eat more fruits and vegetables, and avoid junk food.

a) "I get headaches every day because I usually work for many hours without stopping." (John, 42)

You should **take a break** and avoid **stress**.

b) "I stay up late watching videos on my phone and end up sleeping only 4 hours a day." (Bella, 21)

You should **sleep well** and **avoid using the cellphone at night**.

c) "I love eating candies and junk food, but I need to lose weight and get stronger and healthier." (Jaime, 15)

You should **avoid junk food, lift weights** or **play sports,** and **eat healthy**.

Activity 3

Think about your daily routine and what you can improve to live a healthier life. Write two sentences about what you've decided to do. Use: "I will..."

Example:

I will eat more vegetables.

a)

Resposta pessoal.

b)

Resposta pessoal.

CADERNO DE EXERCÍCIOS

História

Revolução Francesa

Aula 1

1 **(UNESP 2019)**

> Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivisível do todo. [...] um corpo moral e coletivo, composto de tantos membros quantos são os votos da assembleia [...]. Essa pessoa pública, que se forma, desse modo, pela união de todas as outras, tomava antigamente o nome de cidade e, hoje, o de república ou de corpo político, o qual é chamado por seus membros de Estado [...].
>
> ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Os pensadores**, 1983.

O excerto de Rousseau é uma exposição clássica do **contratualismo**. A ideia central é que a autoridade política e a sociedade legitimam-se por um "contrato" hipotético no qual indivíduos livres e iguais concordam em renunciar a sua liberdade natural para um corpo político coletivo (a "vontade geral"), em troca de liberdade civil, segurança e direitos. Esse pensamento é uma reação ao Antigo Regime, pois contrapõe a origem divina do poder do monarca absolutista com a ideia de que o poder emana do povo e é constituído por sua vontade coletiva. Ao formar esse "corpo político" (o Estado), os indivíduos se tornam cidadãos, participantes ativos e fonte da soberania, defendendo assim os direitos inerentes à cidadania.

O texto, produzido no âmbito do Iluminismo francês, apresenta a doutrina política do:

a) coletivismo, manifesto na rejeição da propriedade privada e na defesa dos programas socialistas de estatização.

b) humanismo, presente no projeto liberal de valorizar o indivíduo e sua realização no trabalho.

c) socialismo, presente na crítica ao absolutismo monárquico e na defesa da completa igualdade socioeconômica.

d) corporativismo, presente na proposta fascista de unir o povo em torno da identidade e da vontade nacional.

e) contratualismo, manifesto na reação ao Antigo Regime e na defesa dos direitos de cidadania.

2 **(FUVEST 2024)**

> A Enciclopédia conseguiu destronar a antiga rainha das ciências e elevar a filosofia para o seu lugar. Longe de ser um compêndio neutro de informações, a obra modelava o conhecimento de tal maneira que o tirava do clero e o colocava nas mãos de intelectuais comprometidos com o Iluminismo. [...] Mas o combate mais importante ocorreu na década de 1750, quando os enciclopedistas reconheceram que conhecimento era poder e, mapeando o universo do saber, partiram para a conquista.
>
> DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 270. Adaptado.

Segundo o excerto, a Enciclopédia preparada pelos pensadores Diderot e D'Alembert propunha um novo papel para os filósofos e uma reordenação do conhecimento científico.
Tal proposta se caracterizou pela:

a) conexão com um modelo de saber que justificava a hierarquia social do Antigo Regime.

O texto de Darnton destaca que a Enciclopédia deslocou o conhecimento das mãos [illegible] (representante da teologia, então [illegible] a "rainha das ciências") para entregá-lo a intelectuais comprometidos com o Iluminismo. Essa mudança não foi neutra: tratou-se de um projeto que associou o conhecimento ao poder e redefiniu a autoridade intelectual. Os enciclopedistas valorizavam a razão, a observação e o empirismo como

bases para o saber, em oposição às justificativas religiosas e tradicionais do Antigo Regime. Dessa forma, os filósofos iluministas foram legitimados como detentores de um novo tipo de virtude intelectual, fundamentada no conhecimento empírico e na capacidade de mapear e organizar o universo do saber de forma racional.

b) revelação de que o conhecimento filosófico oferecia as bases políticas para o absolutismo.

c) valorização do mecenato como forma de proteção aos novos pensadores.

d) aclamação dos pensadores como defensores da neutralidade científica.

e) legitimação dos filósofos enquanto portadores de virtudes derivadas do culto do conhecimento empírico.

Aula 2

3 **(UFPR 2016)** **Considere os seguintes excertos produzidos no contexto da Revolução Francesa (1789-1799):**

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (26 de agosto de 1789)

Art. 1º Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 13. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, é indispensável uma contribuição comum, que deve ser dividida entre os cidadãos de acordo com suas possibilidades.

Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (setembro de 1791)*

Art. 1º A mulher nasce livre e tem os mesmos direitos do homem. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum.

Art. 2º O objeto de toda associação política é a conservação dos direitos imprescritíveis da mulher e do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade, a segurança e, sobretudo, a resistência à opressão.

Art. 13. Para a manutenção da força pública e para as despesas de administração, as contribuições da mulher e do homem serão iguais; ela participa de todos os trabalhos ingratos, de todas as fadigas, deve então participar também da distribuição dos postos, dos empregos, dos cargos, das dignidades e da indústria.

*Essa declaração, escrita e proposta pela francesa Olympe de Gouges, não foi aprovada pela Assembleia Nacional; Olympe foi guilhotinada por ordem de Robespierre em 1793.

Compare as duas declarações e assinale a alternativa que identifica a principal diferença entre o texto de 1789 e o de 1791.

a) O texto de 1791 estabelece direitos e obrigações detalhados e separados para homens e mulheres na política e nos negócios, conforme o projeto burguês de sociedade, enquanto o

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) proclamava princípios universais, mas excluía as mulheres da cidadania. Isso levou Olympe de Gouges a criar a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã (1791), reivindicando igualdade jurídica e política entre os sexos. Seu texto expõe a contradição entre ideais revolucionários e exclusão feminina, demandando os mesmos direitos civis e políticos para mulheres, ampliando assim os limites do discurso revolucionário.

A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é um marco do ideário revolucionário burguês, que buscava substituir os fundamentos do Antigo Regime. Seus artigos estabelecem que os direitos à liberdade, à propriedade e à segurança são naturais e universais, pertencendo a todos os homens por nascença, e não como um privilégio concedido por um monarca (direito divino) ou por sua origem social. Ao afirmar que "os homens nascem e são livres e iguais em direitos" e que as distinções sociais só se justificam pela "utilidade comum", o

texto de 1789 defende um ideal universalista, sem distinção social.

b) O texto de 1789 defende direitos universais, sem explicitar a questão de gênero, enquanto o texto de 1791 defende a igualdade de direitos entre os gêneros, reivindicando a atuação feminina em assuntos considerados masculinos, como a política e os negócios.

c) O texto de 1791 defende a luta contra a opressão das mulheres após séculos de dominação monárquica na França, enquanto o texto de 1789 é contra a opressão masculina causada pela predominância do clero e da nobreza sobre o terceiro estado.

d) O texto de 1789 utiliza o termo "homem" para designar todo o conjunto de cidadãos, sem distinção de classe e origem, enquanto o texto de 1791 substitui "homem" por "mulher", a fim de reivindicar direitos exclusivos para as cidadãs da classe burguesa.

e) O texto de 1789 defende que nenhum direito é válido se não incluir todos os cidadãos, enquanto o texto de 1791 contradiz esse princípio ao privilegiar as mulheres, que reivindicavam maior espaço na sociedade após a morte da Rainha Maria Antonieta.

4 **(PUC-RIO 2023)** **Considere a seguinte passagem da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – 1789:**

> Art. 1º – Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ter como fundamento a utilidade comum.
>
> Art. 2º – A finalidade de toda associação política é a preservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão.
>
> Disponível em: https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos--Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao. Acesso em: 16 set. 2022.

A partir da leitura do texto acima, verifica-se que um dos objetivos da Revolução Francesa foi:

a) diminuir o poder da burguesia sobre os camponeses e trabalhadores urbanos, garantindo-lhes direitos trabalhistas, vistos como naturais.

b) aumentar o controle da realeza sobre a opressão praticada pelos senhores sobre os escravizados, que, assim, poderiam resistir à exploração.

c) garantir a igualdade de direitos a todos os cidadãos, independentemente de sua origem social, negando a ideia de que os reis eram indicados por Deus.

d) preservar os direitos naturais da burguesia francesa de explorar as terras da nobreza, assim como de usufruir do trabalho dos servos.

e) transformar os bens privados em bens de utilidade comum, garantindo igualdade social e maior controle do Estado.

texto nega diretamente a base da sociedade estamental, que legitimava a desigualdade e os privilégios da nobreza e do clero pela vontade divina ou por direito de nascença. Dessa forma, a declaração tinha como um de seus principais objetivos garantir a igualdade jurídica e de direitos para todos os cidadãos, deslegitimando o poder absoluto do rei, que era visto como um mandatário de Deus, e instituindo a soberania nacional.

Aula 4

5 **(ENEM DIGITAL 2020)**

JACQUES-LOUIS DAVID/THE WEDDING TIARA

Imagem da coroação de Napoleão. Disponível em: http://theweddingtiara.com. Acesso em: 8 abr. 2015.

O gesto representado no quadro simboliza uma diferença entre o império napoleônico e a monarquia absolutista, por:

a) reduzir a autoridade do clero.
b) instaurar a censura da imprensa.
c) controlar a organização judiciária.
d) suspender as pensões da nobreza.
e) desrespeitar a propriedade privada.

O quadro mostra Napoleão coroando a si mesmo, rompendo com a tradição de ser coroado pelo papa. Esse gesto simboliza a quebra com o Antigo Regime, no qual o poder real era legitimado pela Igreja. Ao se autocoroar, Napoleão demonstra que seu poder vem de sua própria autoridade e do apoio popular da Revolução Francesa, não de direito divino. Isso marca a diminuição da autoridade clerical e estabelece que o novo império não necessitava de consagração religiosa.

Independências americanas

Aula 5

6 **(UECE 2023)**

> O final do século XVII e todo o século XVIII foram acompanhados de muitas guerras na Europa e na América. De muitas formas, essas guerras significaram o início do processo de independência das 13 colônias com relação à Inglaterra.
>
> KARNAL, Leandro *et al.* **História dos Estados Unidos:** das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

Sobre o processo de independência das 13 (treze) colônias inglesas na América do Norte, também conhecido como a Revolução Americana, é correto afirmar que:

a) os habitantes das colônias, embora portando ideias diferentes sobre várias questões, estavam todos unidos em relação ao rompimento com a metrópole.
b) desde a colonização até o século XVIII, as colônias inglesas se desenvolveram em relativa autonomia em relação à metrópole; a Revolução Gloriosa, ocorrida na Inglaterra, mudou esse cenário.
c) maior resistência ao rompimento em relação à Inglaterra vinha das colônias do Norte por causa do comércio triangular que elas mantinham com a metrópole.
d) as chamadas Leis Intoleráveis, promulgadas pela Inglaterra, atingiam as colônias de forma diferenciada, o que dificultou a união delas em torno do ideal da independência.

As Treze Colônias de fato tinham um significativo grau de autonomia política e administrativa, especialmente por meio de suas assembleias locais, durante a maior parte do período colonial. Esse cenário começou a mudar após a Revolução Gloriosa (1688-1689), que consolidou o poder do Parlamento inglês. A nova dinâmica política na metrópole, pautada por uma visão mais intervencionista e mercantilista, levou à criação de uma série de leis e regulamentações, como os Atos de Navegação, que buscavam controlar mais de perto a economia colonial e aumentar a arrecadação de impostos. Essa mudança de postura, de uma "negligência salutar" para um controle mais rígido, foi um fator central no crescente descontentamento dos colonos, que viam suas liberdades tradicionais sendo ameaçadas, culminando no movimento pela independência.

Aula 6

7 **(FUVEST 2002)**

> Neste território não poderá haver escravos. A servidão foi abolida para sempre. Todos os homens nascem, vivem e morrem livres [...]
>
> Todo homem, qualquer que seja sua cor, pode ser admitido em qualquer emprego.
>
> Artigos 3 e 4 da Constituição do Haiti, assinada por Toussaint L'Ouverture, 1801.

Lendo o texto acima e associando-o ao processo de independência das Américas espanhola e francesa, é possível concluir que:

a) como no Haiti, em todos os demais movimentos houve uma preocupação dominante com as aspirações populares.

b) a independência do Haiti foi um caso especial nas Américas, pois foi liderada por negros e mestiços.

c) na mesma década da independência do Haiti, as demais colônias do Caribe alcançaram a libertação.

d) o movimento de independência do Haiti foi inspirado pelo modelo dos Estados Unidos.

e) a independência do Haiti foi concedida por Napoleão Bonaparte, com base nos princípios liberais.

Aula 7

A Revolução Haitiana (1791-1804) destaca-se radicalmente dos demais processos de independência nas Américas por seu caráter social, racial e anticolonial. Enquanto as independências das colônias espanholas e norte-americanas foram lideradas por elites locais de origem europeia (*criollos* ou brancos) que, em geral, mantiveram a escravidão e as hierarquias sociais existentes, o Haiti foi o único movimento vitorioso liderado e protagonizado por escravizados africanos e afrodescendentes livres. Sob a liderança de figuras como Toussaint L'Ouverture, a revolução não apenas expulsou os colonizadores franceses, mas aboliu imediatamente a escravidão e estabeleceu um Estado baseado na igualdade racial universal, como expresso nos artigos constitucionais citados. Essa conquista foi resultado de uma insurreição popular massiva e violenta, e não de concessões metropolitanas ou de inspiração em modelos externos. Assim, o Haiti emerge como um caso único: a primeira república negra do mundo, cujo processo desafiou simultaneamente o colonialismo, a escravidão e a ordem racial vigente nas Américas.

8 **(UFRGS 2015)** Leia o segmento a seguir.

> Nenhum dos grupos em disputa pelo poder pretendia modificar a estrutura econômica e social herdada da colônia. Assim, os novos países permaneceram predominantemente agrários, com base no latifúndio; mantiveram as relações produtivas pré-capitalistas, inclusive com o crescimento do trabalho compulsório (servil, semisservil e escravo).
>
> WASSERMAN, Claudia. **História Contemporânea da América Latina**, 1900-1930. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992. p. 9-10.

O segmento faz referência a um **contexto histórico da América Latina**. Assinale a alternativa que representa esse contexto.

a) Derrota dos diversos movimentos de independência latino-americanos, no início do século XIX, e manutenção da dominação espanhola até o início do século XX.

b) Manutenção das estruturas sociais herdadas do período colonial e constituição de Estados oligárquicos em toda a América Latina, no século XIX.

c) Diversificação produtiva, característica das economias nacionais latino-americanas no século XIX.

d) Criação de Estados democráticos em toda a região, após as guerras de independência do século XIX.

e) Vitória das diversas revoltas de indígenas e escravos, logo após as independências, e fim do trabalho compulsório por toda a região.

9 **(UFPR 2018)**

> É uma ideia grandiosa pretender formar de todo o mundo novo uma só nação com um só vínculo, que ligue suas partes entre si e com o todo. Já que tem uma mesma origem, uma mesma língua, mesmos costumes e uma religião, deveria, por conseguinte, ter um só governo que confederasse os diferentes Estados que haverão de formar-se [...].
>
> Fonte: http://www.iela.ufsc.br/noticia/sim%-C3%B3n-bol%C3%ADvar-e-carta-da-jamaica. Acesso em: 6 ago. 2017.)

Considerando o extrato da "Carta de Jamaica", de Simón Bolívar, e com base nos conhecimentos sobre as independências na América espanhola, assinale a alternativa correta.

a) Os movimentos de independência na América espanhola foram impulsionados pela tentativa de invasão napoleônica no Haiti recém-libertado. A Carta de Jamaica foi o documento que fundamentou esses movimentos.

b) Os movimentos de independência foram liderados por mestiços e escravos que ansiavam conseguir a liberdade expulsando os espanhóis. Aproveitando a ausência do rei Fernando VII, encarcerado por Napoleão, Bolívar escreveu a carta na Jamaica, chamando todas as colônias a se unirem para formar uma grande federação contra a coroa espanhola.

c) Simón Bolívar foi o grande artífice das independências da América espanhola. Seu carisma e poder de mando permitiram unir todos os movimentos em uma grande frente libertadora, que começou na Argentina em 1816 e chegou até a Colômbia em 1821.

d) O projeto de Simón Bolívar era tornar as colônias governadas pela Espanha em uma grande confederação de estados nos moldes das colônias americanas do Norte, porém as diferenças entre alguns líderes no interior do movimento anticolonial não viam com bons olhos esse projeto.

e) A Carta de Jamaica foi a primeira declaração de independência das colônias espanholas. Escrita no formato da declaração de independência haitiana, declarava o fim da escravidão nas colônias e a expulsão dos peninsulares das terras americanas.

O texto descreve precisamente a contradição fundamental do processo de independência na América Latina: embora tenha havido uma ruptura política com as metrópoles europeias, as elites *criollas* (descendentes de espanhóis nascidos na América) que assumiram o poder não tinham interesse em promover transformações sociais ou econômicas profundas. Assim, a estrutura colonial baseada no latifúndio, na exportação de matérias-primas e em relações de trabalho coercitivas (como escravidão, servidão e formas semisservis) foi mantida e até reforçada. Essa continuidade possibilitou a formação de Estados oligárquicos no século XIX, controlados por uma minoria de proprietários rurais que concentravam poder político, terra e riqueza, excluindo a vasta maioria da população (indígenas, escravizados, mestiços e pobres) dos benefícios da independência. Diferentemente das outras alternativas, que distorcem a realidade histórica (como sugerir democratização, diversificação econômica ou vitória popular), a opção B capta a essência conservadora do período pós-independência, que perpetuou a exclusão e o atraso social na região.

O projeto de Simón Bolívar, expresso na Carta da Jamaica (1815), era de fato ambicioso e visionário: criar uma grande confederação ou uma única nação forte a partir das antigas colônias espanholas, inspirado no modelo federalista dos Estados Unidos. Essa "Grande Colômbia" seria um contrapeso às potências europeias e garantiria a soberania das novas repúblicas. No entanto, esse ideal de unidade chocou-se com a complexa realidade da América espanhola pós-independência. Líderes regionais poderosos, como José de San Martín, e as próprias elites locais (caudilhos) tinham visões e interesses divergentes, priorizando a autonomia de seus territórios e temendo a perda de poder em um governo central forte. Essas profundas divisões geográficas, políticas e pessoais dentro do movimento anticolonial foram o principal obstáculo ao sonho bolivariano de unidade, resultando na fragmentação do continente em diversas repúblicas independentes.

A questão aborda a especificidade da Conjuração Baiana (1798) em relação a outras sedições, como a Inconfidência Mineira (1789). O movimento na Bahia contava com a participação de populares, escravizados e ex-escravizados, e a abolição da escravidão era um dos objetivos dessa revolta. Em Minas Gerais, a Inconfidência contou com a participação majoritária da elite mineira, de modo que a questão abolicionista não foi uma pauta desse movimento.

América portuguesa

Aula 8

10 **(ENEM 2016)**

> O que ocorreu na Bahia de 1798, ao contrário das outras situações de contestação política na América portuguesa, é que o projeto que lhe era subjacente não tocou somente na condição, ou no instrumento, da integração subordinada das colônias no império luso. Dessa feita, ao contrário do que se deu nas Minas Gerais (1789), a sedição avançou sobre a sua decorrência.
>
> JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. **Peças de um mosaico**. In: MOTA, C. G. (Org.) Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000). São Paulo: Senac, 2000.

A diferença entre as sedições abordadas no texto encontrava-se na pretensão de:

a) eliminar a hierarquia militar.

b) abolir a escravidão africana.

c) anular o domínio metropolitano.

d) suprimir a propriedade fundiária.

e) extinguir o absolutismo monárquico.

Aula 10

11 **(UNB 2022)** Com relação à Revolução Liberal do Porto, ocorrida em 1820, ao Dia do Fico e à Independência do Brasil, assinale a opção correta.

a) Revolução do Porto, liberal para a metrópole, combatia o absolutismo e defendia a monarquia constitucional; para o Brasil, propunha a volta do status colonial, pondo fim ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

b) O príncipe regente D. Pedro, pressionado pelas elites brasileiras e pelas cortes de Lisboa, recusou-se a tomar a decisão de retornar a Portugal, conforme exigência das cortes, ou de permanecer no Brasil, como requeriam as elites locais.

c) No contexto da Independência, havia consenso entre as elites e províncias brasileiras quanto ao modelo de Estado a ser adotado: líderes como José Bonifácio e Gonçalves Ledo, por exemplo, defendiam o regime republicano.

d) A Independência foi obtida de forma pacífica, sem resistência portuguesa, sem luta e derramamento de sangue, cenário que se repetiu ao longo do Primeiro Reinado e do período regencial.

Aula 11

12 **(UDESC 2019)** Observe a imagem a seguir.

ACERVO DO MUSEU PAULISTA DA USP

A Revolução Liberal do Porto, iniciada em 1820, tinha como objetivo central, do ponto de vista da metrópole, limitar o poder absolutista do rei e restaurar a monarquia constitucional em Portugal. No entanto, para o Brasil, esse movimento teve, notadamente, uma conotação diferente: as Cortes portuguesas passaram a exigir o retorno do rei e buscavam reverter as transformações institucionais ocorridas desde 1808, propondo a "recolonização" do Brasil e o fim da condição de Reino Unido. Ou seja, a mesma revolução que representava um avanço liberal para os portugueses significava para os brasileiros a perda da autonomia política recém-adquirida, motivando uma reação local que culminaria na independência.

A pintura do quadro *Independência ou Morte!* (ou o Grito do Ipiranga) é considerada a representação mais difundida do momento da Independência do Brasil.

A obra é de autoria de Pedro Américo, encomendada pelo Conselheiro Imperial Joaquim Inácio Ramalho, data de 1888, e encontra-se, atualmente, no Museu Paulista da USP. Considerando autor, o tema e a data de produção da obra, é correto afirmar que:

a) a obra pode ser considerada como o retrato exato do evento que apresenta.

b) Pedro Américo era um observador privilegiado dos eventos e, por isso, pôde capturar e registrar na tela a Independência do Brasil no exato momento em que esta ocorreu.

c) a obra deve ser analisada considerando a intencionalidade dos sujeitos que atuaram em sua produção, assim como as características do seu tempo.

d) o quadro de Pedro Américo se refere, na verdade, à participação de Dom Pedro II nos eventos da Proclamação da República.

e) quadros como o de Pedro Américo não podem ser considerados como fontes para análise histórica.

A pintura **Independência ou Morte!** (Pedro Américo, 1888) não é um registro factual, mas uma representação idealizada com fins políticos. Criada no final do Império durante período de instabilidade, visava legitimar o regime ao glorificar D. Pedro I como herói fundador. O artista empregou elementos simbólicos como a pose altiva do imperador, uniformes anacrônicos, soldados inexistentes e paisagem alterada – não refletindo a realidade de 1822, mas construindo uma memória heroica da Independência.

Império brasileiro

Aula 12

13 **(ENEM 2004)**

Constituição de 1824

"Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador [...] para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos [...] dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado."

Frei Caneca

"O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele, o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do imperador."

(Voto sobre o juramento do projeto de Constituição)

Para Frei Caneca, o Poder Moderador definido pela Constituição outorgada pelo Imperador em 1824 era:

Frei Caneca criticava o Poder Moderador na Constituição de 1824 por não equilibrar os poderes, mas funcionar como mecanismo autoritário do imperador. Ao chamá-lo de "invenção maquiavélica" e "garrote" da liberdade, Caneca denunciava a concentração de poder que possibilitava ao imperador dissolver a Câmara e subordinar o Senado.

a) adequado ao funcionamento de uma monarquia constitucional, pois os senadores eram escolhidos pelo imperador.

b) eficaz e responsável pela liberdade dos povos, porque garantia a representação da sociedade nas duas esferas do poder legislativo.

c) arbitrário, porque permitia ao imperador dissolver a Câmara dos Deputados, o poder representativo da sociedade.

d) neutro e fraco, especialmente nos momentos de crise, pois era incapaz de controlar os deputados representantes da Nação.

e) capaz de responder às exigências políticas da nação, pois supria as deficiências da representação política.

14 **(UNIOESTE 2025)** **A Constituição Imperial de 1824 impactou os direitos civis e políticos no Brasil, especialmente em relação à população negra e liberta. Sobre essa questão, assinale a alternativa CORRETA.**

a) Constituição de 1824 aboliu a escravidão em todo o território brasileiro, garantindo igualdade plena de direitos civis e políticos a todos os cidadãos, independentemente de cor ou origem.

b) Embora a Constituição de 1824 tenha reconhecido os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, ela impôs restrições políticas baseadas em renda e na condição de ter nascido livre, o que beneficiou os libertos de forma igualitária, eliminando a discriminação racial.

c) Através da Constituição de 1824, os direitos civis foram garantidos a todos os brasileiros, mas a participação política foi limitada por critérios econômicos e de nascimento, o que não interferiu na situação dos cidadãos não brancos, que gozaram de plena igualdade legal.

d) A Constituição Imperial de 1824 estabeleceu a igualdade de direitos civis entre todos os cidadãos brasileiros, mas manteve a discriminação racial ao exigir que eleitores não fossem nascidos escravizados e ao submeter não brancos à suspeita de serem escravizados fugidos se não apresentassem comprovação.

e) Sob a Constituição Imperial de 1824, a discriminação racial foi formalmente abolida no Brasil, assegurando a todos os cidadãos, independentemente de sua cor ou condição social, igualdade absoluta de direitos civis e liberdade de circulação sem restrições.

Aula 13

15 **(ENEM DIGITAL 2020)**

A Constituição de 1824 estabeleceu igualdade formal entre cidadãos livres, mas manteve exclusões raciais, especialmente contra negros e libertos. Exigia comprovação de liberdade para exercer direitos, submetendo não brancos à vigilância constante. O voto era limitado a homens livres com renda mínima, excluindo a maioria dos negros.

> Depois da Independência, em 1822, o país enfrentaria problemas que com frequência emergiram durante a formação dos Estados nacionais da América Latina. Em muitas regiões do Brasil, essas divergências foram acompanhadas de revoltas, inclusive contra o imperador D. Pedro I. Com a abdicação deste, em 1831, o país atravessaria tempos ainda mais turbulentos sob o regime regencial.
>
> REIS, J. J. **Rebelião escrava no Brasil:** a história do Levante dos Malês em 1835. São Paulo: Cia. das Letras, 2003. Adaptado.

A instabilidade política no país, ao longo dos períodos mencionados, foi decorrente da(s):

a) disputas entre as tendências unitarista e federalista.

b) tensão entre as forças do Exército e Marinha nacional.

c) dinâmicas demográficas nas fronteiras amazônica e platina.

d) extensão do direito de voto aos estrangeiros e ex-escravos.

e) reivindicações da ex-metrópole nas esferas comercial e diplomática.

A instabilidade política no Brasil após a independência, agravada durante o Período Regencial, decorreu principalmente do conflito entre dois projetos de organização do Estado: o unitarismo (centralismo), que defendia um governo central forte, e o federalismo, que pregava maior autonomia para as províncias. Essas tensões refletiam interesses regionais diversificados e a dificuldade de conciliar elites locais com o poder central. Enquanto D. Pedro I inclinava-se a um modelo mais centralizador, sua abdicação em 1831 intensificou o debate, levando a revoltas como a Cabanagem, a Farroupilha e a Balaiada, que expressaram descontentamento com a excessiva concentração de poder. O Ato Adicional de 1834, que concedeu maior autonomia às províncias, foi uma tentativa de amenizar esses conflitos, mas não resolveu completamente as divisões. A disputa entre unitaristas e federalistas foi, portanto, o cerne da instabilidade, influenciando revoltas e a própria fragilidade institucional do período.

16 **(FUVEST 2021)** A Cabanagem foi uma revolta social ocorrida no norte do Brasil entre 1835 e 1840 e se insere em um contexto frequentemente chamado de "Período Regencial". Trata-se de uma revolta que, juntamente a outras do mesmo período, tipifica:

a) o impacto, no Brasil, de conflitos de fronteira com os países hispânicos recém-formados na América.

b) a expansão de interesses imperialistas franceses e alemães em meio à geopolítica da Segunda Revolução Industrial.

c) a capacidade negociadora das elites imperiais em evitar que questões regionais desembocassem em conflitos armados.

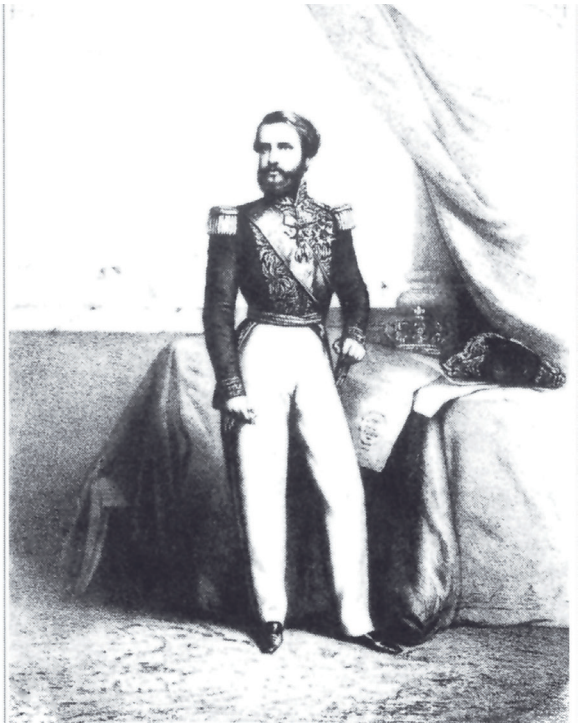
d) a persistência, no contexto nacional brasileiro, de disputas entre jesuítas e governantes em torno da exploração do trabalho escravo.

e) o caráter violento e socialmente excludente do processo de formação do Estado nacional brasileiro.

Durante a construção do Estado nacional brasileiro, iniciada com a Independência em 1822, a tensão entre centralização e autonomia regional mostrou-se um desafio crucial, especialmente em um território de proporções continentais. A Cabanagem (1835-1840), uma das rebeliões mais significativas do Período Regencial, expressou claramente a insatisfação de províncias como o Grão-Pará com o projeto político centralizador. Com ampla participação de setores populares – os chamados cabanos –, o movimento defendia bandeiras como o fim da escravidão e a instauração de um governo republicano. No entanto, a resposta do poder regencial foi extremamente violenta: tropas legalistas reprimiram a revolta de forma sangrenta, resultando em aproximadamente 30 mil mortos, o que correspondia a cerca de 30% da população local.

Esse episódio evidenciou que as demandas das camadas sociais mais baixas – representadas pelos cabanos – não tinham espaço no debate político do Brasil recém-independente. A formação do Estado nacional consolidou-se por meio da exclusão sistemática desses grupos e de suas reivindicações. Além disso, ficou claro que qualquer tentativa de incluir perspectivas alternativas no processo de organização do país seria suprimida com uso intenso da força, reforçando assim um modelo de poder verticalizado e distante das necessidades das populações periféricas.

17 **(ENEM 2015)**



SCHWARCZ, L. M. **As barbas do imperador**. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998. Adaptado.

Essas imagens de D. Pedro II foram feitas no início dos anos de 1850, pouco mais de uma década após o Golpe da Maioridade. Considerando o contexto histórico em que foram produzidas e os elementos simbólicos destacados, essas imagens representavam um:

a) jovem imaturo que agiria de forma irresponsável.

b) imperador adulto que governaria segundo as leis.

c) líder guerreiro que comandaria as vitórias militares.

d) soberano religioso que acataria a autoridade papal.

e) monarca absolutista que exerceria seu autoritarismo.

As imagens de D. Pedro II produzidas no início dos anos 1850 buscavam projetar uma imagem de maturidade, estabilidade e legitimidade, essenciais para consolidar o Segundo Reinado após o turbulento Período Regencial. Elementos simbólicos, como trajes formais, coroa ou insígnias imperiais, e uma postura serena reforçavam a ideia de um monarca constitucional que governaria dentro dos limites da lei, em contraste com a percepção de autoritarismo associada a seu pai, D. Pedro I. Essa representação visual alinhava-se ao discurso político da época, que enfatizava a ordem, a legalidade e a superação das crises anteriores, apresentando o imperador como uma garantia da unidade nacional e do regime constitucional.

CADERNO DE EXERCÍCIOS

Geografia

O texto descreve um estágio avançado da transição demográfica, em que a queda da fecundidade (por decisão familiar) e o controle dos nascimentos são típicos de sociedades industrializadas. Esse fenômeno leva ao declínio do crescimento populacional e ao envelhecimento da população, marcando a fase final da transição demográfica. Veja no CMSP a resolução comentada.

População

O texto menciona explicitamente o crescimento da população idosa (65 anos ou mais), que corresponde ao topo da pirâmide etária (faixa etária mais avançada). Esse fenômeno é típico de países em transição demográfica, onde há redução da fecundidade e aumento da expectativa de vida, levando ao envelhecimento populacional. Veja no CMSP a resolução comentada.

Aula 1

1 **(ENEM 2022)**

> O volume anual de população que se incorporará à faixa de 65 anos e mais aumentará continuamente. Em média, anualmente, o acréscimo será, talvez, de mais de 550 mil idosos, no primeiro quartel do século XXI, e superará a casa de um milhão, entre 2025 e 2050.
>
> CARVALHO, J. A. M.; RODRIGUEZ-WRONG, L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cad. Saúde Pública**, n. 3, mar. 2008 (adaptado).

A dinâmica demográfica descrita resulta no processo de expansão do(a):

a) topo da pirâmide etária.
b) taxa de fecundidade anual.
c) nível de mortalidade infantil.
d) índice de desemprego estrutural.
e) política de controle da natalidade.

2 **(ENEM 2018)**

> Os países industriais adotaram uma concepção diferente das relações familiares e do lugar da fecundidade na vida familiar e social. A preocupação de garantir uma transmissão integral das vantagens econômicas e sociais adquiridas tem como resultado uma ação voluntária de limitação do número de nascimentos.
>
> GEORGE, P. **Panorama do mundo atual.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968 (adaptado).

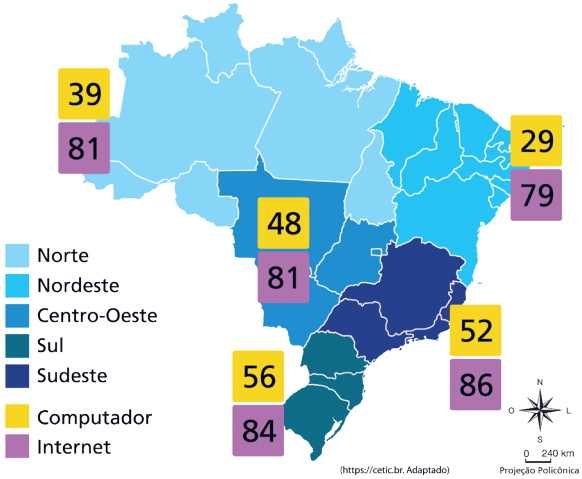
Em meados do século XX, o fenômeno social descrito contribuiu para o processo europeu de:

a) estabilização da pirâmide etária.
b) conclusão da transição demográfica.
c) contenção da entrada de imigrantes.
d) elevação do crescimento vegetativo.
e) formação de espaços superpovoados.

Aula 2

3 **(UNESP 2023)** Examine o mapa.

Brasil: total de domicílios (%) com computador e internet, por região, 2020



HTTPS://CETIC.BR. ADAPTADO

O mapa evidencia marcantes disparidades regionais no acesso a computadores e internet no Brasil, com Sudeste e Sul apresentando os maiores índices, seguidos pelo Centro-Oeste, enquanto Norte e Nordeste possuem os menores percentuais. Essa desigualdade digital reflete assimetrias socioeconômicas, incluindo distribuição de renda, infraestrutura de telecomunicações e níveis de urbanização. Veja no CMSP a resolução comentada.

Os dados representados no mapa evidenciam:

a) homogeneidade no avanço tecnológico.

b) intolerância às mudanças socioeconômicas.

c) desigualdade no acesso à informação.

d) heterogeneidade no setor privado de logística.

e) equidade no setor de telecomunicações.

4 **(ENEM 2019)**

> O bônus demográfico é caracterizado pelo período em que, por causa da redução do número de filhos por mulher, a estrutura populacional fica favorável ao crescimento econômico. Isso acontece porque há proporcionalmente menos crianças na população, e o percentual de idosos ainda não é alto.
>
> GOIS, A. **O Globo**, 5 abr. 2015 (adaptado).

A ação estatal que contribui para o aproveitamento do bônus demográfico é o estímulo à:

a) atração de imigrantes.

b) elevação da carga tributária.

c) qualificação da mão de obra.

d) admissão de exilados políticos.

e) concessão de aposentadorias.

O texto descreve o bônus demográfico como uma janela de oportunidade econômica gerada pela maior proporção de população em idade ativa (15-64 anos) devido à queda da fecundidade. Para aproveitar esse potencial, é essencial capacitar a força de trabalho, garantindo que essa população produtiva tenha qualificação para impulsionar a economia. Veja no CMSP a resolução comentada.

Aula 3

5 **(UNESP 2022)** O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza periodicamente censos para analisar a distribuição da população brasileira segundo a cor da pele. Nesse contexto, as informações obtidas pelos censos permitem a:

a) apresentação de planos de contingência à entrada de imigrantes, grupos constituídos por indivíduos com potencial de descaracterizar o perfil demográfico nacional.

b) construção de políticas afirmativas articuladas à hegemonia populacional, assegurando o combate aos preconceitos no Brasil.

c) reestruturação da territorialidade das comunidades tradicionais, deslocando populações segundo sua participação no todo nacional.

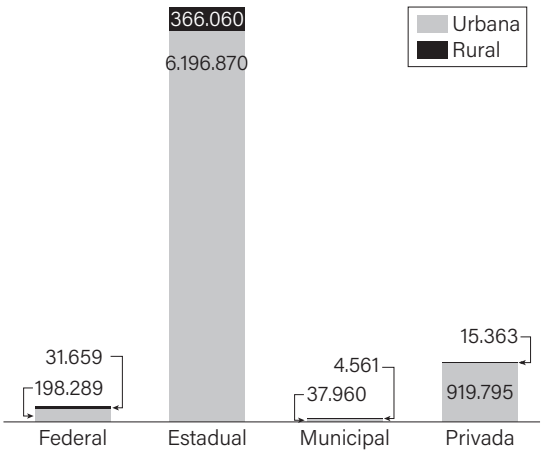
d) elaboração de políticas públicas que busquem reduzir desigualdades sociais, especialmente aos grupos minoritários.

e) reavaliação da definição dos grupos formadores da população brasileira, minimizando a participação de populações pouco expressivas.

Essa alternativa é a única que reflete o uso prático dos dados censitários para promover equidade, alinhando-se às diretrizes do IBGE e aos marcos legais brasileiros (como o Estatuto da Igualdade Racial). Veja no CMSP a resolução comentada.

O gráfico do Censo Escolar 2021 mostra que a maior parte dos estudantes do Ensino Médio está matriculada em escolas estaduais localizadas na zona urbana. Essa concentração é coerente com o padrão do sistema educacional brasileiro, no qual o Ensino Médio é majoritariamente oferecido pelas redes estaduais, especialmente nas cidades. Veja no CMSP a resolução comentada.

6 **(ESPM 2023)** De acordo com o Censo Escolar 2021, havia no Brasil 7,8 milhões de estudantes no Ensino Médio.



MDIC – WWW.MDIC.GOV.BR. ADAPTADO

Fonte – Censo Escolar 2021. Brasília, Inep, 2022.

Tal realidade está expressa no gráfico ao lado. De acordo com o gráfico, a maior parte dos estudantes brasileiros:

a) está no interior em escolas rurais.

b) encontra-se nas cidades em escolas particulares.

c) concentra-se em escolas públicas municipais.

d) localiza-se em escolas estaduais rurais.

e) está em escolas estaduais nas cidades.

Economia do Brasil

Aula 5

Alternativa correta é a B. A cafeicultura foi o principal vetor econômico e demográfico desse período, consolidando a concentração populacional e produtiva no Sudeste, cujos efeitos perduram até hoje. Veja no CMSP a resolução comentada.

7 **(UNESP 2016)**

> Caracteriza-se como o maior vetor de ocupação territorial no Brasil a partir de meados do século XIX, sendo explicativa da gênese da concentração produtiva e populacional ainda existente na atual conformação do território nacional. Estabeleceu-se no vale do Rio Paraíba, avançando por décadas sobre áreas de floresta Atlântica. Cabe assinalar que tal avanço ocasionou um surto urbanizador na região Sudeste do Brasil, no qual as ferrovias ganharam peso fundamental como agente modernizador e indutor da ocupação de novas áreas.
>
> Antonio C. R. Moraes. **Geografia histórica do Brasil,** 2011. Adaptado.

A atividade econômica associada à formação territorial do Brasil a qual o excerto se refere é:

a) a industrialização.

b) a cafeicultura.

c) a mineração.

d) a pecuária.

e) a silvicultura.

8 **(ENEM 2020)**

> É difícil imaginar que nos anos 1990, num país com setores da população na pobreza absoluta e sem uma rede de benefícios sociais em que se apoiar, um governo possa abandonar o papel de promotor de

programas de geração de emprego, de assistência social, de desenvolvimento da infraestrutura e de promoção de regiões excluídas, na expectativa de que o mercado venha algum dia a dar uma resposta adequada a tudo isso.

SORJ, B. **A nova sociedade brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 (adaptado).

Nesse contexto, a criticada postura dos governos frente à situação social do país coincidiu com a priorização de que medidas?

a) Expansão dos investimentos nas empresas públicas e nos bancos estatais.

b) Democratização do crédito habitacional e da aquisição de moradias populares.

c) Enxugamento da carga fiscal individual e da contribuição tributária empresarial.

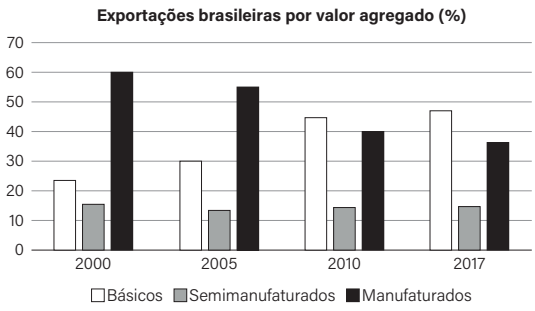
d) Reformulação do acesso ao ensino superior e do financiamento científico nacional.

e) Reforma das políticas macroeconômicas e dos mecanismos de controle inflacionário.

A alternativa é a única que reflete essa mudança de prioridade para políticas macroeconômicas e controle inflacionário, típica do período. Veja no CMSP a resolução comentada.

Aula 6

9 **(FUVEST 2019)**



MDIC - www.mdic.gov.br. Adaptado.

CENSO ESCOLAR 2021. BRASÍLIA, INEP, 2022

Com base no gráfico referente à pauta das exportações brasileiras, é correto afirmar que, no período analisado, houve:

a) ampliação do setor secundário, especialmente de bens de capital intermediários.

b) consolidação do Brasil como exportador de alta tecnologia, cujo percentual vem se ampliando na pauta de exportações brasileiras.

c) fortalecimento do setor primário e declínio do setor de maior valor agregado.

d) maior peso do setor primário, pela primeira vez na história econômica brasileira.

e) diminuição da agroindústria nas exportações e aumento do peso dos bens manufaturados.

O gráfico mostra aumento significativo na participação de produtos primários (commodities agrícolas e minerais) na pauta de exportação. Exemplos: soja, minério de ferro e petróleo ganharam peso no período analisado. Os produtos manufaturados (industrializados, como veículos e máquinas) perderam participação, evidenciando uma reprimarização da economia. Isso reflete desafios na competitividade industrial brasileira. Veja no CMSP a resolução comentada.

Aula 7

Alternativa correta é a D. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) segue as mesmas dimensões do IDH global, com foco em longevidade, educação e renda. Veja no CMSP a resolução comentada.

10 **(UFPR 2023)** Sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é correto afirmar:

a) foi elaborado pelos economistas do Banco Mundial para substituir a renda per capita e o PIB nacional na função de indicadores de qualidade de vida.

b) o IDH é útil para medir a ampliação das desigualdades sociais em escala mundial, pois as condições de saúde e de educação dos países desenvolvidos se elevam mais rapidamente do que nos países de renda baixa.

c) a ONU, o Banco Mundial e o FMI foram instituídos pelo Tratado de Bretton Woods com o objetivo de reorganizar o mundo pós Segunda Guerra, razão pela qual essas instituições adotaram o IDH como indicador social padrão.

d) o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) mede a evolução dos municípios brasileiros de acordo com as mesmas dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Global, que são longevidade, educação e renda.

e) as contradições do subdesenvolvimento se refletem no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) brasileiro, pois os municípios com renda per capita mais elevada apresentam indicadores medianos, o que se deve à natureza excludente do crescimento econômico em países periféricos.

Aula 8

O coeficiente de Gini é um índice utilizado para medir a desigualdade de renda ou riqueza em uma sociedade. Veja no CMSP a resolução comentada.

11 **(EsPCEx 2014)** "Em 1989, o coeficiente de Gini atingiu no Brasil um pico de 0,636. Depois disso, apresentou reduções quase constantes, registrando 0,543 em 2009."

O coeficiente de Gini é um importante indicador socioeconômico que revela em um país o grau de:

a) escolaridade de sua população.

b) desigualdade de renda.

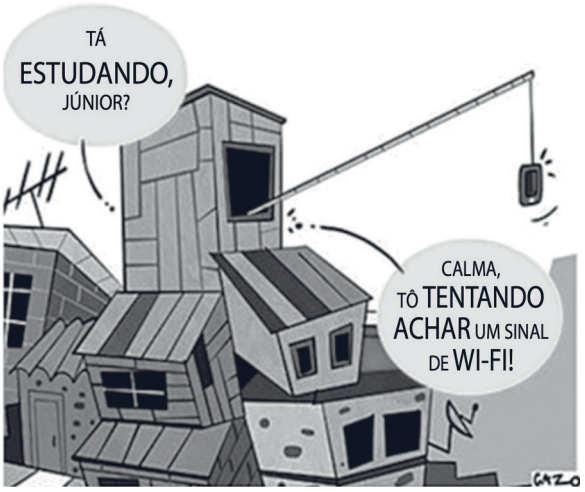
c) desenvolvimento humano da população.

d) qualificação de sua mão de obra.

e) pobreza de sua população.

12 **(ENEM 2022)**

Texto I



CAZO. DISPONÍVEL EM: WWW.HUMORPOLITICO.COM.BR. ACESSO EM: 21 NOV. 2021 (ADAPTADO)

Texto II

> É como se os problemas fossem criados pela pandemia quando, em verdade, isso só demonstra o quanto eles sofrem uma tentativa de serem naturalizados. Eles estavam lá, empurrados para debaixo de vários tapetes. Diversos levantamentos realizados indicam que parcela significativa dos estudantes não têm acesso à internet em suas casas, não têm computadores; têm celulares, mas com pacotes baratos que não permitem assistir a todas as aulas. E, caso tenham celulares e dados, pergunta-se: É possível elaborar um texto no celular? É possível interagir na aula remota pelo celular?
>
> ASSIS, A. E. S. Q. **Educação e pandemia.** Educação em Revista, n. 37, 2021 (adaptado).

A crítica contida no texto e na figura evidencia o seguinte aspecto da sociedade contemporânea:

a) exclusão social.

b) expansão digital.

c) manifestação cultural.

d) organização espacial.

e) valorização intelectual.

A crítica presente no texto e na imagem aborda as dificuldades enfrentadas por muitos estudantes durante a pandemia, especialmente no que se refere ao acesso desigual à tecnologia e à internet. A falta de acesso adequado à tecnologia (computadores, internet de qualidade) evidencia uma exclusão social, onde uma parte significativa da população não tem condições de participar plenamente das aulas remotas, o que é uma clara manifestação de desigualdade social. Veja no CMSP a resolução comentada.

Aula 9

13 **(UERJ 2022)**

TONI D'AGOSTINHO JORNALISTASLIVRES.ORG

A charge expressa uma crítica às novas relações de trabalho no mundo contemporâneo.

Essa crítica tem como alvo a:

a) exaltação da jornada flexível.

b) elitização da inovação material.

c) fetichização da tecnologia avançada.

d) glamourização da precariedade laboral.

A charge denuncia como formas de trabalho precário são vendidas como modernas, empreendedoras e libertadoras, quando na verdade reproduzem situações de exploração e desamparo trabalhista. Veja no CMSP a resolução comentada.

Aula 10

Max Weber define o Estado moderno como a instituição que detém o monopólio legítimo do uso da força dentro de um território. No entanto, segundo o trecho de Bruno Paes Manso, as milícias agem com violência, tortura, ameaças e extorsão, sem autorização legal do Estado, para controlar territórios e impor sua própria ordem. Veja no CMSP a resolução comentada.

14 (FUVEST 2023)

> Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território (...) reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. É, com efeito, próprio de nossa época não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere: o Estado se transforma, portanto, na única fonte do 'direito' à violência.
>
> WEBER, Max. **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1970.

> Com a entrada das milícias na disputa por territórios no Rio de Janeiro, elas passaram a se digladiar pelo domínio geográfico das comunidades cariocas e fluminenses (...). Embora as milícias também comandem a comunidade com tirania e sua autoridade se mantenha à base de ameaças, como fazem os traficantes, e aqueles que contestam seu poder possam perder a vida e sofrer torturas, ao contrário do tráfico, os milicianos se vendem como fiadores de mercadorias valiosíssimas: ordem, estabilidade e possibilidade de planejar o futuro, aliança política com o Estado e a polícia. (...) O lado impopular desse modelo é que a maior parte das receitas para bancar o negócio vem da extorsão dos habitantes".
>
> PAES MANSO, Bruno. **A república das milícias**. São Paulo: Todavia, 2020.

A partir da definição de Estado proposta por Max Weber e de acordo com a citação de Paes Manso, como é possível analisar a atuação das milícias no Rio de Janeiro?

a) As milícias, assim como o Estado, controlam a população e mantêm a ordem em determinado território com o uso ilegal da violência, da ameaça e da extorsão.

b) As milícias contribuem para o exercício do monopólio do uso legítimo da violência pelo Estado, pois garantem a imposição da ordem e o controle do tráfico nos territórios que dominam.

c) As milícias desafiam o monopólio do uso legítimo da violência física do Estado ao utilizar a violência ilegalmente para controlar determinados territórios.

d) As milícias diferenciam-se dos traficantes ao atuar pacificamente em resposta à reivindicação popular por maior estabilidade e ordem nos territórios em que atuam.

e) As milícias e os traficantes, assim como o Estado, possuem autonomia e legitimidade para usar a violência e controlar territórios.

Aula 11

15 **(ENEM 2022)**

> Colegas, na mente e no coração do povo, a Crimeia sempre foi uma porção inseparável da Rússia. Essa firme convicção se baseia na verdade e na justiça e foi passada de geração em geração, ao longo do tempo, sob quaisquer circunstâncias, apesar de todas as drásticas mudanças que nosso país atravessou durante todo o século XX.
>
> Disponível em: http://g1.globo.com. Acesso em: 28 jul. 2014.

Considerando a dinâmica geopolítica subjacente ao texto, a justificativa utilizada por Vladimir Putin, em 2014, para anexação dessa península apela para o argumento de que:

a) as populações com idioma comum devem estar submetidas à mesma autoridade estatal.

b) o imperialismo soviético havia se acomodado às pretensões das potências vizinhas.

c) os organismos transnacionais são incapazes de solucionar disputas territoriais.

d) a integração regional supõe a livre circulação de pessoas e mercadorias.

e) expulsão das forças navais ocidentais garantiria a soberania nacional.

O texto destaca a ideia de que a Crimeia "sempre foi parte da Rússia" no "coração e mente do povo", reforçando uma identidade compartilhada (incluindo língua russa majoritária na região). O argumento de "proteção aos falantes de russo" foi central para a Rússia legitimar a intervenção, ignorando o direito internacional. Veja no CMSP a resolução comentada.

Aula 12

16 **(ENEM 2021)**

> O nacionalismo curdo é um nacionalismo muito antigo. Os curdos são um povo que tem uma língua própria, uma cultura, uma história, uma tradição. O Curdistão já existe no papel, num tratado do início dos anos 1920, mas que depois foi quebrado porque não interessava nem aos turcos, nem ao Irã e, principalmente, à Grã-Bretanha e à França, que eram as potências dominantes na região. Então, o nacionalismo curdo é consequência dessa história.
>
> RAUPP, E.; SPARREMBERGER, V. Entrevista com Luiz Antônio Araújo: perspectivas sobre o Oriente Médio. Novas Fronteiras: Revista Acadêmica de Relações Internacionais da ESPM-Sul, n. 1, jan.-jun. 2015 (adaptado).

Um empecilho para a autodeterminação da nação em questão é o(a):

a) limite imposto pelo espaço natural.

b) controle religioso sobre reservas petrolíferas.

c) imposição do idioma pelo colonizador europeu.

d) distribuição da população por diferentes países.

e) divisão do território por fundamentalistas islâmicos.

O texto menciona que o Curdistão foi definido por um tratado nos anos 1920, mas não se concretizou devido aos interesses de potências regionais e coloniais (Turquia, Irã, Grã-Bretanha e França). Atualmente, os curdos estão distribuídos entre quatro países (Turquia, Iraque, Irã e Síria), sem um Estado próprio, o que dificulta sua autodeterminação. Veja no CMSP a resolução comentada.

Aula 13

17 **(ENEM 2024)**

> O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) é, junto com a Assembleia Geral, um dos principais órgãos de tomada de decisão dentro da entidade. O Conselho lida com questões de segurança e paz internacionais, além de recomendar a admissão de novos membros à Assembleia Geral e aprovar mudanças na Carta das Nações Unidas. Cinco dos quinze membros são permanentes e podem vetar resoluções, o que ocorreu 261 vezes até 2020.
>
> GOMES, L.; PRETTO, N. O funcionamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Disponível em: www.nexojornal. com.br. Acesso em: 10 nov. 2021 (adaptado).

A composição e o funcionamento do organismo internacional apresentados revelam a seguinte característica das relações internacionais entre os países-membros:

a) igualdade militar.

b) assimetria política.

c) consenso multipolar.

d) equilíbrio estratégico.

e) soberania compartilhada.

O texto destaca que apenas 5 membros permanentes (EUA, Rússia, China, França e Reino Unido) têm poder de veto, enquanto os outros 10 membros (rotativos) não possuem esse privilégio. Essa hierarquia cria uma clara assimetria de poder entre os países. Veja no CMSP a resolução comentada.

Aula 14

18 **(ENEM 2017)**

> Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à
>
> União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
>
> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 27 abr. 2017.

A persistência das reivindicações relativas à aplicação desse preceito normativo tem em vista a vinculação histórica fundamental entre:

a) etnia e miscigenação racial.

b) sociedade e igualdade jurídica.

c) espaço e sobrevivência cultural.

d) progresso e educação ambiental.

e) bem-estar e modernização econômica.

O art. 231 da Constituição reconhece que as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são essenciais para sua organização social, costumes e tradições. Isso significa que o território não é apenas um espaço físico, mas um elemento fundamental para a preservação de sua identidade cultural. A persistência das lutas por demarcação comprova que, sem a garantia do território, muitas comunidades indígenas perdem suas referências culturais e linguísticas, levando ao desaparecimento de povos inteiros. Casos como os Yanomami, ameaçados por garimpeiros, mostram que a invasão de seus territórios não só destrói o meio ambiente, mas também suas formas de vida tradicionais. A demarcação de terras é, portanto, uma questão de sobrevivência física e cultural. Veja no CMSP a resolução comentada.

19 **(ENEM 2019)**

> Fala-se aqui de uma arte criada nas ruas e para as ruas, marcadas antes de tudo pela vida cotidiana, seus conflitos e suas possibilidades, que poderiam envolver técnicas, agentes e temas que não fossem encontrados nas instituições mais tradicionais e formais.
>
> VALVERDE, R. R. H. F. Os limites da inversão: a heterotopia do Beco do Batman. Boletim Goiano de Geografia (Online). Goiânia, v. 37, n. 2, maio/ago. 2017 (adaptado).

A manifestação artística expressa na imagem e apresentada no texto integra um movimento contemporâneo de:

a) regulação das relações sociais.

b) apropriação dos espaços públicos.

c) padronização das culturas urbanas.

d) valorização dos formalismos estéticos.

e) revitalização dos patrimônios históricos.

O texto descreve uma arte "criada nas ruas e para as ruas", que utiliza espaços públicos (muros, calçadas, becos) como suporte e palco de expressão. Exemplos como o Beco do Batman (SP) mostram como artistas transformam locais abandonados ou cotidianos em galerias a céu aberto, rompendo com os espaços tradicionais (museus, galerias). A arte de rua reflete temas sociais (desigualdade, política, identidade), como mencionado no texto ("vida cotidiana, seus conflitos"). Essa apropriação é não-oficial (muitas vezes sem autorização), o que reforça seu caráter de ocupação criativa do espaço público. Veja no CMSP a resolução comentada.

CADERNO DE EXERCÍCIOS

Língua Inglesa

Fitness and health

1 Read the text carefully. All the sentences below have one mistake that contradicts the information in the text. Find the mistake in each sentence.

Dengue in Brazil

Dengue is a serious health concern in Brazil, especially during the rainy season, when mosquito populations increase. The disease is transmitted by the *Aedes aegypti* mosquito. Symptoms of dengue include high fever, joint pain, and rash. In some cases, it can lead to severe complications and even require hospitalization. To fight dengue, the Brazilian government has been working on prevention campaigns, such as removing standing water and informing the population about risks and protection.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dengue**. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue. Acesso em: 19 ago. 2025.

a) No Brasil, o número de casos de dengue aumenta principalmente no inverno, quando há menos chuva.

b) Entre os sintomas da dengue estão febre alta, dor nas articulações e dor de garganta.

c) A hospitalização é obrigatória para todos os casos de dengue, mesmo os leves.

d) O governo brasileiro não tem feito nenhuma ação para prevenir a doença na população.

As alternativas apresentam informações incoerentes ao texto. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

2 Read the text below.

Fitness and health

Losing weight is not easy. To be healthy, people need to eat good food and move their bodies every day. Some foods, like fruits and vegetables, help the body feel strong. But fast food can make people feel tired and sick. Also, when people exercise, they often feel happier and sleep better. It is important to drink water and rest well to have energy for the day.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia de atividade física para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf. Acesso em: 19 ago. de 2025.

Choose the alternative that best summarizes the ideas in the text. Use the context to help you understand the meaning of new words.

a) Perder peso é fácil para pessoas saudáveis.

b) Exercício físico e boa alimentação são fundamentais para uma vida saudável.

Para resolver a questão, pode-se procurar os erros presentes em cada alternativa e eliminar aquelas com informações incoerentes ao texto. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

A alternativa é a única que apresenta uma informação totalmente coerente com o texto. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

c) Uma pessoa só consegue sentir o corpo forte se comer frutas e verduras.

d) Fast food é um tipo de comida que só causa cansaço nas pessoas.

e) Beber água e descansar são ações recomendadas para pessoas que precisam armazenar energia corporal.

3 Go back to" the text Mental Disorders (Aula 5) and choose the correct option, according to the text.

a) A ansiedade e a depressão foram os distúrbios psiquiátricos menos impactados pela pandemia de COVID-19 em 2020.

b) O texto sugere que o acesso ao tratamento eficaz é garantido para a maioria das pessoas com transtornos mentais.

c) O aumento de distúrbios psiquiátricos em 2020 está relacionado à pandemia de COVID-19.

d) Segundo o texto, distúrbios psiquiátricos não afetam a vida diária nem causam sofrimento significativo.

Now, choose the correct alternative.

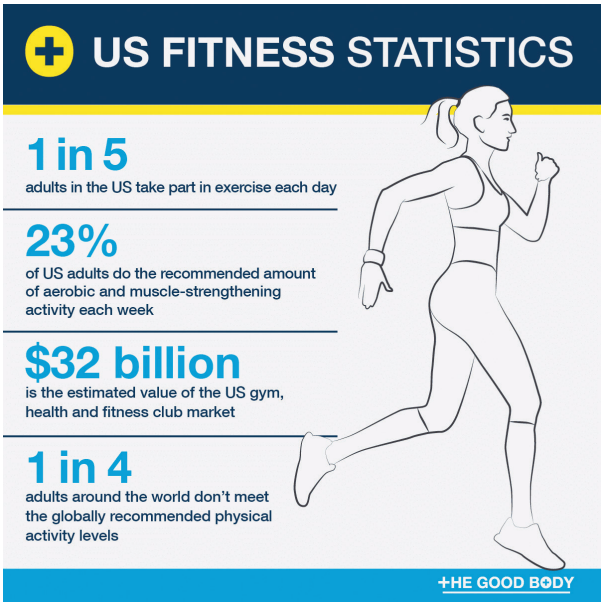
( ) A pandemia de COVID-19 reduziu muito os casos de ansiedade e depressão no mundo.

( ) A maioria das pessoas com distúrbios psiquiátricos tem acesso a cuidados eficazes.

(x) Ansiedade e depressão são os distúrbios psiquiátricos mais comuns no mundo.

Ansiedade e depressão são os distúrbios mais comuns. Tal informação é encontrada em dois trechos do texto. Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

4 Read the infographic with statistics about fitness in the United States. Then answer the following questions in Portuguese.



a) A que se referem os dados:

- 1 em cada 5: 1 em cada 5: o número de estadunidenses que se exercitam todos os dias.
- $ 32 bilhões: $ 32 bilhões: o valor estimado do mercado de academias e clubes de saúde e *fitness* nos Estados Unidos.

b) De acordo com o infográfico, qual das afirmações é verdadeira?

(x) 23% dos adultos nos EUA praticam a quantidade recomendada de atividades aeróbicas e musculares semanalmente.

( ) O mercado de academias e clubes de *fitness* nos EUA vale menos de 32 bilhões de dólares.

( ) Apenas 1 em cada 10 adultos no mundo atinge os níveis globais recomendados de atividade física.

Para resolver a questão, basta buscar no infográfico as informações relacionadas ao termo "1 in 5". Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

Nessa atividade é necessário fazer uso dos advérbios de frequência.
Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

5 Read the infographic with statistics about fitness in the United States. Then answer the following questions in Portuguese about your healthy habits.

a) How often do you eat vegetables?
Resposta pessoal.

b) How often do you drink juice?
Resposta pessoal.

c) How often do you practice sports?
Resposta pessoal.

d) How often do you lift weights?
Resposta pessoal.

e) How often do you listen to music to relax? Resposta pessoal.

6 **Healthy Advice – Match the Problems and Solutions**

Read each problem below. Then match it to the best advices (two pieces of will not be used).

a) João

"I eat a lot of snacks and junk food while watching TV. I know it's not healthy, but it's hard to stop."

b) Camila

"Lately, I feel sad and tired. I don't feel like talking to anyone or going out. I just stay in my room all day."

c) Pedro

"I don't like eating fruits or vegetables. I usually eat fast food and drink soda because it tastes better to me."

(c) You should try to eat healthy meals with fruits and vegetables; your taste can improve as you get used to new flavors.

(b) You should get some fresh air, do some exercise, and talk to someone you trust.

( ) You should watch more TV to relax.

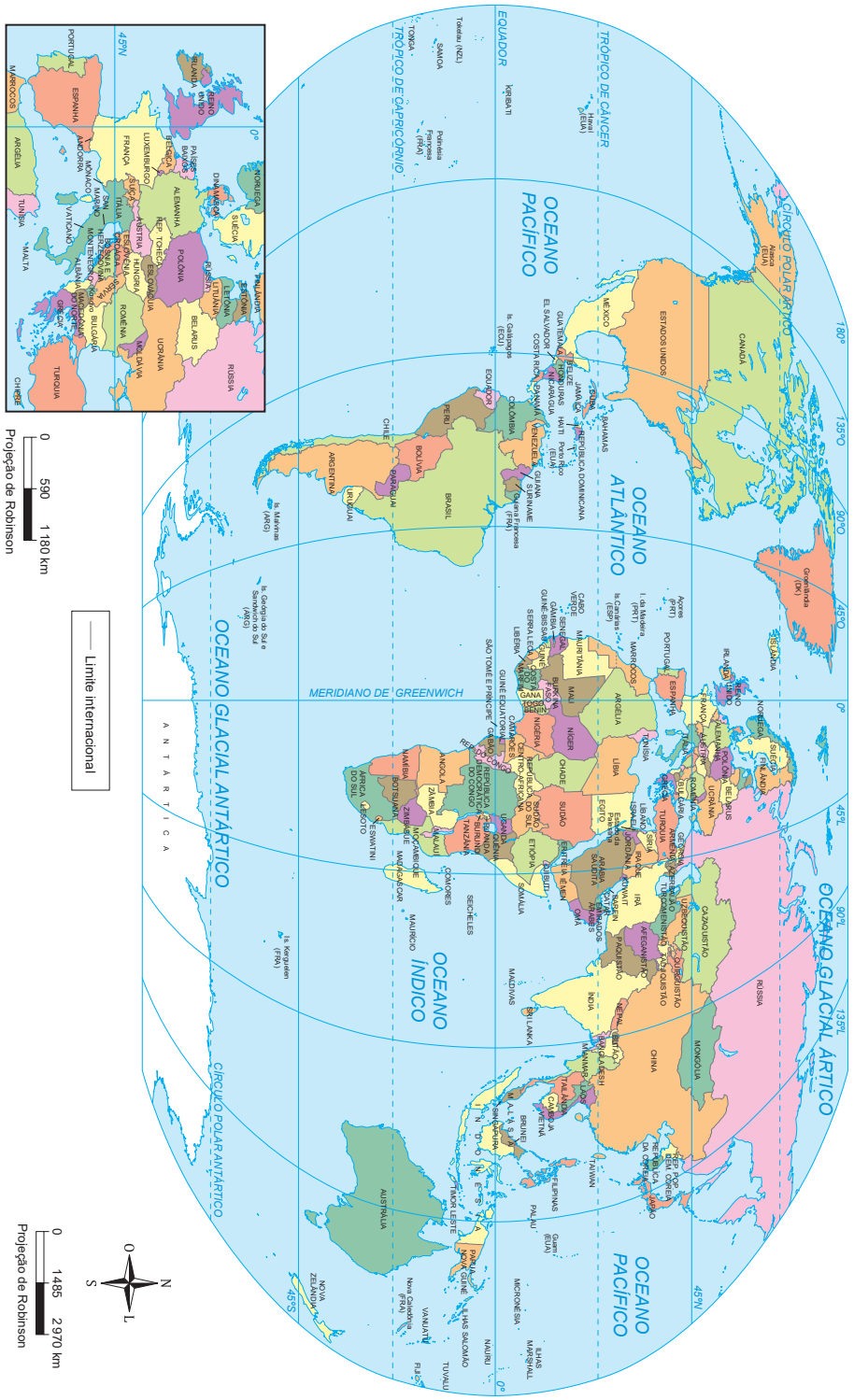
(a) You should avoid junk food and eat healthy snacks instead.

( ) You should never eat vegetables.

Para realizar a atividade, é necessário atentar-se aos usos do verbo modal "should" presentes nos textos.
Veja no CMSP o passo a passo da resolução do item.

ANEXOS

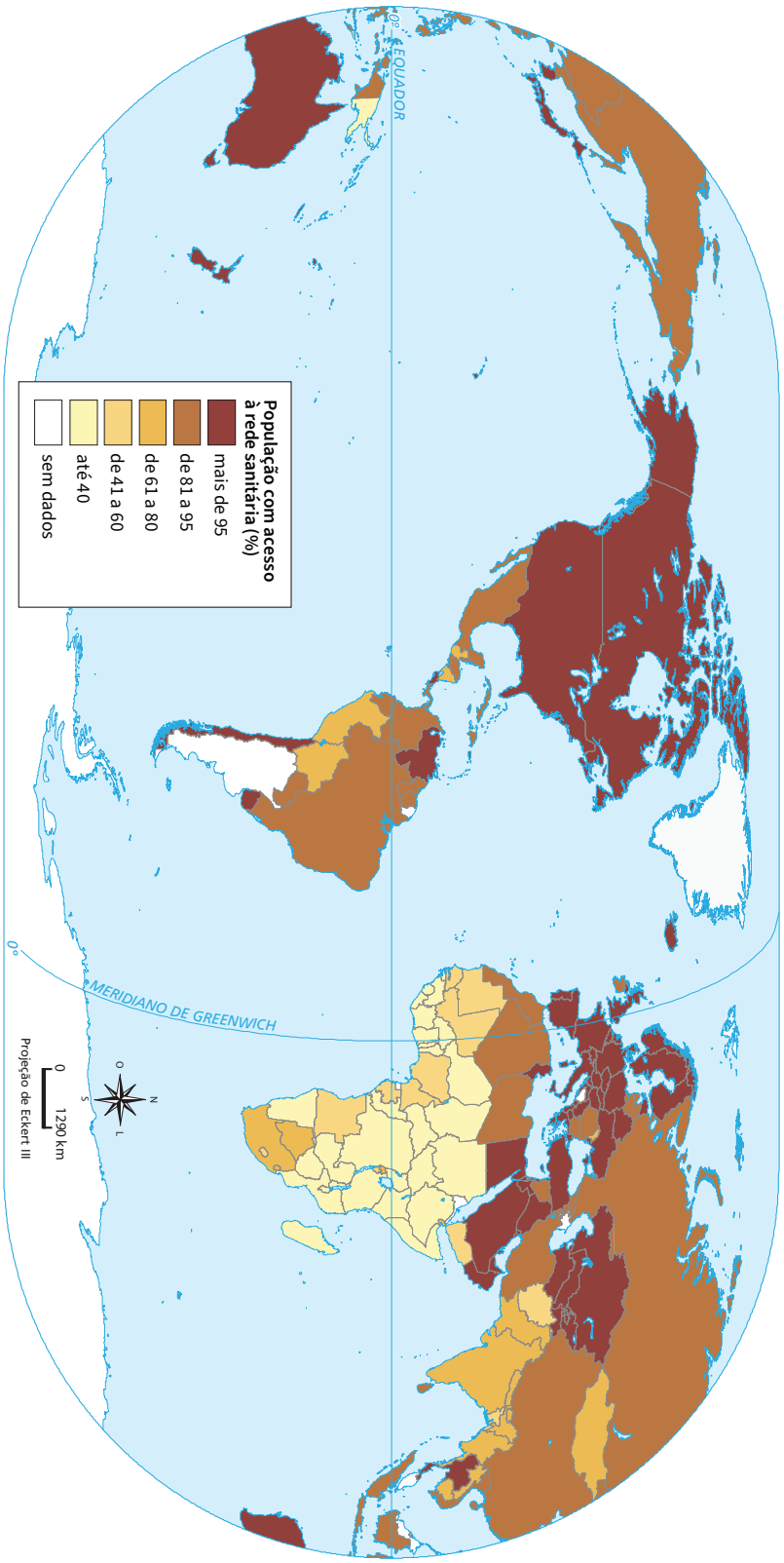
Planisfério político



IBGE, 2023. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

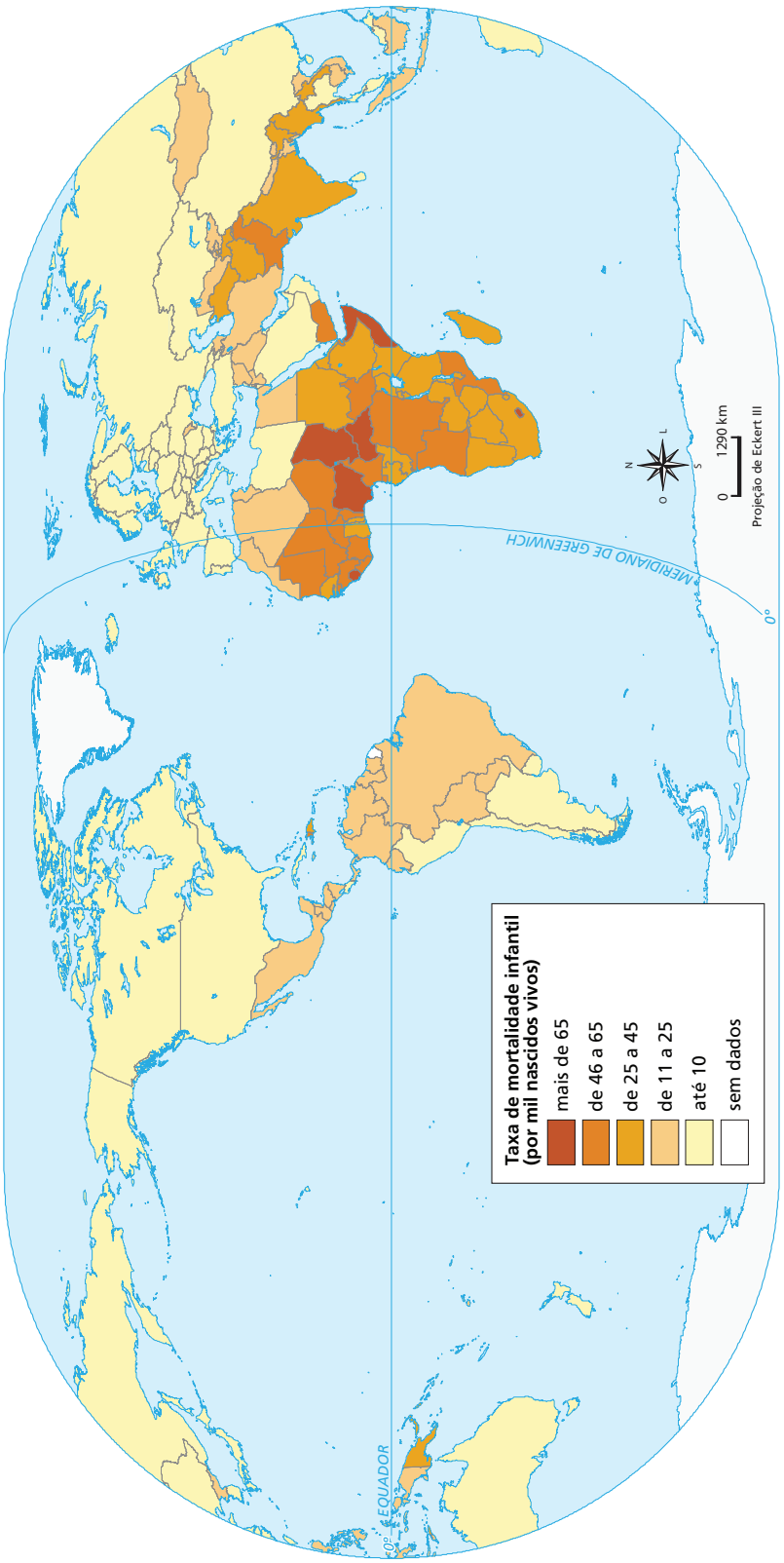
Brasil: político

Mundo: esgotamento sanitário (2020)



IBGE, 2023. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

Mundo: mortalidade infantil (2020)



IBGE. 2023. PRODUZIDO PELA SEDUC-SP

HISTÓRIA – GEOGRAFIA – LÍNGUA INGLESA
LIVRO DO ESTUDANTE
ENSINO MÉDIO – 1º BIMESTRE

SUBSECRETARIA PEDAGÓGICA (SUPED)
Subsecretário: Daniel Barros

DIRETORIA DE MATERIAIS DIDÁTICOS (DIMAD)
Diretora: Camila De Pieri Fernandes
Assessor: Vitor Ferreira

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO EDITORIAL (COPLANE)
Coordenadora: Jaqueline Rocha dos Anjos

COORDENADORIA DE ENSINO MÉDIO - FORMAÇÃO GERAL BÁSICA (COEM-FGB)
Coordenador: Wellington William dos Santos

COORDENADORIA DE ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (COAFIN)
Coordenadora: Carla Fernanda Nascimento

CENTRO DE ENSINO MÉDIO (CEM)
Equipe pedagógica História:
Priscila Lourenço S. dos Santos, Rodrigo Costa Silva, Anderson Felix dos Santos, Clarissa Bazzanelli Barradas

Equipe pedagógica Geografia:
Giselle Teles, Rebeca Maiumi Deguti, João Paulo Fernandes dos Santos, Milene Soares Barbosa, Sergio Luiz Damiati

Equipe pedagógica Língua Inglesa:
Emerson Thiago Kaishi Ono, Edmundo Gomes Júnior, Pamella de Paula da Silva Santos.

CONCEPÇÃO DO MATERIAL
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Caixa de Design

ILUSTRAÇÃO DA CAPA
Diogo Ladeira

Secretaria da Educação

SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO